



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**SUSANA DANTAS COELHO**

**PERCEPÇÃO E PERSPECTIVAS SOBRE O TURISMO COMUNITÁRIO NA RESEX  
PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE – CEARÁ - BRASIL**

**FORTALEZA**

**2018**

SUSANA DANTAS COELHO

PERCEPÇÃO E PERSPECTIVAS SOBRE O TURISMO COMUNITÁRIO NA RESEX  
PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE – CEARÁ - BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Estudo Socioambiental da Zona Costeira.

Orientador: Profa. Dra. Adryane Gorayeb Nogueira Caetano.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C62p Coelho, Susana Dantas.  
Percepção e perspectivas sobre o turismo comunitário na RESEX Prainha do Canto Verde, Beberibe – Ceará - Brasil / Susana Dantas Coelho. – 2018.  
191 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia , Fortaleza, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Adryane Gorayeb Nogueira Caetano .
1. Percepção. 2. Turismo Comunitário. 3. RESEX Prainha do Canto Verde. 4. Autogestão. I. Título.  
CDD 910
-

SUSANA DANTAS COELHO

PERCEPÇÃO E PERSPECTIVAS SOBRE O TURISMO COMUNITÁRIO NA RESEX  
PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE – CEARÁ - BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Estudo Socioambiental da Zona Costeira.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Adryane Gorayeb Nogueira Caetano (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Anna Érika Ferreira Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Marcius Tullius Soares Falcão  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Jader de Oliveira Santos  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Christian Brannstrom  
Texas A&M University - TAMU

Dedico este trabalho a Deus, à minha avó Dulce Dantas, à minha mãe Heliette Dantas, minhas filhas Marianna Dantas e Giovanna Dantas e ao meu marido, Rodrigo Freitas.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por permitir que eu siga meus caminhos, sempre com êxito.

À minha avó Dulce Maia Dantas e minha mãe Heliette Maia Dantas, por sempre fazerem o possível em prol dos meus estudos, me possibilitando estudar em condições favoráveis ao aprendizado.

Ao meu marido Rodrigo Freitas Guimarães, que sempre incentivou minha trajetória profissional e acadêmica, me fazendo enxergar novos horizontes possíveis.

Às minhas filhas Giovanna Dantas Guimarães e Marianna Dantas Guimarães, pela compreensão nos dias em que deixei parcialmente de realizar minhas obrigações de mãe para poder realizar minhas atividades do doutorado.

À minha amiga Rachel Costa Sabry, sempre incentivadora de minhas escolhas.

À minha amiga Conceição Malveira Diógenes, pelo incentivo e torcida pela minha aprovação nesta tese de doutorado.

À minha sogra Maria Luiza Moreira de Freitas pelo intermédio com a Prefeitura e Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe e por sempre estar disposta a me ajudar.

Aos amigos Francisco Otávio Landim Neto e Nátane Oliveira da Costa, que sempre me ajudaram com materiais e informações importantes, além da torcida de sempre.

À Ana Larissa Freitas pela grande ajuda com os mapas.

À minha amiga e Chefe de Departamento Rúbia Valério Naves de Souza, que sempre compreendeu minha correria e sempre se colocou solidária com minha situação.

Aos amigos e coordenadores Francisca Margareth Gomes de Araújo, Júlio César Ferreira Lima, Luiz Régis Azevedo Esmeraldo e Antônio Ulisses de Sousa Jr, pela compreensão nos dias em que estive ausente da coordenação, realizando atividades do doutorado.

Àqueles que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.

Ao amigo Ricardo da Silva Pedrosa, sempre disponível em ajudar no que precisava. Foi importantíssimo nas discussões sociológicas desta tese.

Aos amigos, de uma forma geral, que torceram por mim aguardando minha conquista.

Aos alunos que passaram por mim durante essa caminhada, sempre solícitos e compreensíveis com minha falta de tempo.

Às alunas Júlia Gabriela Bezerra Souza e Rafaele Cavalcante Silva pela ajuda no inventário turístico da Prainha do Canto Verde.

À minha segunda casa, IFCE, onde trabalho e dedico algumas horas diárias, pelo acolhimento e por me proporcionar dias tranquilos e felizes, importantes para a conclusão da minha pesquisa.

Ao professor Fábio Perdigão Vasconcelos, que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a fazer a seleção da Pós em Geografia da UFC.

À professora Luzia Neide Coriolano, pelos puxões de orelha e contribuições decisivas para a escolha do tema.

À minha amiga e orientadora, Adryane Gorayeb Nogueira Caetano, que sempre esteve disposta a ajudar nos momentos difíceis, acreditando e confiando no meu potencial, não me deixando desistir dos meus objetivos.

Aos professores que tive ao longo das disciplinas, permitindo-me absorver um pouco mais de geografia.

Ao amigo e professor Jader de Oliveira Santos, pela coleta de informações e materiais ao longo desse caminho, além de me dar a honra de tê-lo em minha banca.

Ao professor José Levi Furtado Sampaio, não só pelas maravilhosas aulas que me fizeram aprender e refletir muito, mas pela disponibilidade em me atender sempre que precisei.

Ao professor Alexandre Queiroz Pereira, pelas contribuições durante os seminários e por contribuir com meu trabalho.

À minha amiga e professora Dra. Anna Érika Ferreira Lima, por ter sido sempre tão solícita em me ajudar com material, nas pesquisas de campo e por me dar a honra de tê-la em minha banca.

Ao meu amigo e professor Dr. Marcius Tullius Soares Falcão, pela contribuição com material, por me ajudar no inventário turístico da Prainha do Canto Verde e por me dar a honra de compor minha banca.

Ao Professor Dr. Christian Brannstrom, pela disponibilidade em compor minha banca e pelas considerações feitas ao meu trabalho.

À Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, na pessoa da secretária Sra. Meridiana Queiroz, pela prontidão em aceitar e gravar a entrevista.

Ao ICMBIO, em especial a Hueliton Ferreira e Thiago Beraldo, sempre dispostos a contribuir com meu trabalho.

Aos moradores da Prainha do Canto Verde que se colocaram a disposição para me ajudar na coleta de dados.

Ao Senhor Roberto e à senhora Rosiane, líderes comunitários da Prainha do Canto Verde, pelas conversas e receptividade.

Ao Senhor Beto, membro do Conselho de Turismo da Prainha do Canto Verde, pela entrevista concedida e pela gentileza em sempre tirar dúvidas quando precisei.

Ao Senhor Luiz, presidente da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, pela disponibilidade em me atender, além de manter-me atualizada sobre o que vem acontecendo na comunidade.

Ao Projeto PRONEM CNPq/ FUNCAP Processo PNE - 0112 00068.01.00/16 "Análise Socioambiental dos Impactos de Parques Eólicos no NE: Perspectivas para a sustentabilidade da geração de energia renovável", pelo financiamento de minha pesquisa.

Ao Projeto PGPSE/ CAPES Processo 88887.123947/2016-00 "Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste", pelo financiamento de minha pesquisa.

## RESUMO

Por muitos anos, o turismo comunitário no Brasil, teve um sentido distorcido, distante do que se idealizava como um turismo de referência e almejado pela maioria. Compreendendo a importância desse novo tipo de turismo e, principalmente, a participação da comunidade nas tomadas de decisão, escolheu-se a RESEX Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE, como objeto de estudo por estar inserida nessa realidade desde 1988. Indicou-se como objetivo geral avaliar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde e como específicos, tem-se: (i) diagnosticar junto à comunidade as atividades turísticas que vêm sendo realizadas, bem como identificar a oferta e infraestrutura turística existente; (ii) conhecer a percepção do poder público municipal e dos representantes das duas associações existentes, dentro de um recorte temporal de 2016 a 2017; (iii) identificar como o turismo comunitário se integra e reage às demandas e necessidades do mercado turístico globalizado. Para responder a tais indagações, optou-se pelo método dedutivo, focado no conceito de percepção a fundamentar uma metodologia de cunho quanti-qualitativo do tipo estudo de caso. Na fase exploratória da pesquisa foram realizadas visitas à localidade em estudo, com entrevistas e conversas informais com representantes do poder público municipal, moradores da comunidade e representantes das duas associações. Para a coleta de dados optou-se pela aplicação de questionários e análise de registros fotográficos da localidade. Constatou-se que o turismo comunitário não é percebido como principal fonte de renda das famílias, mas envolve questões culturais, sociais e ambientais oriundas de modelos distintos de desenvolvimento da atividade turística, num contexto em que o turismo comunitário acaba não envolvendo a comunidade em seus processos decisórios e participativos. Por outro lado, a ausência de estrutura para o desenvolvimento de uma oferta turística mais competitiva denota relevância a essa atividade, com apoio e presença do poder público no suporte à oferta do turismo comunitário, acaba polarizando as relações socioculturais e os interesses econômicos presentes na vida cotidiana da comunidade. O estudo foi considerado relevante por contribuir com o planejamento das atividades turísticas na comunidade, com vistas a uma melhor gestão e um desenvolvimento harmônico, envolvendo turistas e comunidade.

**Palavras-chave:** Percepção. Turismo comunitário. RESEX Prainha do Canto Verde. Autogestão.

## ABSTRACT

For many years, community tourism in Brazil had a distorted meaning, far from what was conceived as a referential tourism and sought by the majority. Understanding the importance of this new type of tourism and, especially, the participation of communities in decision making, we chose RESEX Prainha do Canto Verde in Beberibe / CE, as the object of study because the place has been inserted in this reality since 1988. The general objective was to evaluate community tourism in Prainha do Canto Verde and as specific objectives, it is necessary: (i) to diagnose through the community the tourism activities that are being carried out, as well as identify the existing tourism offer and infrastructure; (ii) to know the perception of the local public power and of the representatives of the two existing associations, within a temporal cut from 2016 to 2017; (iii) to identify how local-based tourism integrates and responds to the demands and needs of the globalized tourism market. In order to respond to such questions, we opted for the deductive method, focused on the concept of perception to base a quantitative-qualitative methodology of the case study type. In the exploratory phase of the research, visits were made to the location under study, for having interviews and informal conversations with representatives of the municipal public power, community residents and representatives of the two associations. For data collection, we opted for the application of questionnaires and analysis of photographic records of the place. It was found that community tourism is not perceived as the main source of income for families, but it involves cultural, social and environmental issues coming from different models of tourism development, in a context where community tourism ends up not involving the community in its decision-making and participatory processes. On the other hand, the absence of a structure for the development of a more competitive tourism offer denotes relevance to this activity, with support and participation of the public power to offer appropriate community tourism, ends up polarizing the socio-cultural relations and economic interests in the community's daily life. The study was considered relevant for contributing to the planning of tourism activities in the community, with a view to better management and harmonious development, involving tourists and the community.

**Keywords:** Perception. Community tourism. RESEX Prainha do Canto Verde. Self-management.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa de localização da Prainha do Canto Verde, Ceará, Brasil.....	21
Figura 02 – Abrangência da Rede Tucum nos 573 km de litoral cearense. ....	46
Figura 03 – Pacote de carnaval em uma das comunidades participantes da rede.....	47
Figura 04 – Acesso a Prainha do Canto Verde.....	81
Figura 05 – Expressão de descontentamento de parte da população frente à especulação imobiliária na comunidade .....	82
Figura 06 – Fossa verde implantada na casa de um morador.....	85
Figura 07 – Lixão situado na via principal de acesso a Prainha do Canto Verde .....	86
Figura 08 – Igreja Bom Jesus dos Navegantes.....	89
Figura 09 – Jangadas atracadas na praia.....	90
Figura 10 – Ficha Nacional de Registro de Hóspedes.....	95
Figura 11 – Fachada da Pousada Sol e Mar.....	96
Figura 12 – Quarto na casa de um pescador que aluga residência para turistas.....	100
Figura 13 – Grelha onde o pescador Roberto assa peixe para seus hóspedes .....	101
Figura 14 – Artesanato feito com palha de coqueiro.....	104
Figura 15 – Coruja buraqueira (característica da região) esculpida em quenga de coco.....	104
Figura 16 – Papangus na Prainha do Canto Verde – Semana Santa.....	106
Figura 17 – Brincantes fantasiados na Semana Santa – Prainha do Canto Verde.....	106
Figura 18 – Regata Ecológica – Prainha do Canto Verde .....	108
Figura 19 – Corrida de Jangadinhas – Prainha do Canto Verde.....	108
Figura 20 – Cordões arenosos na margem da via principal.....	112
Figura 21 – Lagoa próxima à Igreja Bom Jesus dos Navegantes.....	113
Figura 22 – Mapa da oferta de hospedagem na Prainha do Canto Verde.....	114
Figura 23 – Material de divulgação das praias de Beberibe .....	119
Figura 24 – Material de divulgação da Secretaria de Turismo e Cultura sobre a Prainha do Canto Verde.....	120

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantidade de pessoas na família .....	124
Gráfico 02 – Local de nascimento.....	125
Gráfico 03 – Nível de instrução.....	126
Gráfico 04 – Trabalho na área de turismo. ....	128
Gráfico 05 – Condições sanitárias da região. ....	129
Gráfico 06 – Participação em associações comunitárias. ....	130
Gráfico 07 – Frequência nas reuniões. ....	130
Gráfico 08 – Satisfação com a atuação das associações.....	131
Gráfico 09 – Problemas sociais na Prainha do Canto Verde.....	132
Gráfico 10 – Identificação pelos moradores de outras comunidades concorrentes.....	134

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Serviços de alimentação na Prainha do Canto Verde cadastrados na SETCULT – Beberibe.....	91
Tabela 2 – Serviços turísticos na Prainha do Canto Verde, cadastrados na Secretaria de SETCULT – Beberibe.....	92
Tabela 3 – Meios de Hospedagem na Prainha do Canto Verde.....	102
Tabela 4 – Relatório de capacitações do SENAC em 2014, contemplando a Prainha do Canto Verde.....	121
Tabela 5 – Comparativo das percepções teóricas e dos envolvidos direta e indiretamente com o turismo comunitário da Prainha do Canto Verde.....	148
Tabela 6 – Mudanças e impactos positivos do Turismo na Prainha do Canto Verde.....	152

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
AIMPCV	Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde
APLS	Arranjos Produtivos Locais
APP	Área de Preservação Permanente
BRAZTO	Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ENTBL	Encontro de Turismo de Base Local
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
COAPSOL	Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária
COELCE	Companhia Elétrica do Ceará
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
FNRH	Ficha Nacional do Registro de Hóspedes
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INVTUR	Inventário da Oferta Turística
MTUR	Ministério do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Relatório de Desenvolvimento Humano
REM	Reserva Extrativista Marinha
REDE	Rede de Turismo Comunitário
TUCUM	

REDTURS	Rede de Turismo Comunitário da América Latina
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SETCULT	Secretaria de Turismo e Cultura
TBC	Turismo de Base Comunitária

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	18
2	<b>METODOLOGIA.....</b>	26
2.1	<b>Procedimentos técnico-metodológicos.....</b>	26
2.2	<b>Referencial teórico.....</b>	28
2.2.1	<i>Percepção e imagem como forças simbólicas do turismo comunitário.....</i>	28
2.2.2	<i>Desenvolvimento sustentável, autogestão e comunidade .....</i>	48
3	<b>TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: RELAÇÕES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NOS DIAS ATUAIS</b>	80
3.1	<b>A Infraestrutura básica e turística da Prainha do Canto Verde.....</b>	84
3.2	<b>A percepção do turismo comunitário na visão do poder público, dos envolvidos no turismo comunitário e dos moradores da Prainha do Canto Verde.....</b>	115
3.2.1	<i>Percepção do poder público.....</i>	117
3.2.2	<i>Diagnóstico do perfil comunitário e percepção da atuação participativa dos moradores em relação ao turismo comunitário.....</i>	123
3.2.3	<i>Percepção da Associação dos Moradores do Canto Verde (Tradicional)...</i>	137
3.2.4	<i>Percepção da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde (Independente) .....</i>	139
3.2.5	<i>Percepção do grupo de trabalho do Conselho de Turismo da Prainha do Canto Verde.....</i>	141
3.2.6	<i>Percepção do Instituto Terramar</i>	142
3.3	<b>A integração do turismo de base local e a reação às demandas e necessidades do mercado turístico globalizado.....</b>	143
4	<b>CONCLUSÃO.....</b>	156
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	161
	<b>APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES COM FINALIDADE CIENTÍFICA.....</b>	174
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE BEBERIBE (CE).....</b>	178
	<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM OS MEMBROS DA COMUNIDADE.....</b>	181
	<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CONSELHO</b>	

**DE TURISMO DA PRAINHA DO CANTO VERDE, ASSOCIAÇÕES  
DE MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE E PARA A  
ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DE  
PONTA GROSSA.....**

## 1 INTRODUÇÃO

O arcabouço teórico da modernização associa o turismo com o crescimento econômico dos países do Ocidente. Seus efeitos multiplicadores se manifestam sobre a economia local e regional, tomando-se como base os impactos positivos na entrada de divisas, geração de emprego, novas oportunidades de negócios para moradores, além, algumas vezes, dos efeitos negativos, como a centralização urbana, especulação imobiliária, prostituição, tráfico de drogas, concentração de investimentos e aumento das importações para satisfazer as necessidades dos turistas (PORTUGUEZ; SEABRA; QUEIROZ, 2012).

Nesta perspectiva, Modeste (2000), Tisdell (2001), Sathiendrakumar (2001) e Plaza (2006) avaliam os impactos positivos do Turismo em determinadas regiões a partir do incremento para a economia local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Vários tipos de turismo se enquadram nessa interseção, como o turismo sustentável, o ecoturismo, o turismo verde e, na atualidade, o turismo comunitário que tem como premissa o desenvolvimento humano, pautando-se no empoderamento da população e na preservação ambiental.

Vale ressaltar que qualquer tipo de turismo, para ser harmônico com a comunidade, deve ser planejado, pensado por especialistas e estudiosos, além da comunidade, que deve passar por uma escuta sensível a fim de que suas necessidades sejam atendidas junto às dos turistas. A Geografia, nesse panorama, é uma área que apresenta o maior interesse pelo turismo, uma vez que a atividade turística como um fator econômico e social se materializa no espaço geográfico. Para Bonfim (2007) esse caráter espacial se configura por meio da constituição de territórios de identidade e de poder; pela organização do espaço, o qual, para Raffestin (1993) antecede-o, ao passo que arranjos espaciais resultam desses deslocamentos ou ainda por esses *locus* reunirem condições, sejam paisagísticas ou de hospitalidade, para satisfazerem diferentes motivações turísticas, como é o caso do público que busca áreas mais isoladas, tranquilas e com atrativos naturais que diferem do convencional, à exemplo da aproximação com comunidades indígenas e tradicionais.

Diante desse novo contexto, Cañada; Gascon (2007), Bartholo (2009) e Coriolano (2006a), sugerem uma efetiva integração do turismo com as comunidades: o turismo comunitário ou de pequena escala; caracterizado por um maior cuidado e respeito ao meio ambiente, incluindo propostas de desenvolvimento turístico com uma diretriz de sustentabilidade a partir da economia ecológica (FURIÓ, 1996; FARIA, 2005).

Na realidade brasileira, o Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Nordeste do Brasil (PRODETUR-NE), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Relatório de Conclusão de Projeto: Prodetur NE I), em 1994, proporcionou a diversas comunidades uma maior integração, encurtando distâncias dos centros urbanos, levando energia elétrica a lugares mais distantes, implantando infraestrutura e novas tecnologias para algumas localidades até então esquecidas, que favoreceram um cenário de mais desenvolvimento, menos impactos ambientais negativos e mais possibilidades ao desenvolvimento do turismo.

Além disso, houve melhorias referentes à rede viária com a duplicação da BR 101 (Rodovia Federal) e a pavimentação de acessos a núcleos receptores turísticos menores, além da articulação com outros setores econômicos e arranjos produtivos locais, tais como artesanato, viticultura, fruticultura irrigada, produtos regionais, agronegócios e integração de micros, pequenas e médias empresas, contribuindo com a geração de oportunidades que mudaram a vida de muitas comunidades no Nordeste brasileiro (CORIOLANO; ALMEIDA, 2007).

Nessa perspectiva, algumas vantagens são percebidas, dentre elas as apontadas por Paiva (2010, p. 207) que se referem ao PRODETUR/NE, como sendo um programa “implementado tendo como base os planejamentos estratégico e participativo que se respalda em um esquema institucional fundamentado em mecanismos de participação direta” (PAIVA, 2010).

Em relação ao Ceará, foram priorizadas intervenções voltadas para a infraestrutura física urbana de saneamento básico e de suporte ao turismo a partir da instalação ou ampliação de aeroportos, melhorias na malha viária, urbanização de áreas turísticas, ampliação de centros de convenções, requalificação do patrimônio histórico, bem como um aquecimento da economia das localidades, inclusive com assentamentos e capacitação dos recursos humanos das prefeituras e dos órgãos públicos mais diretamente relacionados ao turismo (CORIOLANO, 2006b).

Nesse contexto, através da cooperação entre os vários atores sociais envolvidos (moradores, empreendedores, lideranças, organizações, associações, ONGs, entre outros) foi possível alcançar maiores objetivos, dentre eles, a promoção do desenvolvimento e a desconcentração da atividade turística, apoio ao planejamento, estruturação e o desenvolvimento das regiões turísticas, aumento e diversificação de produtos turísticos de qualidade, contemplando a pluralidade e a diferença regional do País.

Motivados por esse cenário, surgem os arranjos produtivos locais, que na visão da RedeSist (2003, p. 18) se definem como sendo “o local ou a complexa rede de relações sociais em uma área geográfica limitada que intensifica a capacidade de inovação local através de um processo de aprendizado sinérgico e coletivo. Consideram-se não apenas as relações econômicas, mas também sociais culturais e psicológicas”, que vêm recebendo uma atenção especial de governos e da iniciativa privada por se configurar como uma alternativa singular direcionada ao fomento da competitividade e ao desenvolvimento econômico do país, em especial de algumas pequenas localidades. O que antes era considerado sem valor, hoje é visto como oportunidade de atrair turistas, que buscam a simplicidade, o contato humano e as novas experiências.

Outras importantes ações também foram relevantes, como a possibilidade de uma roteirização turística, incentivando a criação de novos destinos turísticos, fomento à produção associada, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos, integração e dinamização dos Arranjos Produtivos do Turismo, aumento do tempo de permanência do turista nos destinos e roteiros turísticos e, por fim, a dinamização das economias locais (PNT, 2013).

Compreendendo a importância desse novo tipo de turismo e, principalmente, a participação da comunidade nas tomadas de decisão, definiu-se a Prainha do Canto Verde, localizada no distrito de Paripueira, no município de Beberibe/CE, 126 km a leste de Fortaleza (Figura 1), como objeto de estudo por estar inserida nessa realidade do turismo comunitário desde 1988, quando parte da comunidade optou por desenvolver tal atividade econômica.

Nesse cenário, entende-se que o potencial do turismo comunitário enquanto mitigador de situações de vulnerabilidade social, miséria ou mesmo de enfraquecimento da cultura local é importante e, devido a isto, o supracitado objeto de estudo se configura como uma referência de organização e de governança responsável, já que passou de uma aglomeração de famílias e posteriormente pela miscigenação de nativos e visitantes (TUPINAMBÁ, 1999), hoje representando uma opção de turismo comunitário no estado, sendo referência para o país.

Figura 1 – Mapa de localização da Prainha do Canto Verde, Ceará, Brasil.



Fonte: Dados do autor, 2016

Diante deste cenário, surgem perguntas de partida que margeiam a presente tese: Existe turismo comunitário na Prainha do Canto Verde? Quais os impactos dessa atividade na comunidade? Quem se beneficia desse modelo de turismo desenvolvido na comunidade?

Diante de tais inquietações indicou-se como objetivo da pesquisa: avaliar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, com o intuito de compreender a abrangência desta atividade.

Como objetivos específicos, tem-se: (i) diagnosticar junto à comunidade as atividades turísticas que vêm sendo realizadas, bem como identificar a oferta e infraestrutura turística existente; (ii) conhecer a percepção do poder público municipal e dos representantes das duas associações existentes, dentro de um recorte temporal de 2016 a 2017; (iii) identificar como o turismo comunitário se integra e reage às demandas e necessidades do mercado turístico globalizado.

Dessa forma, após responder a tais questionamentos, buscou-se refletir sobre como se dá o processo de autogestão da comunidade no território; este que se materializa enquanto uma característica marcante do turismo desenvolvido na Prainha do Canto Verde. Assim, para responder a tais indagações, foi importante refletir que o turismo configura-se como fenômeno complexo, inter-relacionado com diversas variáveis simultaneamente, provocando incertezas e ocorrências indesejadas, como as ocupações irregulares, transformações culturais e descaracterização da cultura e da paisagem quando desenvolvido sem planejamento adequado, ocasionando mudanças no território dos lugares onde se insere.

O estudo é considerado relevante por contribuir com o planejamento do turismo na localidade e do ponto de vista social, permite a descoberta de experiências com outras formas de vida, superando as relações consumistas características do capitalismo e estimulando a relação harmoniosa entre turista e comunidade receptora, onde ambos são responsáveis por uma nova forma de desenvolvimento. Para a academia, representa um tema em evidência, estando constantemente discutido por teóricos do turismo e da Geografia, além de significar importante fonte de consulta para estudantes e pesquisadores.

Para atender aos objetivos propostos, buscou-se a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, envolvendo quatro sujeitos principais: moradores envolvidos diretamente com o turismo, associações, lideranças comunitárias e poder público municipal, a fim de conhecer as várias visões acerca do mesmo tema.

No Brasil, a noção de cooperação produtiva tem sido expressa principalmente pela abordagem desses arranjos produtivos locais, considerados aglomerados territoriais de empresas ou produtores, especialmente de pequeno porte, que podem se valer da ação

conjunta ou da cooperação, a fim de alcançar melhores patamares de competitividade e de desenvolvimento (PYKE; SENGEMBERGER, 1993; SAWYER; LOURENÇO, 2001; CAPORALI; VOLKER, 2004).

Diante disso, o surgimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), pautados nas discussões sobre o desenvolvimento regional, focados na importância dos movimentos dos agentes locais e na valorização dos atrativos territoriais se transforma, algumas vezes, em possibilidades para o desenvolvimento regional, a partir de uma perspectiva territorial sustentável, que vem tomando impulso nas últimas décadas em virtude de algumas experiências bem sucedidas de desenvolvimento de capacitações produtivas nas organizações territoriais, ou seja, muitas comunidades vêm conseguindo atuar em atividades geradoras de divisas e ocupação remunerada para moradores em situação de miséria e vulnerabilidade sociocultural. São nesses territórios de poder (RAFFESTIN, 1993), que se materializam as relações sociais, se configuram as lutas pela terra, as formas de identificação e os sujeitos sociais se empoderam desse *locus* como estratégia de resistência social. Vale ressaltar que para Raffestin (1993), se faz essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território, onde ao apropriar-se de um espaço concreto ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço.

Dessa forma, pode-se citar o turismo como gerador de possibilidades nos mais diversos segmentos da atividade, que vão desde o guiamento à acomodação em suas próprias residências, como é o caso do turismo comunitário, que em um espaço apropriado no qual se detém relações de poder, se materializa uma atividade que expressa a resistência dos sujeitos envolvidos sobre o território. Diante disso, os arranjos produtivos locais podem ser desenvolvidos em destinos turísticos, regiões ou roteiros, em específico, os APLs do turismo apontam como uma alternativa para o desenvolvimento de regiões e como promotor de vantagens competitivas (COSTA; SAWYER; NASCIMENTO, 2009), ao passo que corroboram para o fortalecimento desses territórios.

O turismo comunitário no Brasil, por muitos anos não teve grande relevância para o cenário turístico nacional, tendo em vista que a visibilidade sempre foi voltada para um turismo de sol e praia, enaltecendo as belezas do litoral. Esse tipo alternativo de turismo não servia de referência para a maioria das pessoas e era distante da realidade e das tendências nas políticas públicas nacionais e internacionais dos últimos anos, principalmente no que se refere à preferência dos visitantes. É sabido que o turismo mais procurado é o convencional, na maioria das vezes, o turismo de massa, ou seja, aquele em que grande número de pessoas visita uma determinada localidade, voltado para a classe média assalariada, com rendimentos

limitados. Geralmente é realizado individualmente ou em grupos em forma de pacotes, com conforto razoável e poucos gastos.

O Turismo Comunitário no Ceará teve um grande impulso ao realizar-se de 12 a 15 de maio de 2008, na cidade de Fortaleza, o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, quando o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) começou a reconhecer o turismo comunitário no Brasil. Nesse evento, o Ministério do Turismo (Mtur), apresentou experiências de turismo comunitário no país e se comprometeu a apoiar novas iniciativas.

A justificativa da escolha desse tema está pautada em três âmbitos: pessoal, acadêmico e social. No âmbito pessoal, está ligada à formação acadêmica da pesquisadora, além da área de atuação da mesma e pelo interesse em estabelecer uma reflexão acerca do turismo e seus impactos na comunidade, principalmente se levados em consideração os deslocamentos realizados em busca de um destino turístico, o surgimento de novos empreendimentos, modificações na economia local, entre outros impactos, que estão interligados com as políticas públicas de regulação do espaço e conseqüentemente a (re) ordenação do mesmo.

Já no âmbito acadêmico, representa um tema em evidência, estando constantemente discutido por teóricos do turismo e da Geografia, além de significar importante fonte de consulta para estudantes e pesquisadores. Vale salientar que o Turismo e a Geografia estão interligados visto que a atividade turística constitui um fator econômico-social que se manifesta no espaço geográfico.

E por fim, no âmbito social, o estudo é considerado relevante por contribuir com o planejamento do turismo na localidade, permitindo a descoberta de experiências com outras formas de vida, superando as relações consumistas características do capitalismo e estimulando a relação harmoniosa entre turista e comunidade receptora, onde ambos são responsáveis por uma nova forma de desenvolvimento.

A tese foi dividida em quatro capítulos. O Capítulo 1, referente à introdução, explana sobre as motivações que levaram à pesquisa, trazendo também os objetivos do estudo e a justificativa da escolha do tema. O Capítulo 2 discorre sobre a abordagem metodológica norteadora da pesquisa, caracterizando a área de estudo e as técnicas de coleta e análise dos dados, evidenciando também a revisão da literatura sobre o conceito de percepção e sobre a temática do turismo comunitário no contexto brasileiro, enfatizando a emergência e o desenvolvimento dessa proposta no país, além de abordar sobre as redes de territórios solidários no Brasil e no Ceará. No Capítulo 3 apresenta-se os resultados da pesquisa, compostos por um diagnóstico da oferta turística na Prainha do Canto Verde, apontando as

opções de hospedagem, alimentação, atrações culturais e naturais, além de problematizar seus pontos negativos e positivos; para em seguida abordando as percepções sobre o turismo comunitário para a Prainha do Canto Verde, levando em consideração diversos atores que participam direta e indiretamente da oferta e planejamento do turismo comunitário. E, por fim, o Capítulo 4 traz as conclusões da pesquisa.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Procedimentos Técnico-Metodológicos

Com base nas leituras preliminares, pautadas em autores como Coriolano (2006a), Cañada; Gascon (2007) e Bartholo (2009), que pesquisam a integração do turismo com as comunidades e Raffestin(1993), Haesbaerth (2004) e Santos (2001), que contribuíram para estabelecer o debate sobre espaço e território associada às visitas de campo levantou-se a hipótese de que existe uma experiência de turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, a qual teria beneficiado uma parcela dos moradores, proporcionando melhores condições financeiras por meio da renda complementar e fortalecido o território, por outro lado esta mesma experiência têm promovido insatisfação para aqueles que não estão incluídas nela por conflitos, discordâncias e uma inexistente unicidade na proposta. O Apêndice A apresenta a autorização para atividades com finalidade científica conseguida junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio

O levantamento preliminar de dados em campo foi realizado através do instrumento de pesquisa do MTur (2015), denominado de Inventário da Oferta Turística (INVTUR), que se configuram como o resultado da revisão e atualização de documentos anteriores e de ajustes, correções e adequações conceituais, metodológicas, operacionais e técnicas, refletindo a dinâmica contemporânea da economia do turismo exigida pela sociedade e pelos setores produtivos. É importante ressaltar que estão alinhadas ao Plano Nacional de Turismo 2013-2016 (PNT), além de visão e diretrizes do MTur (BRASIL, 2006a).

Foram realizadas ainda nessa fase exploratória, entrevista com o poder público e aos representantes das redes de turismo solidário e associações comunitárias, seguindo um roteiro semi-estruturado (Apêndices B e D). Estas foram estruturadas com um roteiro previamente estabelecido, gravadas em formato *mp3*.

Durante essa etapa foram levantadas informações sobre os serviços turísticos como meios de hospedagem, alimentação, atrativos naturais, culturais e infraestrutura básica disponível na localidade. A partir dessas informações, organizou-se um diagnóstico, com a análise das informações levantadas pelo documento, visando identificar as potencialidades e vocações das localidades que trabalham ou pretendem investir no turismo, contemplando áreas rurais e urbanas do território estudado, como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. Ainda nessa etapa, a pesquisadora realizou uma observação assistemática, utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade sem planejamento

prévio, visando captar situações diversas. Utilizou-se esse instrumento principalmente para a familiarização com o objeto de estudo e moradores.

A segunda etapa da pesquisa foi destinada à aplicação de questionários (Apêndice C) com o intuito de instrumentalizar o pesquisador de dados empíricos e aprofundar discussões qualitativas acerca do turismo comunitário. Os questionários foram organizados a partir de um ordenamento de perguntas, respondidas por escrito pelo próprio pesquisador. Os questionamentos foram objetivos, divididos em blocos temáticos e abrangeram perguntas abertas (a fim de conhecer a opinião do participante), fechadas (composta de resposta sim ou não) ou de múltiplas escolhas (fechadas com uma série de respostas possíveis).

Nesse sentido, foram realizadas 8 (oito) visitas à comunidade, sendo duas como turista e 6 (seis) como pesquisadora, nas quais se buscou construir uma visão mais crítica em relação ao que se propusera pesquisar. Em tais momentos foram entrevistados representantes da Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, um representante do grupo de turismo e oito donos de estabelecimentos hoteleiros, incluindo-se aqueles que alugam suas casas para turistas.

Para a obtenção destes dados quanti-quantitativos, realizou-se em 30 de maio de 2017 a aplicação de 100 (cem) questionários na Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE, compondo uma amostra equivalente a um terço (1/3) das famílias que residem na comunidade, ou seja, 33% da população pesquisada. Os questionários foram aplicados por 12 alunos do curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Fortaleza, os quais cursavam no período da pesquisa, as disciplinas de Turismo Sustentável e Meio Ambiente e Gestão Ambiental.

Para participarem da coleta dos dados, tais aplicadores participaram de uma oficina intitulada de I *Workshop* de Pesquisa, ministrada pela professora doutora Anna Érika Ferreira Lima. Com quatro horas de estudos teóricos e práticos, a oficina foi o momento em que os estudantes puderam conhecer o conteúdo dos questionários e a técnica da aplicação do mesmo, além do primeiro contato com informações sobre a comunidade na qual estariam inseridos.

O documento foi composto por 12 questionamentos, divididos em cinco partes: Parte I – Dados socioculturais, Parte II – Dados socioeconômicos, Parte III – Questões socioambientais, e por fim, Parte IV – Turismo.

A terceira etapa da pesquisa teve um viés propositivo, visando inventariar a Prainha do Canto Verde, a fim de propor um melhor gerenciamento ou planejamento da atividade do turismo comunitário na Prainha, sendo realizado a partir da comparação entre a

literatura da área do turismo que estabelece padrões de qualidade dos serviços, adaptados pela autora para esta pesquisa, com a análise dos resultados das entrevistas e dos questionários aplicados nas etapas anteriores, que possibilitaram a compreensão da visão da comunidade acerca do turismo comunitário.

Os trabalhos de campo foram realizados nos períodos de 03 de março de 2016 a 30 de maio de 2017, sendo considerada uma ferramenta necessária para o aprofundamento das investigações. Na Geografia sua importância é ampliada, pois é nesse momento que o pesquisador entra em contato direto com a realidade estudada, interagindo com os sujeitos e podendo perceber como estes se comportam diante dos fatos (MATOS; PESSÔA, 2009).

Nessa perspectiva, buscou-se por meio da observação direta em campo, ter contato real com o objeto estudado, desta feita, buscando sem alterar o quadro do fenômeno, constatar, analisar e concluir utilizando-se de instrumentos de investigação que respondam às inquietudes do problema detectado. No que se refere à coleta de dados, essa foi abrangente com fotografias e diário de campo, visando à interpretação da realidade percebida, identificação e representação dos fenômenos socioeconômicos e culturais que influenciam na atividade turística local (MATOS; PESSÔA, 2009).

Depois de cumpridas as etapas metodológicas propostas, foram reunidas as informações coletadas, organizadas e sistematizadas para posterior análise.

Na etapa de tabulação e apresentação dos dados, utilizaram-se recursos computacionais para obter cálculos estatísticos, gráficos, tabelas e quadros, além da transcrição de depoimentos orais realizados nas entrevistas gravadas por meio de gravador.

Tendo por base uma análise estatística descritiva, obtida através de tabulação manual dos dados e com gráficos gerados através da ferramenta Microsoft Excel, durante a discussão dos resultados, buscou-se confrontar os dados quantitativos e os dados qualitativos, com o objetivo de confirmar ou rejeitar a (s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa. Além da ferramenta tecnológica, teve-se a contribuição de um professor da área da Estatística, no sentido de escolher os gráficos que mais se adequam aos questionamentos.

## **2.2 Referencial Teórico**

### ***2.2.1 Percepção e imagem como forças simbólicas do turismo comunitário***

São muitas as variações do estudo da percepção tendo em vista sua diversidade de definições nas várias áreas de conhecimento. A palavra deriva do latim, *perceptio* e significa

“compreensão, faculdade de perceber” (HOUAISS, 2002). Em outra visão, representa o ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento do objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual (MARIN, 2008).

Embora a percepção esteja presente em muitas ciências por sua importância em compreender algo sobre o mundo como um conjunto de eventos físicos naturais e humanos, na geografia, a percepção ambiental ganhou destaque a partir dos estudos de Tuan (1980), disseminando um conhecimento por meio das percepções, representações, atividades e valores dos homens em geral, visando o estudo das relações das pessoas com o meio ambiente e seu comportamento em relação aos espaços e aos lugares.

No que tange ao lugar, Bhabha (1998) o apresenta como uma “construção simbólica, simultaneamente, local e mundial: lugares de hibridismo [...] que exigem uma perspectiva de trânsito, não apenas no interior de cada grupo, mas, sobretudo nas fronteiras, nos interstícios a partir de onde se revelam tensões, conflitos e negociações” (BHABHA, 1998 p. 20).

Na perspectiva do turismo, o lugar turístico se apresenta como um espaço adaptado para o consumo, conforme Rodrigues (2002) que afirma ser a indústria do turismo uma produtora de espaços delimitados a um determinado tipo de consumo – o consumo da natureza – através dos determinados “serviços” do turismo. Diante disso, o lugar turístico deve ser compreendido como local de trocas simbólicas, partindo do pressuposto básico que “seus espaços, as práticas que nele se desenvolvem e as experiências que nele são vividas [...] só podem ser dotados de inteligibilidade quando apreendidos a partir de seu contexto cultural” (SANTOS, 2005, p. 2).

Tuan (1980) agrega afirmando que o lugar é visto como um conjunto de experiências diárias dos sujeitos sociais, carregados de valores simbólicos de interesse comum para a comunidade (TUAN, 1980), e é nessa perspectiva que a Prainha do Canto Verde está sendo estudada, compreendendo que se configura como um lugar repleto de história, movimentos sociais, lutas, entre outras experiências, envolvendo a comunidade, turistas, estudantes, empreendedores, lideranças, entre outros sujeitos sociais, que compõem o mesmo espaço, que Santos (1997a, p.51) define como sendo “o conjunto indissociável, solidário, de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

Baseando-se nessa definição, percebem-se que no litoral nordestino é possível se encontrar vários tipos de uso e ocupação, destacadas pelo Projeto Orla (2006) como três

classificações (Classe A, B e C) importantes para se compreender como se deu a ocupação do litoral Leste de Fortaleza.

A classe A está associada aos que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, essas se configuram como orlas de interesse especial. Nesse tipo de orla, observam-se trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas (PROJETO ORLA, 2006, p. 57).

Quanto às orlas pertencentes à Classe B, estas apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela ação antrópica e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que tragam baixo potencial de impacto, devem ser estimulados (PROJETO ORLA, 2006, p. 59). Um exemplo desse tipo de orla é a Prainha do Canto Verde.

No Brasil, em especial no Ceará, praias com essas características têm sido alvo de especuladores que buscam oportunidades para grandes empreendimentos imobiliários, voltados para a sociedade da produção e consumo e que despertam os interesses do mercado imobiliário em algum momento pela sua beleza natural.

As orlas do tipo C apresentam médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens modificadas pela ação antrópica, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entornos (PROJETO ORLA, 2006, p. 60).

Embora estudos apontem ações sustentáveis e programas determinem diretrizes para o desenvolvimento sustentável, para que ocorra um turismo responsável em uma determinada localidade a fim de minimizar os impactos da atividade, a comunidade deve participar por meio de fóruns, reuniões, entre outros eventos, do planejamento da atividade. Devem expor suas necessidades, suas angústias e opinar quanto à forma de gestão que deve ser implantada na comunidade.

Além disso, os gestores sejam os sujeitos internos ou representantes dos órgãos das esferas municipal, estadual ou federal, devem levar em consideração a percepção dos residentes em relação ao meio ambiente, pois o espaço, os equipamentos e serviços urbanos são impactados através da qualidade ambiental (RIO; OLIVEIRA, 1999) e no caso da Prainha

do Canto Verde, residentes, na maioria deles, envolvidos com a pesca, renda e agricultura, complementam sua renda por meio do turismo comunitário, buscando ações sustentáveis, envolvendo a comunidade e os turistas.

Diante disso, como a percepção está configurada como o ato de perceber, adquirir conhecimento a partir de algo por meio dos sentidos, compreender e ouvir torna-se indispensável na fase inicial do planejamento a fim de organizar os caminhos a serem seguidos em prol do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a percepção assume o papel de captar informações acerca dos atores sociais, oriundos da realidade do meio externo e de sua própria interação com o mundo material que os cerca, configurando-se como um processo cognitivo/cultural que envolve mecanismos de percepção externa (os cinco sentidos) e a elaboração mental (AMANTE, 2001).

Mais especificamente, a percepção ambiental facilita o entendimento e a compreensão das inter-relações entre o meio ambiente e os atores sociais envolvidos, tornando clara sua visão acerca da realidade em que vive, expressando desejos e anseios, além de visualizar como o homem enxerga, interpreta, convive e se adapta à realidade do meio em que vive, principalmente em se tratando de ambientes instáveis ou vulneráveis socialmente e naturalmente (OKAMOTO, 1996).

O estudo da percepção torna possível desenvolver ações de base local, partindo da realidade do público alvo, expressando sua visão de como percebem o ambiente em que vivem, além de suas fontes de satisfação e insatisfação (FAGGIONATO, 2005).

De acordo com a UNESCO (1973, p. 11),

[...] uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes (UNESCO, 1973, p. 11).

Assim, o espaço está estritamente relacionado com a visão e a percepção da comunidade, quando o homem se insere no mundo enquanto sujeito, mantendo relação com outros sujeitos e com o objeto. Dessa forma, o sujeito compreende o espaço a partir da forma como o percebe e passa a compreendê-lo com uma visão singular e/ou geral.

De acordo com Tuan (1983), todos os seres humanos compartilham percepções comuns em virtude de possuírem órgãos similares. O primeiro contato do indivíduo e coletividades com o mundo está ligado com a sensação que o indivíduo tem sobre determinada coisa ou lugar, ou seja, a sensação leva à percepção, que leva à formação de imagens mentais (TUAN, 1983, p. 6).

A imagem sempre foi parte fundamental da visão, prática e pessoal, sendo de todos os sentidos, o mais intelectual, o mais próximo do pensamento (AUMONT, 1993).

Desde os primórdios da humanidade, os homens habitantes das cavernas já externalizavam seus sentimentos através de pinturas rupestres nas rochas, que expressavam sua rotina diária, suas vontades e desejos, além de desenhos voltados para os hábitos alimentares, rituais e caça.

A imagem se tornou imprescindível enquanto instrumento de comunicação, não se podendo negar a influência do meio televisivo no dia a dia de muitas pessoas, principalmente no que se refere ao lazer, entretenimento e turismo. Por meio de novelas, documentários e programas voltados para o destaque de áreas naturais, as pessoas passaram a iniciar suas experiências turísticas bem antes de chegarem ao local, estabelecendo uma relação de proximidade e valoração de um determinado destino.

Foi assim, que ao final da década de 1990, novelas de grande audiência, começaram a evidenciar o Nordeste e suas belezas naturais através de imagens que retratavam vilarejos e comunidades litorâneas, como é o caso de *Tropicaliente*, novela veiculada pela Rede Globo de Televisão, gravada em Morro Branco, em Beberibe e até mesmo o *reality show* “No Limite”, que mostrou as peculiaridades da Praia da Caponga, em Barra Nova e Sucatinga, em Cascavel, consolidando-as como paraísos tropicais.

Embora o desejo de conhecer e o interesse em vivenciar experiências nas praias do Nordeste tenham se tornado ponto de partida para o ‘boom’ do turismo no Nordeste brasileiro, em especial, no Ceará, a mídia estimulou e motivaram pessoas de todo o mundo a passarem férias em Fortaleza, inicialmente em busca de sol e praia e, depois, motivados pelas peculiaridades gastronômicas e artesanais características do Estado.

Além dos incentivos em propaganda, os fiscais e tributários foram injetados por todas as esferas governamentais a fim de garantir conforto, qualidade e aconchego para essa nova realidade do povo cearense, que se via iniciando suas atividades turísticas de forma infraestruturada, estimulando o turismo tradicional, aquele baseado na padronização, luxo, requinte e atendendo às necessidades de um grande contingente de turistas.

No entanto, embora a forma de turismo tradicional seja a mais conhecida e difundida, experiências retraídas de uma nova forma de fazer turismo emergem da necessidade de um grupo de pessoas que não se contentam mais com a padronização dos serviços e com o distanciamento dos hotéis luxuosos.

Esse novo visitante deseja ir além, sente a necessidade de adentrar nas comunidades, conhecer o modo de vida de pessoas que possuem o dia a dia diferente do habitual dessas pessoas, como pescadores, rendeiras e agricultores que, motivados pela

vontade de terem voz ativa e determinar o que desejam para comunidade, se organizam em prol de uma melhora da qualidade de vida. São pessoas que se mobilizam pela preservação desses locais, a partir de atividades turísticas compatíveis com a preservação ambiental, visto que a degradação do meio ambiente vem tomando grandes proporções a nível mundial (PNUD, 2014).

As tendências sustentáveis<sup>1</sup> aliadas a uma nova forma de pensar o turismo, baseada na valorização do ambiente natural, do modo de vida cotidiano e da preservação do meio ambiente, fez com que o turismo comunitário ganhasse mais visibilidade por proporcionar a interação entre comunidade e visitante, embora se acredite que o turismo não esteja associado apenas àquele indivíduo que deseja realizar uma experiência, mas à toda uma interação com a comunidade, em diversos níveis, envolvendo serviços de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros (RUSCHMANN, 1999).

Configura-se como força econômica que gera fenômenos de consumo, estimulando a política financeira a nível nacional e internacional, transformando consideravelmente o espaço, levando-se em consideração dois fatores importantes: o interesse dos turistas e da comunidade em receber turistas e juntas, representam resultados referentes à circulação monetária, o aumento no consumo de bens e serviços, elevação nas condições econômicas da população e o aparecimento de empreendedores do turismo (BRASIL, 2006a).

Diante disso, o turismo pode se configurar como possível mitigador de problemas sociais em algumas comunidades, fortalecendo a política e a economia a fim de garantir melhores condições de vida aos moradores. Na visão de Falcão (1996) o turismo comunitário se expande com a produção de bens (infraestrutura, construções, alimentos e produtos diversos) e serviços (transportes, hospedagem, alimentação, etc.), que se integram para o consumo final, oferecendo o mercado de consumo e as 'condições de acessibilidade' a determinado lugar, onde o espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re) produzido e comercializado (FALCÃO, 1996, p. 65).

Nessa perspectiva, a Prainha do Canto Verde enquanto território acrescido de um valor simbólico, associado à infraestrutura territorializada (meios de hospedagem, restaurantes, vias de acesso, etc.), se transforma em produto e como tal, é vendido e

---

<sup>1</sup> Entende-se por tendências sustentáveis, a incorporação do desenvolvimento sustentável aos espaços de decisão, onde o conceito de responsabilidade empresarial começa a ceder lugar ao de sustentabilidade, materializado em novas direções e gerências nas estruturas das companhias. As empresas que pensam em longo prazo percebem que, para sobreviver, terão que lidar com questões referentes à mudança climática e integrar valores sociais e ambientais ao mercado (CEPAL, 2011).

consumido, embora por turistas ‘selecionados’ a partir do perfil que os moradores buscam receber.

Cabe assim perceber os principais conceitos, princípios e premissas fundamentais do turismo comunitário. Pois a percepção ora em estudo incide justamente sobre esse universo simbólico específico, com suas regras particulares de encadeamento de ideias e práticas.

Em meio às muitas opções de turismo existentes no mundo contemporâneo, àquelas voltadas para as trocas de experiências estão se tornando cada vez mais comuns entre os turistas. Trata-se de uma forma diferenciada de fazer turismo, baseando-se não mais apenas no bem-estar do turista, mas principalmente, na comunidade visitada, que passa a desfrutar das vantagens do turismo enquanto atividade econômica e se, bem planejado, gera emprego e renda. É uma oportunidade de renda complementar para o morador, principalmente quando se trata de uma comunidade extrativista como a Prainha do Canto Verde que depende da pesca.

As discussões acerca do turismo comunitário vêm se destacando por sua dimensão no contexto mundial, que para Irving (2009), iniciaram-se a partir da junção de vários critérios surgidos em âmbito nacional e internacional.

Dentre esses critérios, destaca-se: (i) o turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) a existência do capital social e o compromisso de “stakeholder engagement” como elementos fundamentais nas ações empreendidas por projetos internacionais; (iv) a inclusão do turismo nas pautas de organismos oficiais internacionais, associado à questões socioambientais; (v) mudança no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade socioambiental; (vi) planejamento turístico responsável a fim de evitar a exclusão social nas comunidades a serem visitadas, e (vii) a urgência de discussões acerca de “turismo e sustentabilidade”.

Percebe-se que os critérios destacados por Irving (2009), como a inclusão social, participação, governança, capital social, “stakeholder engagement<sup>2</sup>”, compromissos socioambientais, sustentabilidade, etc., configuram-se como premissas básicas ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), trazendo a discussão da periferia para o centro, rompendo as barreiras acadêmicas e penetrando no universo político e midiático.

---

<sup>2</sup> O Diálogo com Grupos de Interesse (*Stakeholder Dialogue ou Stakeholder Engagement*) é uma metodologia de consulta social participativa, que identifica e caracteriza cada um dos stakeholders da empresa, captando sua percepção e suas expectativas sobre a empresa, em particular, e sobre a atividade de exploração, em geral (VINHA, 2002).

Desta forma, motivados por tais premissas, turistas e visitantes buscam contribuir com essas comunidades, convivendo com suas realidades, valorizando o local, efetivando o intercâmbio cultural e a troca de experiências.

Alguns estudiosos como Blackstock (2005), que desenvolveu um estudo na comunidade de Port Douglas, na Austrália, apresentou no artigo intitulado “*A critical look at community tourism*”, as limitações do TBC na sua abordagem sobre o desenvolvimento comunitário. Já Mitchell e Muckosy (2008), no artigo “*A misguided quest: Community based tourism in Latin America*”, apresentou um olhar crítico do TBC e seu desenvolvimento na América Latina.

Diante disso, constatou-se que, para muitos estudiosos como Blackstock (2005), Hall (1996), Illich (1976), entre outros, o turismo comunitário, se configura não só como uma ajuda mútua, mas principalmente, pela junção de saberes e fazeres, de forma impactar positivamente a comunidade, dentro dos limites impostos pelos próprios residentes.

Embora órgãos, entidades e instituições busquem conceituar turismo comunitário, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), afirma que este deve estar associado à heterogeneidade das experiências, com a formação do território e as intenções políticas das organizações não governamentais (ONGs), responsáveis por organizar e viabilizar a experiência. O que se percebe é a falta de consenso sobre a conceituação de turismo comunitário, embora o órgão aponte princípios comuns entre as diversas conceituações, como:

a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2010).

Para Maldonato (2009) a comunidade se configura como uma junção de princípios e valores que regem a forma de organização e convivência de um dado grupo humano, diferenciando-se de outros atores da sociedade, embora a política pública para o TBC tenha sido norteadada por alguns conceitos defendidos por instituições reconhecidas como pioneiras na organização da atividade turística de base comunitária, dentre elas a WWF-Brasil, que em 2003 publicou o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável (BRASIL, 2010).

De acordo com a WWF-Brasil (2003 p. 23), dentro do conceito de turismo responsável, o ecoturismo de base comunitária pode ser entendido como o realizado em áreas

naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, gerando benefícios e contribuindo com a preservação da biodiversidade (WWF-BRASIL, 2003 p. 23).

Dessa forma, Maldonato (2009) compreende que a base da identidade comunitária pode ter suas raízes na consciência de pertencer a um determinado grupo étnico, seja este descendente ou não de povos nativos e possuem vastos territórios do continente, antes da época das colonizações, tal como é o caso dos povos afrodescendentes, onde toda riqueza cultural é percebida através de rituais, celebrações, festividades civis e religiosas, além das comerciais, como as feiras agrícolas, de pecuária, artesanais, gastronômicas e medicinais, explorando a expressividade dos moradores das comunidades, influenciando o turista a vivenciar novas experiências na natureza (MALDONATO, 2009).

Diante disso, Maldonato (2009) defende que os princípios norteadores do turismo nas comunidades devem ser baseados em uma visão complementar de que a terra e as pessoas formam um todo, as relações devem ser constantemente recriadas de forma harmônica, baseadas na reciprocidade de todas as formas de vida (MALDONATO, 2009).

Ainda segundo o autor (2009, p. 31),

como turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONATO, 2009 p. 31).

Dentre as várias características do turismo comunitário, visualiza-se principalmente a economia social, a partir de recursos próprios, valorização do patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros.

Para Coriolano (2009),

o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios (CORIOLANO, 2009).

Hiwasaki (2006) define TBC em seu estudo como um conjunto de atividades que devem objetivar, primeiramente, a capacitação dos membros comunitários e a apropriação de meios de produção e de consumo que se dará por meio da conscientização da comunidade local e da participação ampliada dos agentes do planejamento turístico e na gestão das atividades turísticas (HIWASAKI, 2006).

Já Rocha (2003 p. 51) aponta que o “ecoturismo comunitário” se configura como uma associação de fatores culturais com elementos do ambiente que se expressam na relação entre visitantes e anfitriões, ou seja, a proximidade que beneficia a população local a partir de elementos culturais, pautadas em diretrizes sob o viés de uma economia baseada em pilares mais humanos e menos capitalistas, onde o sistema econômico deve se baseado na solidariedade e na produção para o consumo de bens e serviços originados em ações grupais, por meio de diálogos e processos de tomada de decisão ROCHA (2003).

O Nordeste brasileiro convive com uma fraqueza social, proveniente de questões nacionais e principalmente devido às precárias condições histórico-sociais acumuladas durante a formação socioespacial, elevando as desigualdades, visto que o nordeste é fruto de um povoamento baseado na exploração da mão de obra, compreendida como “expressão de territorialidade absoluta de grupo em que prevaleciam marcas de identidade, exclusividade e limites, sem mediação” (SANTOS, 1997b, p. 196).

É importante salientar que a diversidade cultural encontrada no Brasil e sua extensão geográfica podem ser fatores significativos no que se refere à conceituação do turismo de base comunitária, uma vez que este pode se desenvolver em comunidades tradicionais ou naquelas segregadas, urbanas ou rurais, provenientes (ou não) de movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, reforma agrária, entre outros.

Durante décadas, o turismo comunitário no Brasil teve um sentido errôneo, marginal, longe de ser tendência mundial e interesse político nacional e internacional. Durante esse período foram poucas as investigações acadêmicas acerca desse tipo de turismo, resultando em escasso bibliográfico, que servisse de fundamentação teórica para outros estudos mais específicos.

Essa realidade perdurou até meados da década de 1990, até que pesquisadores de várias áreas no País iniciaram discussões com essa temática, levando-as ao primeiro Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL) em 1997, organizado pela professora Adyr Balastrieri Rodrigues, sendo realizado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Durante evento, foi destacado a necessidade de fóruns com essa temática, além da consolidação de redes de pesquisas voltadas ao turismo comunitário, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações, embora a pouca discussão sobre o assunto permaneça até a atualidade (IRVING, 2009).

Ainda que o turismo comunitário seja considerado periférico, substanciado pelo pensamento de teóricos e intelectuais, o desejo de desenvolver um turismo de aproximação do homem com a natureza é uma característica marcante desse tipo de turismo. Nesse segmento, busca-se a contemplação da vida natural e a busca de experiências, com interesses mercantis mais cautelosos e planejados, sendo visualizado como um protótipo do desenvolvimento sustentável, a partir de dimensões culturais, socioeconômicas e ambientais, visando estruturar, organizar e comercializar um produto turístico sem impactar negativamente a comunidade ou minimamente.

Baseando-se nessa mudança de cenário, essa nova forma de fazer turismo caracteriza-se pela participação da própria comunidade, que participa da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo (LTDS, 2011). A definição de turismo comunitário, dentre perspectivas antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, históricas, psicológicas e ambientais é defendida pela Rede Tucum (2010) como:

a contramão do convencional, no turismo comunitário a população local possui o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsável pelo planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e serviços turísticos. Tudo isso orientado por princípios que buscam garantir a sustentabilidade socioambiental, a exemplo da atitude ética e solidária entre as populações locais e os visitantes, geração e distribuição equitativa da renda, conservação ambiental e valorização da produção, da cultura e das identidades locais (REDE TUCUM, 2010).

No Brasil, o turismo comunitário tem como principal estratégia aliar-se às instituições locais para apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiem prioritariamente as comunidades visitadas, gerando renda e propiciando a participação direta da população local nas tomadas de decisão, sendo gestoras de seu próprio território.

Na visão de Maldonato (2009 p. 31),

por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modo de vida (MALDONATO, 2009 p. 31).

Outro avanço considerado fundamental para o desenvolvimento do turismo comunitário no Brasil se refere ao lançamento do Edital 01/2008 pelo Ministério do Turismo, incentivando e financiando práticas de turismo comunitário, envolvendo ações do poder público em prol desse tipo de turismo, estando fortemente presente no Nordeste brasileiro,

onde 80% das iniciativas ocorrem nas proximidades, no interior ou contêm áreas protegidas, seja em unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável e áreas de preservação permanente (APP) (BURSZTYN, 2009).

Algumas características são peculiares ao turismo comunitário e fazem da atividade turística uma experiência diferenciada em algumas comunidades. É importante destacar que no turismo comunitário, visitantes e nativos dividem um mesmo espaço e desfrutam dos mesmos atrativos naturais, culturais e convencionais do lugar.

Na maioria das experiências de turismo comunitário, observam-se parcerias com ONGs e universidades, para a realização do planejamento, estruturação e operação do turismo, ou seja, o turismo é pensado e executado com ajuda externa, que através desse suporte e apoio financeiro, passa a unir-se com essas comunidades em busca de um modo de gestão democrática, em que o nativo (seja por meio de cooperativa ou organização familiar) possa gerir seus empreendimentos de diversas formas, embora sempre apresentando atividades de planejamento do turismo de base comunitária e necessitando prestar contas do que vem sendo realizado (LTDS, 2011).

No contexto latino-americano, o turismo comunitário surge no auge de mudanças socioeconômicas e políticas associadas às novas preocupações inerentes ao desenvolvimento sustentável e responsabilidade social de empresas.

Algumas iniciativas contribuíram para o fortalecimento da rede como a criação de federações, ONGs e instituições que subsidiaram o crescimento das redes de turismo comunitário na América Latina. Na Guatemala, por exemplo, a criação da Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala – FENATUCGUA teve como objetivos apoiar projetos, *marketing*, gestão, realização de eventos e de parcerias com ONGs a favor do Turismo Rural em comunidades (BARBOSA, 2011).

Na Nicarágua, a criação da Rede Nicaraguense de Turismo Rural – RENITURAL junto ao Instituto de Turismo da Nicarágua, aprova em 2009, a política de promoção do Turismo Comunitário, regularizando a atividade e oferecendo assistência técnica às comunidades integrantes da rede, promovendo a imagem desses destinos, além de contribuir com a melhoria da infraestrutura rodoviária (INTUR, 2010).

A contribuição da Costa Rica está na parceria entre populações de comunidades, a criação do Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional - COOPRENA e da Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário – ACTUAR, que impulsionam o Turismo Rural Comunitário no país que, mediante financiamentos internacionais, provenientes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Fundo para o Meio

Ambiente Mundial – FMAM, desenvolvem projetos turísticos nas comunidades integrantes da rede (INGUAT, 2010).

No Equador, em 2002, é aprovada a lei de turismo que reconhece os direitos das comunidades rurais desenvolverem a atividade turística, estimulando-as a participarem do turismo como prestadores de serviços, além de fazerem parte do Conselho Consultivo de Turismo, órgão de assessoramento do Ministério do Turismo - MINTUR que coordena as ações entre setores público, privado e comunitário (INTUR..., 2010, p. 39).

Com o Plano Nacional Estratégico do Turismo – PENTUR (2005-2015), algumas ações são associadas ao Ministério do Comércio Exterior e Turismo – MINCETUR, além da promoção de gestão participativa e descentralizada de interação comunitária, na intenção de organizar, gerir e promover o desenvolvimento do turismo, melhorando a qualidade de vida da população, garantindo a valorização e conservação patrimônio do nacional histórico, cultural e natural do país (MINCETUR, 2008).

Na Bolívia, o Plano Nacional de Turismo Comunitário aumentou a contribuição do turismo ao desenvolvimento socioeconômico e melhorou a qualidade de vida de grupos sociais desfavorecidos com o turismo comunitário do país (BOLÍVIA, 2010). Outra importante contribuição foi a Declaração de São José, ocorrida na Costa Rica em 28 de outubro de 2003, que estrutura o turismo rural comunitário em comunidades integrantes nos países Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru, visando melhorar o planejamento, desenvolvimento e avaliação do turismo nos territórios por parte das próprias comunidades, sendo a autogestão um dos principais objetivos a ser alcançado (DECLARAÇÃO DE SÃO JOSÉ, 2003).

Nesse contexto, as redes de turismo comunitário de países latino-americanos desenvolvem turismo de base local em comunidades urbanas, rurais, indígenas e litorâneas, sendo que nem todas recebem apoio do Estado, mas principalmente através de ONGs, característica marcante no Brasil, recebendo ajuda de professores, lideranças atuantes no desenvolvimento comunitário, que estimulam e motivam avanços nesse sentido, além de multiplicarem experiências, construindo uma realidade diferente do mundo globalizado.

A REDETURS no Brasil tem como principal objetivo estabelecer parcerias com o poder público a fim de atender as necessidades das populações locais, além do apoio da organização internacional do trabalho e das agências de cooperação para desenvolver o empreendedorismo nas comunidades que trabalham com as redes de turismo comunitário, instituindo grupos de trabalho que, unidos aos membros das comunidades interessadas e

instituições integrantes da rede, traçam as diretrizes que auxiliam na elaboração de documentos que firmam acordos entre participantes (MALDONATO, 2009).

Nessa perspectiva, os princípios e estratégias de ação da REDTURS, são:

- Reivindicar junto aos governos nacionais, a formulação de políticas públicas que promovam um ambiente favorável ao desenvolvimento do turismo;
- Reconhecer a contribuição única das culturas indígenas para a diversificação do turismo nacional;
- Explorar novas oportunidades geradas no espaço local para o global;
- Promover a consciência nacional, respeitando a diversidade cultural, o multiculturalismo e igualdade social, dimensões fundamentais para os programas de instituições de ensino formal e informal;
- Promover incentivos públicos que permitam o turismo comunitário estimular o potencial econômico e social, minimizando os efeitos nocivos sobre o ambiente, patrimônio e valores culturais dos povos indígenas;
- Promover capacitação profissional dos integrantes de comunidades interessadas para gestão dos negócios e serviço de qualidade nas comunidades de turismo comunitário e nos negócios particulares;
- Divulgar na esfera internacional, nacional e regional, a institucionalização da “Rede de Turismo Comunitário” REDETURS para promover destinos turísticos das comunidades com garantia de autenticidade e sustentabilidade;
- Reivindicar aos governos nacionais, em especial ao Ministério do Turismo a conclusão e aplicação de normas que reconheçam, regularize e garanta o desempenho da comunidade empresarial de turismo comunitário;
- Envolver órgãos públicos no desenvolvimento do turismo para implantar estruturas, meios e processos de representação adequada com as organizações das comunidades a fim de que possam atingir os objetivos;
- Incentivar parcerias institucionais e a implementação de programas de interesse comum entre o governo central, governos locais, empresas privadas e ONGs para reforçar benefícios aos que desenvolvem o turismo comunitário;
- Envolver governos locais, instituições públicas e privadas a fim de facilitar o turismo de base comunitária às empresas, facilitando o acesso a novos mercados, recursos financeiros e infraestrutura;

- Institucionalizar e apoiar a implementação do turismo comunitário no âmbito dos direitos coletivos dos povos indígenas consagrados na Convenção nº 169 da organização internacional do trabalho, ratificadas pelos países presentes na reunião;
- Promover as expressões genuínas da identidade cultural dos povos indígenas, valores, símbolos e costumes, o mesmo sendo uma fonte de diferenciação e competitividade para motivação de viagens;
- Fortalecer órgãos de representação e coordenação regional do turismo comunitário e promover a solidariedade entre os povos e culturas do mundo (DECLARAÇÃO DE OTAVALO, 2001).

Diante de princípios e estratégias de ação, Maldonato (2007) coloca que os desafios da REDTURS são significativos, considerando que devem incentivar a eficiência nos processos associativos que coordenam ofertar serviços dentro de padrões da qualidade exigida para o turismo, inserir competitividade nos produtos para o mercado, além de promover o uso sustentável dos roteiros e atrativos e melhorar a capacidade de autogestão dos negócios.

Na perspectiva brasileira, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL, busca contribuir como fortalecimento de grupos rurais, indígenas, pesqueiros e urbanos que desenvolvem o turismo de base local, embora as iniciativas se concentrem mais na região Norte do Brasil.

Visando a capacitação profissional, a Turisol promove cursos, encontros e eventos nacionais e internacionais, estimula a produção de conhecimento a partir da elaboração de materiais didáticos, publicações e vídeos sobre experiências comunitárias, impactos em políticas públicas, promoção de diálogos com órgão e secretarias do Estado para a criação de políticas, programas e ações governamentais que viabilizem um turismo justo; promoção, estratégias de comercialização e *marketing* turístico (TURISOL, 2010).

A Turisol iniciou suas atividades em 2003, pautada em discussões acerca de trabalhos e experiências de turismo comunitário no Brasil, instigado por um programa de cooperação em economia solidária, com o apoio da Embaixada Francesa no Brasil, sediada em Brasília.

Alguns projetos ganharam destaque e se fortaleceram para organizar o turismo alternativo, que na visão de Coriolano (1998) se configuram como um novo eixo do turismo, o comunitário, que desperta discussões e perspectivas bem distintas do turismo convencional, cada vez mais organizado e em redes. Cabe salientar, que devido à crescente demanda, cidades e localidades buscam ampliar o que chamamos de convencional.

Alguns projetos comunitários ganham mais destaque que os outros, dentre eles está a Acolhida na Colônia, em Santa Catarina, Ecoporé, em Rondônia, Palmatur, no Ceará, Parque Regional do Pantanal, no Mato Grosso do Sul, Aldeia dos Lagos, no Amazonas e o objeto desse estudo, a Prainha do Canto Verde, também no Ceará, todos participantes do Fórum Internacional de Turismo Solidário – FITS, em Marseille – França (BARBOSA, 2011).

Embora o turismo comunitário estivesse tendo grande impulso, em 2003, novas discussões se iniciaram, mas dessa vez com novos objetivos: a proposta de cooperação internacional e a criação da Rede Brasileira de Turismo Comunitário.

A principal característica da Rede Turisol é a união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e buscam, através da união e troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente (TURISOL, 2010).

Para garantir o funcionamento harmônico da Rede Turisol, esta se organiza em um colegiado que inclui sete entidades participantes. São elas: Fundação Memorial Casa Grande do Homem Kariri, em Nova Olinda, Ceará; Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em Santa Catarina; Rede TUCUM, no Ceará; Pousada Aldeia dos Lagos, na região Amazônica, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em Tefé, no Amazonas; Projeto Bagagem, em São Paulo; Projeto Saúde e Alegria, na região da Amazônica (TURISOL, 2010).

No Ceará, as comunidades se encontram articuladas em redes nacionais e internacionais de turismo, que buscam fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário do estado, como a Rede de Turismo Comunitário – Rede Tucum, estando interligadas à rede Brasileira de Turismo Comunitário – TURISOL e Rede de Turismo Comunitário da América Latina – REDTURS. É importante ressaltar que na realidade da Prainha do Canto Verde, objeto desse estudo, existe um grupo de turismo atuante no turismo, porém, não vinculado oficialmente à Rede TUCUM, por discordaram dos requisitos pré-estabelecidos pela rede local, o que reflete em muitos conflitos existentes na comunidade estudada.

Na realidade cearense, as comunidades desenvolvem o turismo de base local a partir da formação de cooperativas e associações comunitárias, visando a organização da atividade e a contenção do turismo globalizado, pautado na padronização, no luxo e no consumismo, característicos do século XXI.

A Rede TUCUM é responsável por traçar estratégias e estabelecer parcerias, além de articular com outras comunidades, visando atender os requisitos básicos do turismo comunitário, necessidades e anseios das comunidades envolvidas, sendo assim, promove:

- A formação de atores sociais na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;
- Melhoria das infraestruturas turísticas, como acessibilidade aos pontos turísticos, sinalização turística, criação de centros de artesanatos;
- Melhoria nas infraestruturas urbanas básicas, como acessibilidade, escolas, postos de saúde;
- Construção de estratégia de *marketing* e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;
- Relação com os organizadores e operadores de viagens e comercialização do turismo comunitário e solidário;
- Articulação e trocas com outras redes no Brasil e do exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário (TUCUM, 2010).

As comunidades articuladas com a Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM, visando o fortalecimento e a visibilidade das experiências de turismo comunitário do Ceará, estão vinculadas à rede maiores como a REDETURS e Turisol, contando com a participação de dez comunidades tradicionais costeiras, entre indígenas, pescadores e de assentamentos rurais, além de ONGs que dão apoio institucional como a Associação Tremembé, de bandeira italiana e o Instituto Terramar. É importante citar, que a Associação Caiçara, localizada na Praia de Icapuí-CE, a partir de 2017, para a ser a Secretaria Executiva da Rede Tucum.

No estado do Ceará, o turismo comunitário é realizado nas comunidades litorâneas de Tatajuba (Camocim), Curral velho (Acarau), Caetanos de Cima (Amontada), Flecheiras (Trairi), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí) (Figura 2), o que demonstra o potencial turístico do litoral cearense, bem como seus valores culturais, os quais podem ser observados em tais comunidades a partir das manifestações culturais, folguedos, culinária e artesanato.

Uma das experiências exitosas que pode ser citada é Ponta grossa, localizada no município de Icapuí-CE, possui várias versões que envolvem sua formação, embora a mais

conhecida gira em torno de uma comunidade com forte presença de indivíduos com biotipo diferente dos nativos do litoral cearense, os quais possuem fortes traços indígenas. Na localidade habitam descendentes de espanhóis e holandeses, de olhos claros e cabelos loiros.

A comunidade possui uma população estimada de 19.129 mil habitantes (IBGE, 2013). A comunidade fica em uma faixa de praia de 1 quilômetro, habitada por cerca de 300 pessoas, originadas de uma mesma família. Na comunidade, algumas regras foram estabelecidas como o não uso de som alto de carro, uso de barracas de praia para comércio

A atividade principal da comunidade é a pesca, embora as mulheres com mais idade trabalhem com a renda de labirinto, já os jovens investem na construção de casas, com o intuito de alugar para visitantes, assim, a comunidade encontrou no turismo comunitário uma oportunidade de obter renda extra para complementar a renda com a escassez do pescado. Na comunidade existe pouco consumo de álcool e drogas devido ao fato da população ser, em sua maioria, evangélica.

É certo que ainda necessita de maiores investimentos no que se refere ao amparo das políticas públicas bem como a divulgação adequada, fazendo jus aos seus atributos, pois se iniciou a partir da movimentação social, visando garantir os direitos da sociedade civil de ter acesso às informações das políticas públicas de turismo a serem implantadas no estado, bem como a defesa dos direitos das populações tradicionais ameaçadas de expulsão, devido à ocupação do litoral por grupos econômicos do setor turístico e imobiliário.

O objetivo das redes de turismo comunitário é propor o desenvolvimento da autogestão a fim de administrar e organizar a atividade turística, de base local, através da interação entre comunidades, facilitando as experiências e o aprendizado, além de compartilhar experiências que facilitam na gestão do território, de forma a priorizar a qualidade de vida da comunidade embora não deixando de se preocupar com as necessidades do turista.

Em relação à Rede TUCUM, Silva (2009, p. 416) afirma:

constrói troca de experiências e saberes entre si e com realidades brasileiras e internacionais; define estratégias de rede e de parcerias para desenvolver a atividade turística comunitária e projetos dentro do conceito da economia solidária; promove estratégias de marketing e dos produtos de turismo comunitário e solidário; desenvolve habilidades e competências direcionadas para a gestão e os planejamentos turísticos locais, e exerce incidência sobre políticas públicas de infraestrutura básica e de turismo (SILVA, 2009, p. 416).

Figura 2 – Abrangência da Rede Tucum nos 573 km de litoral cearense



Fonte: Rede Tucum, 2015.

Assim, o apoio logístico recebido pela Rede TUCUM somado à realização de cursos e oficinas voltadas para os serviços turísticos é considerado de grande importância haja vista a necessidade de desenvolvimento harmônico e de qualidade do turismo, embora de base local, bem como para a valorização da cultura das comunidades.

Além de capacitação profissional, a Rede TUCUM também assume o papel de construir estratégias de *marketing* que atraiam turistas e discutir, em rede, com outras comunidades participantes do turismo comunitário os problemas que surgem a fim de chegar a uma solução. Dessa forma, atraem-se não só turistas de sol e praia, mas aqueles que desejam uma outra forma de turismo, baseada na proximidade com a natureza e com os moradores locais.

Através dessas articulações, diversas comunidades passam a interagir e trocar experiências exitosas ou não que contribuem favoravelmente com uma nova forma de desenvolvimento nas comunidades, baseada em uma gestão responsável. Dentre as várias comunidades que promovem o turismo comunitário, Nova Olinda, na região do Cariri, por meio do trabalho da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e que está diretamente articulada às redes Turisol e REDTURS, entretanto desenvolve projetos de

turismo comunitário independentes da Rede TUCUM e das ONGs a ela ligadas, embora interagindo com comunidades que dela fazem parte (BARBOSA, 2011).

Como forma de divulgação de seus atrativos enquanto comunidade turística elaboram pacotes de forma a facilitar e organizar o turismo na localidade, incorporando serviços de hospedagem, alimentação e algumas vezes até transporte, conforme mostra a Figura 3.

No sítio da REDETURS, é possível encontrar uma descrição muito favorável e atrativa do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde:

além de deixar os visitantes a vontade para explorar a comunidade e a praia e fazer contato com os moradores ou simplesmente balançar na rede olhando para o mar verde-azul, a Cooperativa de turismo e artesanato oferece uma série de atividades e excursões como por exemplo: trilha das dunas e da lagoa do Córrego do Sal com condutor de trilhas do local; passeios de jangada ou de catamarã à vela no mar, meio dia ou mais de acordo com a vocação dos marinheiros(as). Pesca esportiva, excursão até o Porto de Fortim e visita do manguezal. Os visitantes participam das festas tradicionais da comunidade como a semana santa, procissão do São Pedro, padroeiro da comunidade (29 de junho), Regata ecológica de jangadas (último fim de semana de novembro), Feira de ciência e de outros eventos organizados pela escola ou a comunidade (REDETURS, 2015).

Dessa forma, é importante que a divulgação realizada pela rede local, cearense, também se faça atrativa a fim de atrair mais turistas e adeptos do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, resgatando seus valores e incentivando sua disseminação perante à sociedade, principalmente por contribuir no processo de preservação do patrimônio natural e cultural e no desenvolvimento sustentável das comunidades.

Figura 3 – Pacote de carnaval em uma das comunidades participantes da rede

Carnaval fora do agito das grandes cidades?

rede **TUCUM**  
viva essa experiência

Passe o carnaval entrando em contato com a natureza e modos de vida comunitários em uma das comunidades que fazem parte da Rede Tucum!

Pacotes a partir de **R\$400,00**  
Para duas pessoas  
Todos os dias do Carnaval!

Jenipapo-Kanindé . Batoque . Prainha do Canto Verde . Assentamento Coqueirinho  
Ponta Grossa . Tremembé . Curral Velho  
Tatajuba . Caetanos de Cima . Flecheiras

Maiores informações:  
85 3226 4154  
www.tucum.org

Fonte: Disponível em: <https://caetanosdecima.wordpress.com>. Acesso em 28/12.2015.

Voltando para a visão do turismo, seria interessante adequar mais aos padrões turísticos apenas no sentido de expor mais detalhes sobre acomodação, alimentação, valores, horário de entrada e saída dos hóspedes, pois mesmo sendo comunitário, segue alguns modelos utilizados no turismo convencional. Outra característica que deve ser ressaltada sobre esse folder é a falta de descrição dos atrativos oferecidos na localidade, porém, isso se dá pelo fato de o folder ser geral a todas as localidades de turismo comunitário pertencentes a Rede Tucum, o que pode diminuir a motivação ao conhecer determinado destino, já que o turista não sabe em específico o que irá conhecer.

### **2.2.2 *Desenvolvimento sustentável, autogestão e comunidade***

O Brasil é um país considerado emergente e o Turismo tornou-se um trunfo para o processo de desenvolvimento, conforme indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), no Produto Nacional Bruto (PNB) ou nas rendas *per capita* (JENKINS; LICKORISH, 2000). Todavia, qualquer forma de desenvolvimento econômico exige um planejamento cauteloso e responsável a fim de garantir os objetivos que são base do desenvolvimento (COOPER *et al*, 2001). Essa premissa explica que o processo de planejamento do desenvolvimento envolve um cruzamento amplo de participantes que podem trazer consigo objetivos conflitantes.

Na realidade, se tem claro na presente tese que o termo “desenvolvimento sustentável” traz em si um sentido dúbio quando se racionaliza a raiz etimológica da palavra desenvolvimento, bem como o debate histórico que pautou a constituição deste conceito tão presente em documentos oficial de várias instâncias Governamentais, Políticas Públicas, Instruções Normativas, Resoluções, entre outros de fundamental importância.

Dentre as várias discussões acerca do desenvolvimento sustentável, a mais conhecida e citada em trabalhos científicos é a de Brundtland (1991), na qual o termo desenvolvimento sustentável surge como uma forma de amenizar os problemas conflitantes em diversas comunidades tradicionais, dentre as várias conceituações de desenvolvimento sustentável, a mais utilizada e conhecida foi elaborada pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), posteriormente publicada no estudo denominado “O Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, em 1987, afirmando ser o desenvolvimento sustentável capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem também às suas (BRUNDTLAND, 1991, p. 9).

O desenvolvimento sustentável tem sido associado à educação ambiental, visando promover modelos baseados na sabedoria da utilização dos recursos, considerando a equidade

e a durabilidade. De acordo com o Programa Internacional de Educação Ambiental, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o desenvolvimento sustentável é o objetivo mais decisivo da relação entre os "homens" com o ambiente (UNESCO, 1995a). Isso reorienta a educação ambiental (UNESCO, 1995b) e acrescenta um "remodelamento" de todo processo educativo para encontrar esse fim (UNESCO, 1992).

Para Castro (1996), o termo desenvolvimento sustentável emerge do esforço de uma (re)conceitualização do conceito de desenvolvimento, atingido pela crise ambiental e social, momento em que grande parte das teorias buscavam compreender o motivo do insucesso econômico e social das últimas décadas (CASTRO, 1996).

Já no entendimento de Silva (2013):

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável é passível de muitas críticas, já que pode ser apropriado e flexibilizado de acordo com diversos interesses. Especificamente o conceito citado acima foi apropriado pelo discurso dominante e através da utilização deste conceito defendeu-se a ideia em torno da sustentabilidade, como sendo uma forma de preservação da ordem estabelecida, impedindo discordâncias frente ao propósito de um "futuro comum", mas sempre dentro da ótica capitalista, legitimando a posse dos recursos naturais e desrespeitando a cultura das populações (SILVA, 2013 p.8).

Embora com percepções diferentes, diversos autores vêm discutindo a temática com outra perspectiva, porém, embasados no fato de que como o turismo depende do uso do meio ambiente, deve ser visualizado como alternativa de desenvolvimento sustentável, tendo como fundamentação o tripé social, econômico e ambiental, pensado no uso racional dos recursos naturais, sem comprometer a capacidade de renovação e conservação (GRIMM; LOOSE; SAMPAIO, 2013).

Diante disso, as várias discussões mundiais acerca do turismo praticado no mundo contemporâneo e suas relações globais-locais instigam discussões sobre desenvolvimento sustentável. Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 (RIO 92) e, posteriormente, em Johannesburgo, em 2002, o conceito de desenvolvimento sustentável tem orientado a adoção de iniciativas sustentáveis para o turismo (CAVALCANTI, 2003).

No referido evento, desenvolveu-se a Agenda 21, referência para governos, iniciativa privada e sociedade civil no que refere ao desenvolvimento sustentável. Em 1994, a OMT, lança a "Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo", vislumbrada como planejamento estratégico ao incentivo e envolvimento de todos os setores da sociedade, inclusive minorias (IRVING, 2002a).

Embora algumas ações estejam sendo articuladas a fim de resolver a problemática ambiental, os padrões de desenvolvimento adotados na atualidade são insustentáveis, como por exemplo, a falta de comprometimento de países em desenvolvimento durante o Protocolo de Quioto<sup>3</sup>, que não apresentaram metas para a redução de emissão de gases estufa. Quanto ao Brasil, as queimadas provocadas também se configuram como grandes emissoras de gases e as punições, na maioria das vezes, são irrisórias em relação à dimensão do problema causado.

O que se percebe é que passados 10 anos da RIO 92, os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável emergiram partindo de diversos princípios, chegando a somar mais de 160, conforme Bellen (2006). Portanto, as diversas abordagens acabaram por originar inúmeras diferenças conceituais, que refletiram negativamente no decorrer de várias discussões acerca da temática.

Dessa forma, baseando-se no conceito publicado no estudo “O Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, em 1987, entende-se que a ideia inicial conflitava-se com o neoliberalismo e com a desregulamentação da economia, o que acarretou um conceito amplamente conhecido, embora interpretado erroneamente, nem sempre voltado para a melhoria da qualidade de vida humana.

Assim, nesta pesquisa, utilizou-se o conceito elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), que a caracteriza como:

(...) um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizem e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991, p. 49).

Nesse contexto, o Código de Ética dispõe que os empresários do setor turístico, assim como turistas, devem observar o patrimônio natural do ambiente, bem como tradições culturais e sociais e valores, além de distribuir de forma equitativa os benefícios econômicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população receptora.

Diante disso, o turismo deve ser implantado e conduzido em harmonia com a natureza, com os costumes, leis e práticas desenvolvidas na comunidade (OMT, 1999), o que

---

<sup>3</sup> O Protocolo de Quioto constitui um tratado complementar à Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, definindo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima. Criado em 1997, o Protocolo entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, logo após o atendimento às condições que exigiam a ratificação por, no mínimo, 55% do total de países-membros da Convenção e que fossem responsáveis por, pelo menos, 55% do total das emissões de 1990 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

não vemos em grande parte do litoral nordestino, quando *resorts* e hotéis de grande porte são construídos próximos a praia, impossibilitando a passagem de moradores e turistas, que acabam perdendo o direito de usufruir desta, cercadas por muros e seguranças.

O Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Vicente da Silva (2004), reforça afirmando que uma das premissas básicas do desenvolvimento sustentável é a autogestão consciente e participativa da comunidade, embora o conceito utilizado na atualidade se baseie na visão do mundo e sua filosofia de vida.

Dentro da perspectiva do turismo voltado para a apreciação e o contato com a natureza, além da participação da comunidade nas tomadas de decisão, em 2002, foi realizada a *La Cumbre Mundial Del Ecoturismo*, em Quebec (Canadá), tendo como resultado a “Declaração de Quebec” sobre Ecoturismo, que norteia, a partir de diretrizes, a prática do ecoturismo, visando contribuir para o desenvolvimento do capital humano, físico, econômico e social (OMT, 2002).

A Declaração de Quebec, com base no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Mundial do Turismo adotam o conceito de turismo sustentável, apontando como princípios fundamentais a conservação do patrimônio natural e cultural e a inclusão das comunidades locais no planejamento, desenvolvimento e exploração do turismo.

Isso contribuiu para que a bandeira da sustentabilidade fosse levantada, tornando-se parte integrante das discussões sobre turismo sustentável em algumas localidades, além da inserção em projetos turísticos, levando em consideração a possibilidade contínua de condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em um ecossistema (VICENTE DA SILVA, 2004).

Para Bartholo; Sansolo e Bursztyn (2009, p. 28),

[...] a concepção de desenvolvimento do turismo é sustentado nos valores de solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes englobam. Consequentemente, nós somos contra qualquer desenvolvimento do turismo em nossos territórios que prejudique nossos povos, sua cultura e o meio ambiente (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 28).

Partindo da visão dos três autores e segundo Leff (2004), as comunidades se organizam internamente a fim de usufruir do desenvolvimento sustentável, por meio da reafirmação de seus direitos e da autogestão de seu patrimônio, tanto natural quanto cultural (LEFF, 2004).

Embora na sociedade moderna o tipo de turismo mais observado seja baseado em hospedagem confortável, gastronomia requintada e uso de meio de transporte de ponta, há mais de uma década vêm sendo constantes as experiências turísticas voltadas para o turismo em comunidades enaltecendo-se saberes e fazeres dessas pessoas, considerando a diversidade e a complexidade das realidades locais.

Na visão de muitos teóricos, a exemplo Grün, 1996; Dias, 1998; Leff, 2004, o desenvolvimento apenas como fator econômico que impacta e degrada o ambiente, surgiu na década de 1960, a partir de uma consciência ambiental que tem seu marco histórico na publicação do livro ‘Primavera Silenciosa’, de Rachel Carson (GRÜN,1996; DIAS, 1998; LEFF, 2004), fazendo surgir uma série de preocupações e alternativas de desenvolvimento com propostas sustentáveis: o ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, dentre outros.

Em relação ao turismo comunitário, Leff (2004) corrobora afirmando que o ecodesenvolvimento<sup>4</sup> requer a autoconfiança das populações para a gestão participativa de seus recursos (LEFF, 2004), o que sob a perspectiva da presente pesquisa, só será possível através dos processos participativos que aproximem os sujeitos sociais, a exemplos das comunidades litorâneas que desenvolvem o turismo comunitário. Assim, faz-se necessário compreender como se deu a institucionalização dos processos participativos a partir da Constituição federal de 1988, que margeou a discussão sobre autogestão. Importante destacar, portanto, a institucionalização dos processos participativos a partir da Constituição Federal de 1988.

Isso porque o contexto social e político do Brasil nas últimas décadas são marcados pela redefinição do poder do Estado, universalizando os direitos de cidadania, descentralizando e gerindo democraticamente as políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988, visando uma gestão descentralizada e participativa, iniciada no Brasil em 1990, nas três esferas governamentais.

Nesse cenário, o Artigo 204 da Constituição Federal de 1988, instituiu-se no âmbito das políticas públicas, tornando a participação social peça fundamental no controle das ações do governo, incentivando grande articulação por parte dos sujeitos em participar mais ativamente das tomadas de decisão nas comunidades (BRASIL, 1988).

---

<sup>4</sup> O ecodesenvolvimento pode ser entendido como um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em consideração seus potenciais ecológicos e culturais, além de buscar a satisfação das necessidades imediatas e de longo prazo (SACHS, 1986, p. 18).

Segundo Santos Júnior (2001), a partir da década de 1990, observou-se uma regulamentação da gestão descentralizada das políticas públicas em diversas segmentações (assistência social, saúde, educação, etc.) e a partir da inserção da participação da sociedade civil, através de conselhos gestores, caracterizados como canais de participação mais expressivos da emergência em diversas áreas sociais como na saúde, como “participação da comunidade” (Art. 198, inciso II) e na assistência social, como participação da população”, por meio de organizações representativas, contribuindo com a formulação das políticas sociais e controle nas três esferas governamentais (Art. 204, inciso II); e na educação, como gestão democrática do ensino público” (Art. 206, inciso VI), possibilitando maior articulação entre poder público e sociedade, no que se refere às políticas públicas (SANTOS JÚNIOR, 2001).

A partir de então, observa-se o surgimento de iniciativas de gestão participativa nas políticas públicas que visam fortalecer a autonomia dos municípios e estabelecer novos modelos de organização do poder local, vinculados à criação de parcerias entre o Estado e setores organizados civis.

Assim, nos anos de 1990, percebe-se um impulso no processo de descentralização político-administrativa, levando ao fortalecimento da democracia no Brasil, fruto do desejo de mudanças na organização e funcionamento dos governos locais, impactando nos instrumentos redistributivos da renda e riqueza produzidas nas cidades brasileiras (ARRETCHE, 2000), envolvendo a participação efetiva da sociedade civil por meio das ONG`s (Organizações não governamentais), comunidade organizada e setor privado, viabilizando maior agilidade e efetividade, superando a burocratização estatal até então vigente, além da hierarquização excessiva dos processos decisórios.

No Brasil, a gestão pública foi incrementada com a gestão participativa em algumas cidades brasileiras a partir dos anos de 1990, dando ênfase ao processo de construção da cidadania, denominada de “cidadania ampliada” segundo Dagnino (1994), apontando novas dimensões, incluindo atores sociais diversos no processo de deliberação pública, contrapondo-se ao processo vigente nas últimas duas décadas na estrutura da política brasileira. Daí em diante, os conceitos de descentralização e reordenamento institucional foram recorrentes e imprescindíveis para revalorização da participação política e do poder local.

Diante desse cenário de mudanças, a gestão dos interesses coletivos passa a inserir-se na participação do governo da sociedade, disputando espaços de definição e gestão das políticas públicas, reivindicando a forma de gestão do Estado, insistindo na importância

do controle social sobre o Estado, pela gestão participativa, a co-gestão e a interface entre o Estado e a sociedade (DAGNINO, 1994).

Assim, cita-se Teixeira (2001, p. 27), que define participação como sendo:

‘fazer parte’, ‘tomar parte’, ‘ser parte’ de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir ‘a parte’ implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder (TEIXEIRA, 2001, p. 27).

Percebe-se então, que em uma sociedade marcada pela relação autoritária de mando e obediência, exclusão e privilégio, a participação nas tomadas de decisão políticas torna-se fundamental para manter o equilíbrio necessário ao bom funcionamento do sistema turístico, onde estão inseridos equipamentos, os recursos humanos e atrativos naturais e culturais, embora saibamos que no turismo comunitário principalmente, estamos lidando com vários atores sociais, que pensam e agem de forma diferente, às vezes, até controversa. Porém, importante ressaltar que essa lógica de mando e desmando não faz sentido em uma comunidade que se imagina trabalhando de forma harmônica com o turismo, um fenômeno na sua quase totalidade, de base capitalista.

Frente à essa dinâmica entre a comunidade e as macroestruturas econômicas (que são elas mesmas portadoras de uma noção de sociedade e cultura particulares) que buscam se apropriar dos espaços sócio-culturais tradicionais, caberá aos sujeitos formular estratégias de autogestão. Estes, por seu turno, se consolidam como mecanismo de transformação do lugar.

Nas últimas décadas, algumas discussões são voltadas para a importância da autogestão em comunidades, tendo em vista que devem contar prioritariamente com a participação comunitária através da sociedade civil organizada, visando o bem estar da população, através do consenso sobre qual a melhor forma de conduzir a localidade nos âmbitos social, econômico e político, beneficiando os moradores de uma determinada região.

Para compreender o conceito de autogestão, faz-se necessário um melhor entendimento do que é o cooperativismo, termo originado a partir das primeiras experiências de cooperativas durante o capitalismo em sua fase concorrencial, também chamada de industrial, iniciada a partir do Século XIX; onde predominavam as pequenas unidades de produção em concorrência e com intervenção praticamente nula do Estado na economia.

A partir do desenvolvimento do capitalismo e a centralização de capitais, as pequenas unidades foram substituídas por aquelas de maior porte, onde a livre concorrência foi substituída pelo monopólio, o que refletiu diretamente nos princípios do cooperativismo, aderindo em parte ao capitalismo (SINGER, 1999).

Diante do cenário desfavorável e de muitas incertezas, as cooperativas, principalmente as de produção sofreram alterações que também influenciou nos princípios do novo cooperativismo. Assim, de acordo com Pinho (1967), existem modificações em suas práticas, como:

1. A dificuldade de realização do cooperativismo de produção, dada a sua maior demanda por capital para atualização tecnológica necessária e sobrevivência no mercado;
2. Integração entre as cooperativas, que, isoladas, desviam mais ou menos dos princípios *rochdaleanos*<sup>5</sup> em função das pressões do mercado.
3. Quanto às condições econômicas, ao contrário dos princípios *rochdaleanos*, nem sempre as cooperativas eliminam a concorrência, pois, na prática elas disputam o mercado lutando contra as empresas de capital privado, quando não entre elas mesmas.
4. O cooperativismo nem sempre consegue abolir o lucro. Apenas muda a terminologia empregando sobras líquidas e as distribui proporcionalmente entre os cooperados.

Dessa forma, verifica-se que a cooperativa de *Rochdale* enalteceu a igualdade entre os trabalhadores e a compra e venda de produtos com melhores condições para quem compra, portanto, diferenciando-se das empresas capitalistas, servindo de base para o cooperativismo moderno.

Na visão de Bulgareli (2000, p. 13), as cooperativas se constituem enquanto organizações democráticas, onde:

[...] o capital não constitui o determinante de participação associativa, mas, mero instrumento para a realização de seus objetivos; elas são dirigidas democraticamente e controladas por todos os associados; não perseguem lucros e seus excedentes são distribuídos proporcionalmente às operações de cada associado; *nelas se observa a neutralidade político-religiosa, o capital é remunerado por uma taxa mínima de juros e os hábitos de economia dos associados são estimulados pelas aquisições a dinheiro, dando-se destaque ao aperfeiçoamento do homem, pela educação* (BULGARELLI, 2000, p. 13).

Embora no cooperativismo existam teóricos com visões diversas, observa-se características comuns e fundamentais que se observa em todas as linhas de pensamento, como:

<sup>5</sup> De acordo com Cole (1949), existem 8 princípios fundamentais de Rochdale postas em prática em experiências pré-cooperativas diversas, são elas: controle democrático; adesão livre; distribuição de um juro fixo sobre o capital investido; repartição dos excedentes sob forma de retorno; venda a contado; venda de produtos seguros e de boa qualidade; educação dos membros e promoção do comércio mutualista; neutralidade política e religiosa.

[...] o princípio da harmonia de vida e não o da luta pela vida; [...] a cooperação é uma ação das classes laboriosas da nação; [...] a emancipação das classes operárias se faz por iniciativa própria de interesses; a prestação de serviços sem interesse de lucro; a ideia de grande organização federativa: as unidades cooperativas não são consideradas isoladamente, mas como [...] organização federativa posta a serviço do interesse geral; [...] organização cooperativa de economia social: o objetivo do movimento é a transformação do regime econômico social atual em outro baseado na organização cooperativa da economia social (JUVÊNCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000, p. 15).

Diante disso, observa-se por toda sua evolução, que ainda existem as cooperativas que buscam uma gestão democrática, contestando o trabalho assalariado e a severa divisão do trabalho, embora também existam àquelas em que o objetivo final é apenas o lucro, contexto observado no cooperativismo dos dias atuais, mesmo este tendo se baseado em ações solidárias em prol do coletivo, porém apropriado pela lógica capitalista que, através da alienação e exploração dos trabalhadores, expõe sua visão capitalista.

Desta forma, percebe-se que as cooperativas de produção, embora estando em competição, encontra-se em desvantagem diante das empresas de maior porte, podendo ter algum tipo de vantagem diante apenas das empresas menores.

Quanto à autogestão, visualiza-se que esta se encontra dentro das premissas básicas da sustentabilidade, mas torna-se um problema quando beneficia apenas a uma parcela da comunidade. Deve, sobretudo, organizar os atores locais, muitas vezes tornando-se uma utopia diante dos diversos pontos de vista presentes em uma só comunidade. Nesse cenário, surgem atores externos, que gozam de ideias transformadoras a serem aplicados na localidade, assim os nativos inclinam-se aos forasteiros que passam a gerir as ações, muitas vezes sem a aprovação da população.

Nesse contexto a autogestão no Turismo Comunitário se dá a partir da participação dos membros da comunidade, desenvolvendo um processo de desenvolvimento da consciência crítica e um processo de empoderamento da comunidade, quando a participação passa a ser associada às necessidades do povo, refletida em seu território identidade (HAESBAERT, 2004) por meio de ações coletivas e dialogadas. De acordo com Bordenave (1984), “a participação é uma capacidade que se aprende e se aperfeiçoa” (p. 102), embora quando utilizada de forma inadequada, torna-se ferramenta nas mãos de uma minoria que se favorece disso e se sobrepõe à comunidade, dificultando ou até mesmo impossibilitando a formulação de decisões a serem tomadas pela população.

A participação não significa apenas ouvir e ser ouvido a fim de decidir, mas, principalmente, consiste a mobilização das pessoas que estão inseridas em uma comunidade, no sentido de gerar ideias que viabilizem o desenvolvimento harmônico da comunidade,

construindo elementos identitários baseado na crença comum. Sintomer (2010) complementa afirmando que “não envolve apenas a lógica utilitária de defesa dos interesses próprios; ela depende amplamente de ideias capazes de constituir elementos de identificação e de uma crença na possibilidade de um mundo mais justo” (p. 34).

Para Miranda (2008) “o desenvolvimento local deverá ser entendido como processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social” (p. 3), isto é, a referida comunidade buscará nesse processo a qualidade de vida em detrimento das transformações relativas, a inclusão social, a participação, o capital social e na gestão do bem comum, sendo esses os requisitos básicos desse desenvolvimento.

Diante disso, percebe-se que a autogestão é uma forma de gestão, onde todos podem participar e se envolver no processo decisório e na tomada de decisão, quando bem implantada e aplicada, pode dar voz aos envolvidos, tornando-se eficiente na gestão do território. No entanto, a autogestão não é possível sem que exista uma cultura local de interações recíprocas entre os sujeitos cuja atividade modifica o lugar. Para entender como se dão essas interações, cabe compreender a noção de agir comunicativo descrita pelo cientista social frankfurtiano Jürgen Habermas e sua interface com o Turismo de Base Comunitária.

Os avanços científicos e tecnológicos provocaram mudanças profundas na produção e nas relações sociais, produzindo um mundo moderno racionalizado burocraticamente<sup>6</sup>. O que antes era decidido e produzido por uma pequena parcela de indivíduos, agora deve ser pela maioria de interessados a fim de garantir o bem-estar da comunidade. As ações do homem segundo Habermas (1990), devem ser pautadas em um conjunto de regras técnicas fundamentadas em um saber empírico que “aponta para as condições necessárias a uma intervenção, eficiente do ponto de vista causal, no mundo dos estados de coisas existentes” (*op.cit*, p. 70).

Por outro lado, a racionalidade comunicativa se caracteriza por ter como importante pressuposto a linguagem, que se transforma em competência argumentativa capaz de gerar o consenso por meio do entendimento recíproco entre os participantes da interação, abandonando o uso do poder. Na visão de Habermas (1990, p. 288),

[...] o que acontece é a desconstrução do paradigma da subjetividade (racionalidade estratégica), em que os sujeitos agem isoladamente, substituindo-o pelo paradigma da intersubjetividade (racionalidade comunicativa), em que os indivíduos por meio da comunicação se reconhecem mutuamente, viabilizando uma relação intersubjetiva, dialógica deixando de agir só para interagir com os outros,

<sup>6</sup> A obra de Max Weber descreve a burocracia como empenhada nas funções racionais e no contexto peculiar da sociedade capitalista centrada no mercado, cuja racionalidade é funcional e não substantiva, sendo a última um componente intrínseco do ser humano (RAMOS 1989, p. 06).

substituindo o individualismo para chegar ao pluralismo, ao intersubjetivismo (HABERMAS, 1990, p. 288).

Em relação ao Turismo Comunitário, pode-se dizer a partir da citação de Habermas (1990) que o agir comunicativo, ocorre de forma plena pois “os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas” (p. 165).

Dentro dessa perspectiva, o agir comunicativo sugestionado por Habermas (*op.cit.*) é a possibilidade de uma ação negociada, que por meio da comunicação os indivíduos defendem suas próprias ideias, mas sempre com uma possibilidade de compartilhar com os outros a fim de chegar a um consenso, onde a prática comunicativa oferece aos participantes a oportunidade de se engajarem no processo argumentativo, externar suas razões e examinarem criticamente os enunciados, as falas, as ações, normas e quaisquer outras manifestações expressivas (HABERMAS, 2012).

No processo do agir comunicativo, busca-se a valorização das diferenças de cada indivíduo, suas experiências e vivências para então, compartilhar com os outros, há uma troca (mútua) de vivências. A ação comunicativa somente se torna possível se houver oportunidade de tratar os conflitos e as tematizações do conhecimento no âmbito da dialogicidade interativa, no qual o consenso se impõe sempre que justificado pelo melhor argumento.

Dentro desse contexto, o desenvolvimento sustentável não está associado somente à conservação e desenvolvimento em busca do crescimento da economia, mas principalmente, na visualização do ambiente como um potencial para um desenvolvimento alternativo, ou seja, o arcabouço da sustentabilidade alternativa é a interação harmoniosa entre natureza e cultura, criando forças produtivas, gerando novos modos de produção e estilos de vida, pautadas nas condições e potencialidades ecológicas de cada lugar, bem como na diversidade étnica e autonomia das populações para a gestão democrática dos seus recursos (desenvolvimento descentralizado e autóctone).

Diante disso, cabe às comunidades construir seus próprios estilos de desenvolvimento e não aceitar algo pré-definido e imposto pela lógica de um sistema dissociado da realidade das pessoas que vivem no território. Leff (2004) aponta uma nova visão do desenvolvimento humano, reintegrando valores e potenciais da natureza, externalidades sociais, os saberes dominados e a complexidade do mundo, dando uma ressignificação ao sentido do habitat como suporte ecológico e como forma de inscrição da cultura no espaço geográfico (LEFF, 2004).

Para que isso ocorra, devem existir novas formas de relações sociais, que Oliveira (1997) ressaltar ser de suma importância desenvolver alternativas capazes de estabelecer laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica diferente nas relações sociais. A participação ativa da comunidade pode contribuir para o fortalecimento de uma relação pautada nos interesses comuns de toda a comunidade e a forma como os sujeitos conduzem esta relação é que determinará a participação, ampliando ou limitando este processo.

Assim, planejar o que se pretende deve fazer parte das ações que antecedem a operacionalização do turismo comunitário, a fim de viabilizar a participação dos residentes no processo de planejamento da atividade, e com isso, melhorar a relação turista e residente, minimizando impactos e aumentando possibilidades de intercâmbio positivo entre culturas.

Entretanto, a oferta do turismo de base comunitária também precisa ser planejado levando em consideração a dinâmica externa à comunidade. Do planejamento à operacionalização, a participação ativa da comunidade acontece no intercurso das diversas interações entre o turista e o residente. Cabe portanto entender a dinâmica organizativa dos sujeitos que tomam a frente da prática do turismo comunitário, sobretudo no interior de associações e grupos organizados com interesses comuns.

As reuniões de associação dos moradores ocorrem na maioria das vezes na associação de moradores ou em cooperativas, com frequência variável entre encontros semanais, mensais ou anuais, dependendo na necessidade da comunidade. Pode envolver apenas lideranças formais como também membros da comunidade e até mesmo pessoas externas à localidade, como professores, pesquisadores, profissionais da área do turismo, entre outros de interesse da comunidade, que são avisados com antecedência, a fim de serem incluídos seus assuntos na pauta.

Na maioria das comunidades, o turismo nem sempre é vislumbrado como atividade principal, ou seja, é visto como uma economia que contribui para o desenvolvimento da localidade, embora se visto como motivo de sucesso, seja capaz de transformar a comunidade no que se referem aos seus hábitos, rotinas e forma de encarar o mundo, visto que os impactos turísticos gerados nas localidades receptoras podem ser tanto benéficos quanto maléficos, surgindo como consequência da interação entre o turista, comunidade e os meios receptores (RUSCHMANN, 1999). De acordo com a mesma autora (1999) serão expostos os impactos, econômicos, sociais, culturais, e sobre o meio ambiente natural.

A dependência ao turismo pode causar um conflito econômico devido ao fato de o turismo ser considerada uma atividade pouco estável, ou seja, os turistas viajam para os lugares até quando os convém, sendo os destinos, substituídos a qualquer momento por outros que estejam em evidência. Nesse contexto, Ruschmann (1999) compreende que uma forma de resolver ou de certa forma, amenizar esse problema seria “[...] a diversificação de suas atividades econômicas” (*op.cit.*p.45), que Mendonça (2004) corrobora afirmando que os moradores da comunidade do Canto Verde trabalham com a pesca, artesanato, trabalhos domésticos e aos poucos inseriram o turismo como atividade suplementar e por isso ainda não é considerada impactada economicamente pelo turismo.

Doris Ruschmann (1999) cita alguns problemas provenientes do turismo mal planejado que merecem atenção especial, pois afetam a vida particular dos moradores: o cultural e social. Dias (2003, p. 127) os define como impactos socioculturais, pois é o resultado das relações sociais entre turistas e residentes, em decorrência do contato que provocam mudanças sociais e culturais na comunidade visitada, como o sistema de valores, comportamento, estrutura familiar, estilos de vida, manifestações artísticas, cerimônias tradicionais e organização social.

Por outro lado, a relação turista e residente pode fortalecer suas lutas, que no caso brasileiro estão inclinadas à afirmação identitária de comunidades enraizadas em sítios simbólicos de pertencimento e, o movimento de ativa resistência contra as mais usuais formas de desenvolvimento do turismo (BURSZTYN *et al.*, 2009).o Outra peculiaridade do (Turismo de Base Comunitária) TBC é a solidariedade presente nessas comunidades, envolvendo moradores, buscando apoio externo em busca de ajuda mútua (LTDS, 2011).

De uma forma geral, porém não isolada, alguns autores defendem que o único interesse em abrir comunidades para o turismo seja o econômico. Defensor dessa ideia, Krippendorf (2003, p. 83), destaca que a relação existente entre turistas e autóctones não é verdadeira. [...] “eu chegaria até a dizer que as relações entre turistas e autóctones são de tal porte que as oportunidades de se estabelecer contatos humanos verdadeiros são mais fracas do que nunca”. Já para Pearce (2001, p. 147), os turistas não precisam da relação com os moradores locais para aproveitar suas férias, “eles podem atravessar a paisagem numa pequena bolha cultural da sua própria nacionalidade”.

Nesse cenário de muitas opiniões, o Turismo Comunitário no litoral cearense, desenvolveu-se em grande parte, a partir de conflitos existentes em torno da luta pela posse da terra e pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais, fortalecendo e consolidando,

muitas vezes, a articulação entre agentes externos e a comunidade receptora em busca de melhores condições de vida.

O autor Bartholo (2009, p.51) afirma que “o Turismo não é afirmado como elemento identitário no movimento de resistência das comunidades, e sim um meio para dar visibilidade aos conflitos dos modos de vida tradicionais com a chegada da modernidade”, já que se ampara em algumas premissas fundamentais: qualificação e posse, onde a participação da comunidade se dá no planejamento e gestão do turismo, assim a comunidade pode expor seus desejos e anseios; conservação dos recursos, ou seja, o turismo deve impactar positivamente na conservação dos recursos naturais e/ou culturais.

Para Santana (2009, p.26), o turismo “inscreve-se dentro das necessidades de expansão econômica, social, cultural e psicológica das sociedades, que contam [...] com excedentes de tempo e capital”. O autor também defende que o turismo se origina pela curiosidade, pelo esnobismo, pela enfermidade e pela busca de climas diferentes [...], mas consegue estabelecer-se quando alguns empreendedores começam a cobrar um serviço que não apenas facilita o deslocamento, mas também o ameniza com atividades específicas (SANTANA, 2009, p. 27).

Embora por muitos anos o turismo tenha tido tal característica, o turista do século XXI, busca novas experiências, vivências afetivas, imaginárias e sensoriais. Ou seja, vivencia-se uma nova forma de relação emocional do turista com o destino e seus residentes, além dos serviços turísticos, que passam a ser serviços direcionados a essas experiências como hospedagem em casa de morador, traslado guiado até o destino, entre outros mais específicos que necessitam a intermediação do turista com a comunidade receptora. Agora, o fundamental não é o hotel ter piscina ou uma vista de frente para o mar, mas principalmente a prioridade do que se sente, do que se vivencia.

Diante disso, torna-se possível enxergar o fenômeno turístico como uma sequência histórica de fatos, conforme Rejowski (2002), Sampaio (2005), Siqueira (2005) e Santana (2009) que afirmam ser o turismo uma “manifestação de sua época, não sendo necessário retornar a tempos remotos para buscar suas origens” ou “uma invenção britânica correlata às duas revoluções industriais” (CAMARGO, 2007, p.12).

Esse tipo de atividade está associado diretamente à promoção do encontro de pessoas, de etnias, raças, sistemas de valores e de compreensões diversas de mundo. O turismo educa na medida em que proporciona situações nas quais os conflitos surgem a partir dessa mistura de pessoas com hábitos e costumes diferentes. É uma união de pensamentos e atitudes, envolvendo o visitante e o visitado em busca de uma harmonia no processo de

planejamento e gestão da atividade, proporcionando aos residentes a participação efetiva nas tomadas de decisão.

Dessa forma, a comunidade pode assumir o papel de ser a própria gestora do ambiente natural, preocupando-se com a preservação dos atrativos naturais que atraem os turistas visitantes a fim de não serem impactados negativamente pela ação antrópica.

Outra premissa importante é o desenvolvimento econômico e social, relacionado com a geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local, gerando emprego e renda e atividades de renda complementares àqueles que estão inseridos direta e indiretamente na cadeia do turismo; e por fim, a qualidade na experiência do visitante, focada no compromisso de assegurar a ele uma experiência de qualidade e comprometida com a responsabilidade social e ambiental, impactando positivamente a localidade.

Ao nos referirmos em comunidade, na visão de Jeffrey Weeks (1993), o sentido da comunidade vem de grupos que percebem sua existência ameaçada, daí a construção e identidade que lhes dá resistência e poder, enaltecendo as lutas sociais, a preservação e conservação dos recursos naturais, os quais muitas vezes se configuram como a base de algumas comunidades. Embora o turismo comunitário tenha como premissa básica requisitos voltados para a sustentabilidade do meio ambiente, ainda não são considerados sucessos de venda e consumo por turistas nacionais e internacionais (MENDOÇA; IRVING, 2004), embora por meio de programas como o PRODETUR/NE, nas fases I e II, tenha havido um significativo aumento de incentivos financeiros na região nordeste, principalmente no Ceará, com melhorias na gestão de receitas pelos municípios e estados, assegurando o turismo em áreas contempladas pelo programa (BANCO DO NORDESTE, 2005).

Por meio de tais ações, o Nordeste, especialmente o Ceará mudou a imagem até então associada à seca, revertendo para imagens relacionadas ao litoral, belezas naturais e mulheres de biquine, instigando assim, uma mudança impactante no reordenamento dos espaços litorâneos, destacando as novas funções assumidas diante do processo histórico de expansão mercantilista não só do capital, mas principalmente na paisagem, gastronomia, atividades culturais e do mar, exigindo rigorosa requalificação espacial (GOMES, 2006).

A estratégia de *marketing* utilizada pelo intitulado “Governo das Mudanças<sup>7</sup>”, voltou-se para um Ceará mais natural, ressaltando o potencial de sol e praia o ano todo, citado por revistas nacionais, apontando o Ceará como uma dádiva divina. A vocação turística do Ceará foi promovida a partir de várias campanhas publicitárias que induziram o fortalecimento a

---

<sup>7</sup> Governo de Tasso Jereissati (1986), início no poder de um grupo de empresários advindos do Centro Industrial do Ceará (CIC).

tratar bem o turista para que ele tivesse vontade de retornar. Dessa forma, o turismo passa ser responsabilidade de todos, não mais só do poder público, ou seja, os moradores passavam a contribuir com o bom atendimento e com a manutenção da cidade e dos atrativos turísticos.

Na visão de SAMPAIO (2002),

além dos aspectos referidos, a construção do discurso do “Governo das Mudanças” tem como objetivos: a) acabar com a pobreza, a miséria e a fome; b) estimular a renovação política, através de novas lideranças oriundas do meio empresarial e dos profissionais liberais; c) administrar o Estado com base técnico-científica, eliminando o velho favoritismo e impondo uma ética empresarial para gerir o público; e d) reconstruir a economia (SAMPAIO, 2002).

Para que houvesse a mudança, naquele momento necessário, o governo fez a divisão do Estado em vinte regiões administrativas, iniciando com o estabelecimento de uma geopolítica, além de políticas públicas voltadas para o reordenamento do território (SAMPAIO, 2002).

Paralelo a isso, como mola propulsora do desenvolvimento, o turismo sustentável passa a ser inserido nas manchetes das primeiras páginas de jornal (*Folha de São Paulo*, *The Economist*, *The New York Times*, *Wall Street Journal*) e revistas (*Veja* e *News Week*) de circulação nacional e internacional, enaltecendo partidos políticos e governantes no processo de desenvolvimento do turismo, reforçando a imagem do Estado como possuidor de uma natureza preservada, “infraestrutura turística, modernidade e indústrias [...]” (SANCHEZ, 1994, p. 90).

O *New York Times*, em 29 de dezembro de 2014, noticiou Bonito, no Mato Grosso do Sul no Brasil, como sendo destino turístico sustentável preservado. Na manchete, propõe que a indústria do turismo já deve inserir destinos turísticos sustentáveis como aqueles que vêm sendo procurados pelos turistas e tornam-se mais preservados diante das visitas.

Muitas destinações turísticas são marcadas pela relação entre diferentes atores em âmbito local (HOFFMANN, 2002). É importante ressaltar que são considerados atores sociais não só os moradores e associações, mas todos aqueles que estão envolvidos de alguma forma, sendo setor privado ou poder público.

É certo que o envolvimento de diversos atores contribuiu com uma maior cooperação, daí visualizar-se associações de interesse econômico; administrações municipais; instituições do “saber”; instituições de serviços; bancos de desenvolvimento e organizações sociais, englobando todos os setores (CASAROTTO FILHO; PIRES, 1999). No objeto de estudo, observa-se duas associações organizadas, além de lideranças comunitárias e moradores nativos envolvidos no processo de desenvolvimento ordenado da comunidade, mas não são detectadas as presenças de empresários e comerciantes atuantes na comunidade.

A localidade conta com a participação de atores externos à comunidade como acadêmicos, pesquisadores, servidores públicos, entre outros, como aponta Coutinho; Ferraz (1994) e que se envolvem na organização de tais associações, responsáveis pela criação de um ambiente com certa pluralidade de grupos, que Castro (2005) aponta como sendo classes que sofrem conflitos relacionados à religião, raça, sexo, cultura, política e economia, que se materializam em territorialidades, gerando situações de conflitos entre forças predominantes e não predominantes, cenário bem característico dos territórios turísticos, onde ocorre a miscigenação de pessoas, nativas e turistas.

Os intensos e recorrentes processos de construção e desconstrução dos territórios se dão pelas ações de interesses dos sujeitos sociais envolvidos, contribuindo com o aparecimento de forte dinamicidade e articulação de sujeitos do território, provenientes das relações sociais existentes e não só do espaço físico. Na visão de Santos (2001), o território, o que qual é formado posterior ao espaço, não é neutro nem tampouco passivo às ações dos sujeitos que produzem o espaço; tendo em vista as múltiplas territorialidades, dotadas de complexidade e diversidade de significados.

São muitos os envolvidos no turismo comunitário desenvolvido na Prainha do Canto Verde, dentre eles o nativo morador (homens livres), as associações que estão ligadas diretamente com a atividade turística, as lideranças comunitárias, que articulam o turismo e os turistas.

No que se referem aos sujeitos locais, estes estão ligados por uma relação de identidade com o mar, terra e outros elementos que compõem seu território. Em relatos de sujeitos locais, identifica-se a luta da comunidade entorno da pesca da lagosta e em defesa da terra, a fim de garantir os direitos da comunidade e a satisfação da população local. Dessa forma, foi criada uma comissão a fim de estudar as possibilidades de implantação do turismo comunitário e seus benefícios a partir de outras comunidades bem-sucedidas.

O turismo comunitário no Ceará teve um grande impulso ao realizar-se em maio de 2008, em Fortaleza, o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, momento em que o Conselho Nacional de Turismo começou a reconhecer o turismo comunitário no Brasil. Nesse evento, o Ministério do Turismo, apresentou experiências de turismo comunitário no país e se comprometeu a apoiar novas iniciativas.

Durante o evento, a comunidade entendeu que a pesca deveria continuar como a principal atividade e o turismo como atividade complementar, preservando assim, o estilo de vida rústico. As atividades turísticas deveriam ser conduzidas pelos moradores e a renda distribuída entre os seus membros. Foi criado um fundo para financiar cursos de capacitação

para os moradores que não estão envolvidos diretamente com o turismo (BURSZTYN *et all.*, 2003).

O projeto de ecoturismo comunitário da Prainha do Canto Verde repercutiu internacionalmente e foi vencedor, em 1999, do prêmio TO DO!99<sup>8</sup>, concedido pela ONG alemã *Studienkries für Tourism und Entwicklung*<sup>9</sup>, para projetos de turismo socialmente responsável, sendo motivo de diversas matérias jornalísticas no Guia *The Community Tourism Guide* de 2000 e recebeu o Prêmio TOURA D'OR 2000, pelo melhor documentário sobre Turismo Sustentável (MENDONÇA, 2004).

Ao contrário do que vem ocorrendo em outras comunidades próximas a Prainha do Canto Verde, como Canoa Quebrada, os moradores persistem na escolha de um tipo de turismo que pudesse ser gerido pela própria comunidade, atendendo os anseios do povo, focando no turismo comunitário como uma renda complementar à da pesca, não agredindo o território.

Os turistas que buscam a Prainha do Canto Verde como destino turístico a veem como um paraíso, dotado de tranquilidade e belezas naturais. Compreendem que para que a comunidade siga sua rotina com harmonia, necessita da compreensão daqueles que a visitam, no sentido de não romperem as regras e interesses locais, isso faz com que a praia seja respeitada enquanto destino turístico sustentável.

No que se referem aos sujeitos locais, estes estão ligados por uma relação de identidade com o mar, terra e outros elementos que compõem seu território. Em relatos de sujeitos locais, identifica-se a luta da comunidade entorno da pesca da lagosta e em defesa da terra, a fim de garantir os direitos da comunidade e a satisfação da população local. Dessa forma, foi criada uma comissão a fim de estudar as possibilidades de implantação do turismo comunitário e seus benefícios a partir de experiências de outras comunidades bem-sucedidas.

São muitos os envolvidos no turismo comunitário desenvolvido na Prainha do Canto Verde, dentre eles o nativo morador, as associações que estão ligadas diretamente com a atividade turística, as lideranças comunitárias, além do poder público, instituições de ensino, pesquisadores, turistas, empreendedores e sobretudo, o Conselho de Turismo, o qual é

---

<sup>8</sup> Prêmio concedido pela Instituto de Turismo e Desenvolvimento da Alemanha, em 1999, durante a 43o. Feira Internacional de Turismo, considerada a maior da Europa. No Brasil, somente a Rede Tucum, no Ceará foi agraciada com o prêmio (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009).

<sup>9</sup> Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, que em português significa Instituto de Turismo e Desenvolvimento. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=de&u=http://www.studienkreis.org/&prev=search>>. Acesso em 20 mar 2017.

responsável pela articulação entre nativos e turistas a fim de organizar o turismo comunitário na Prainha. Atualmente o Conselho é formado por membros da comunidade, nativos e um suíço que mora há muitos anos na localidade.

Canto Verde se localizada em uma região turística denominada de Costa do Sol Nascente, que contempla praias bastante frequentadas por turistas há mais de 20 décadas. A localização geográfica da Prainha do Canto Verde possibilita a conexão com outros destinos turísticos já consolidados, como Beberibe e suas famosas praias como a Praia das Fontes e Morro Branco, bem como a proximidade com Aracati e a praia de Canoa Quebrada, destinos explorados mundialmente por turistas. Porém, essas praias já são consideradas turísticas e já possuem um fluxo massificado, fortalecido pelos pacotes oferecidos aos visitantes de forma descontrolada e aleatória, intensificados pelas operadoras de turismo; o que difere do objeto de pesquisa da presente Tese.

Nesse sentido, a pesquisa dialoga com uma nova forma de fazer turismo, baseada na experiência e na vivência realizada por turistas em comunidades que abriram suas portas para o Turismo. Além disso, o fortalecimento desse tipo de turismo representa para o estado uma alternativa de preservação dos ambientes, pois a grande maioria das comunidades tem em seus moldes de sobrevivência o extrativismo de subsistência, a pesca e o artesanato produzido a partir de sementes da flora nativa, dependendo, portanto, dos ambientes em bom estado de conservação (LOUREIRO; GORAYEB, 2013).

No Ceará, o Turismo Comunitário vem se consolidando e se fortalecendo sob a liderança do Instituto Terramar, que fornece apoio institucional à Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). A Rede Tucum é composta por 12 experiências de Turismo Comunitário, sendo dez no litoral (Tatajuba em Camocim, Curral Velho em Acaraú, Caetanos de Cima em Amontada, Flecheiras, Jenipapo-Kanindé em Aquiraz, Batoque em Aquiraz, Prainha do Canto Verde em Beberibe, Assentamento Coqueirinho em Fortim, Ponta Grossa e Tremembé em Icapuí) e duas na capital Fortaleza (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Fortaleza) e Conjunto Palmeiras em Fortaleza) (LOUREIRO; GORAYEB, 2013).

Importante frisar que o turismo e o desenvolvimento sustentável nessa atividade, pois durante algumas décadas o turismo vem se apresentando como incentivador ao desenvolvimento sustentável de algumas localidades, todavia, seus impactos negativos são responsáveis por muitas transformações nas comunidades, as quais se mostram contrárias a essa forma de desenvolvimento.

De certo, a partir de várias iniciativas de sucesso no Brasil e no mundo, observou-se que sua capacidade de gerar emprego e renda complementar, associada à sua relação entre várias atividades é capaz de dar bons resultados em casos de pobreza, existentes em algumas comunidades no Nordeste do Brasil.

De acordo com Becker (2001), foi a partir do século XX que o turismo foi compreendido como uma atividade de muitas oportunidades, de padrões massificados, alicerçado na regulação do trabalho, a partir de conquistas como férias remuneradas, aposentadoria, legislação social, bem como as novas utilizações do avião que encurtaram as distâncias e o tempo de viagem, dando origem a fase do turismo de massa<sup>10</sup> (BECKER, 2001).

Ainda no século XX, as atividades turísticas possuíam motivações associadas ao consumismo, características de uma sociedade capitalista. Nesse tipo de turismo viaja-se em busca de conforto e do luxo, amparados em um turismo tradicional, tornando-se possível e obrigatório os investimentos em destinos que vinham se consolidando, como *Disney World*, Cancun, Las Vegas, entre outros (TALAYA, 2004). Por outro lado, turistas com gostos diferenciados, buscaram outros segmentos não tão representativos como o ecoturismo, turismo de aventura, de pesca, entre estes, o comunitário.

O referido autor aponta ainda tendências do turismo que mudam consideravelmente os perfis dos turistas, como o ócio mais ativo, a busca de experiências, a fragmentação das viagens; ou seja, mais frequentes e mais curtas, articuladas a partir de canais de venda diretos, na maioria das vezes, negociados através da internet, o que fazem destinos mais naturais e culturalmente preservados, ficarem em evidência.

É importante ressaltar, que destinos mais simples e com pouca estrutura ou até mesmo nenhuma, tendem a necessitar de recursos públicos ou advindos do turismo a fim de implantar infraestrutura básica ou de apoio ao turista. Diante disso, cabe aos gestores públicos, intervirem com políticas públicas que visem o adensamento da cadeia produtiva do turismo na própria localidade ou região e que ampliem os efeitos de encadeamento para trás (compra de insumos) e para frente (venda de produtos e serviços) (RAMIRO, 2009).

Nesse panorama, percebe-se que o turismo é considerado um fenômeno que contribui consideravelmente no contexto econômico mundial (LUCHIARI, 2000). A

---

<sup>10</sup> Para Barretto (1995, p.48), esse mesmo tipo de turismo se dá conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a procura para a visita é alta, se tem um turismo de massa. Desse modo, o turismo de massa vem crescendo com o passar dos anos desde as épocas mais remotas até os dias atuais. Há evidências históricas que comprovam a existência de deslocamentos em massa para os mais diversos locais e com inúmeros fins (BARRETO, 1995, p. 48).

Organização Mundial do Turismo (OMT) (OMT, 2001) define como sendo atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001).

Ainda a partir de dados disponibilizados pela OMT (1999), a busca pelo turismo se deu por meio dos componentes da demanda turística, um dos pilares do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, quando o consumo das famílias, com disponibilização de crédito farto, baixos níveis de inadimplência e inflação sob controle, permitiu que as pessoas investissem mais em viagens de lazer.

No Brasil, em 2012, o setor de turismo gerou mais de 100 milhões de empregos, correspondendo a 3,4% do número de empregos totais no mundo. De acordo com o órgão, a estimativa é que, em 2020, o turismo seja responsável por 7.900.000 empregos, impulsionado pelos grandes eventos até 2016 (WTTC, 2013).

De acordo com a OMT (2014), a América Latina recebeu cerca de 8% do fluxo de turistas internacionais, sendo que 2,6% das chegadas correspondem à América do Sul e 0,6% ao Brasil, destacando-se por seus atrativos destinos, ultrapassando a Argentina (OMT, 2013).

A partir desses dados, percebe-se a relevância da atividade turística no cenário econômico mundial, configurando-se como uma das atividades econômicas mais importantes no mundo, expressada por Trigo (1998), quando afirma ser o turismo uma força transformadora do mundo pós-industrial, que, alinhado às novas tecnologias tem o poder de redesenhar estruturas mundiais, impactando a globalização e novos blocos econômicos.

Embora os números do turismo apontam um momento de transformação na economia mundial, o crescimento da pobreza também é acelerado. De acordo com dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2002), em 1999, 2,8 milhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 1,2 milhão das quais mal sobreviviam às margens de subsistência, com menos de um dólar por dia.

Referidos dados nos mostram um quadro de grande contraste entre o turismo e a pobreza mundial, caracterizando a concentração de renda, que Krippendorff (2002) descreve em “Cartão Vermelho para o Turismo?”, mostrando que no mercado turístico globalizado, os mais prejudicados são aqueles que vivem em comunidades impactadas pelo turismo, dentre estes, as comunidades tradicionais, onde a pesca artesanal, a renda e a agricultura ainda são consideradas como principal atividade geradora de renda para os moradores. Essas pessoas muitas vezes se veem ameaçadas pelas forças externas e transformadoras que, instaladas na localidade, ganham posição e destaque, enfraquecendo os moradores no que se refere à preservação da cultura e a não perda da identidade.

Sob a mesma ótica, Irving (2002a, p. 19) corrobora afirmando que o turismo está se implantado com grande velocidade principalmente em regiões menos favorecidas, revestido em um discurso socioeconômico, fortalecido pelo potencial do patrimônio cultural e ambiental. Ainda Segundo Irving (2002a, p. 19):

o avanço turístico, no entanto, nem sempre ocorre a favor das populações locais e, frequentemente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental (IRVING, 2002, p. 19).

A contradição entre o acelerado avanço do turismo, as novas tecnologias e o desenvolvimento sustentável de comunidades receptoras tem sido o centro de muitas discussões sobre o efeito multiplicador do turismo, principalmente em referência aos incentivos fiscais oferecidos às multinacionais que buscam se implantar em determinadas localidades, embora os recursos advindos do turismo nem sempre permaneçam nas mãos dos atores sociais locais ou dos cofres públicos. Conforme Barreto (2000) se percebe uma falta de distribuição equitativa entre os envolvidos, favorecendo apenas a alguns empreendedores (BARRETO, 2000).

De acordo com dados disponibilizados no Plano Nacional de Turismo (2013-2016, p. 6), “o Brasil se destaca no contexto internacional por sua economia, estabilidade democrática e sua atuação em foros multilaterais, sobretudo nos países em desenvolvimento. A realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, além de outros grandes eventos esportivos, culturais, empresariais e políticos, ampliam a projeção da imagem do país junto aos investidores internacionais e às demais nações” (BRASIL-PNT, 2015).

Somado a estes fatores, o crescimento da economia contribui para o planejamento de investimentos para o turismo, promovendo o setor a uma posição de destaque no cenário internacional. Além do dinamismo econômico brasileiro, investimentos em infraestrutura e em grandes empreendimentos ligados ao setor energético, sobretudo a exploração de petróleo da camada do pré-sal, além de demais *commodities* agrícolas e minerais, que incrementam o fluxo de turistas do segmento de negócios.

Na visão de Krippendorff (1989, p. 31), no cenário globalizado, o que prevalece é a economia, sendo a força motora, a mola propulsora, que ditam condutas a serem seguidas, embora o turismo deva servir ao homem, conforme explicita o autor (1989, p. 175):

qualquer evolução, inclusive a do turismo deve inclinar-se para o desenvolvimento do ser humano e não dos bens materiais. A expansão humana deve ser prioridade absoluta. É preciso voltar ao ser humano, às virtudes humanas, às atitudes sociais e à ética frente à vida (KRIPPENDORFF, 1989, p. 31).

No cenário brasileiro, a partir de dados divulgados no *site* do Ministério do Turismo, em Dados e Fatos (Turismo no Brasil 2011/2014), observou-se que o mercado turístico doméstico vivenciou um momento de aquecimento, principalmente em função do incremento da renda média e do consumo das famílias brasileiras, causando o fortalecimento do setor e conseqüentemente o reconhecimento da atividade turística como importante fator de desenvolvimento econômico e social.

Em conformidade com o Plano Nacional de Turismo - PNT (2013), em 2011, o Brasil tinha aproximadamente 22,5 milhões de habitantes na classe A e B (11,7%), 105,5 milhões na classe C (representando 55,1%) e 63,6 milhões na classe D e E (33,2%). Ao se comparar com o ano de 2003, tais números tornaram-se mais expressivos conforme o Gráfico 2, quando a classe A e B representavam 7,5%, classe C 37,6% e a classe D e E, 54,9% (BRASIL, 2013). A estimativa para 2020 é que o Brasil torne-se o quinto maior consumidor do mundo com consumo na ordem de R\$ 3,5 trilhões, ou seja, o número de turistas abrangendo todas as classes vem crescendo consideravelmente, o que significa novas formas de turismo e perfis diferenciados de turistas.

A partir de dados da Associação Brasileira de Operadoras de Turismo – BRAZTOA no ano de 2014, o fluxo turístico de passageiros transportados via aérea aumentou devido a uma queda no petróleo, que foi negociado a preço mais baixo, além do surgimento de novas destinações turísticas e novas rotas que beneficiam consumidores por meio de tarifas aéreas mais acessíveis, impulsionando o setor de viagens. O fluxo turístico aéreo atingiu a marca de 4.540 milhões em 2014, quando em 2010 havia sido de 3.610 milhões (BRAZTOA 2015).

Embora os dados brasileiros sejam favoráveis para o crescimento do turismo, a realidade brasileira não se difere do contexto mundial, em geral, as comunidades receptoras não têm se beneficiado do crescimento do turismo nacional, pois poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local (IRVING, 2000).

A partir dos estudos de Takasago e Mollo (2008), o turismo pode ser responsável por impactos econômicos positivos no combate à pobreza e à desigualdade devido ao fato de requerer pouco capital se comparada aos recursos investidos em outras atividades econômicas. Porém, no turismo, a questão da mão de obra qualificada é fator determinante para oferecer um serviço de qualidade, o que pode ser amenizado com treinamentos e capacitações, o que é fator positivo para pequenos empresários e trabalhadores autônomos, originando os empregos temporários e informais que surgem nos períodos de alta estação.

Diante disso, empreendedores locais emergem a partir da necessidade de novos postos de trabalho, renda e ocupação para comunidades tradicionais, a maioria delas organizadas, que buscam se inserir em um modelo socioeconômico dominante na atualidade. Cabe ressaltar que embora existam vários modelos com posicionamento diferenciado e propostas e planos de ação diferentes do que temos como convencional, nos reportaremos à nomenclatura mais comum: a economia solidária (SANTOS; BORINELLI, 2010).

Dentro do Turismo, muitas são as formas de acumulação do capital, sendo que estas se estendem aos vários segmentos da atividade como hospedagem, transportes, serviços de uma forma geral, alimentação, entre outros. Já em uma concepção comunitária, deve prevalecer o fortalecimento da remuneração da força de trabalho, além da diversificação das formas de organização deste, de modo a atender as características político institucionais de contextos comunitários em que prevalecem a informalidade e as relações de reciprocidade.

Com base nesse cenário, autores como Zaoual (2003, 2006 e 2008), Ramiro (2009) e França Filho (2006) apontam a economia solidária como a forma mais viável de obter renda através do trabalho em algumas comunidades, porém, veem a disputa com o capital e o aparecimento de outra economia como sendo o grande desafio deste tipo de economia (FRANÇA FILHO, 2006), visto que o desenvolvimento do TBC exige a implantação e aprimoramento de formas de organização que, muitas vezes baseiam-se em modelos teóricos que não se adequam às relações sociais da vida em comunidade, onde fatores como o exercício de poder apresentam graus significativos de complexidade e de implicações no planejamento comunitário.

Nos estudos de Reed (1997), poder é definido de forma generalizada como a capacidade de alguém impor sua vontade ou realizar alguma ação de interesse próprio. De acordo com o autor, as relações de poder existentes nas comunidades são tratadas a partir de uma visão superficial, fato que despreza certas relações de poder, tendo seus resultados alterados ou até mesmo, anulados.

Em algumas iniciativas de TBC, percebe-se que as demonstrações de poder exercidas a partir do planejamento coletivo podem ter início em conflitos e frustrações, aflorados nos debates para tomada de decisão e interpretados como algo referente apenas às questões em discussão naquele momento.

Embora o TBC apresente deficiências, principalmente no âmbito na pesquisa acadêmica, tem se configurado como desafio para muitas localidades no mundo, tendo em vista a participação da comunidade nas atividades turísticas e por seus princípios ético-valorativos. O turista que se dispõe a embarcar no turismo comunitário tem interesse por

novas culturas, não buscando luxo, mas sim gozar de acolhimento informal e humanitário, fugindo da rotina do dia a dia.

No decorrer da história da humanidade, o espaço foi associado às relações sociais, agregando valores de uso, troca, valor de produção e reprodução contínua, configurando-se como uma relação de poder uma vez que abrange um indivíduo ou um grupo social. Esse pensamento é complementado por Raffestin (1993, p. 52), que afirma:

[...] que é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização (...). O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à uma unidimensionalidade e à transcendência: ‘o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares’. Por tanto, seria inútil procurar o poder ‘na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis’ (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Saquet (2007, p.13) afirma que “o território é um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”. Souza (2007, p.81) diz que os “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dia; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

Diante disso, torna-se possível compreender com qual conceito de território a pesquisa está mais associada, embora a ideia principal seja de que o território em questão seja marcado pelas relações sociais, de poder, da ocupação e de domínio.

Na visão de Saquet (2007, p.24) e em conformidade com o objeto estudado, “o território configura-se como natureza e sociedade, uma miscigenação de economia, política e cultura; identidade e representações; apropriação, dominação e controle, marcados pela tentativa de controlar a terra e adequá-la aos interesses da comunidade” (SAQUET, 2007, p.24).

Dessa forma, a percepção da comunidade está ligada ao conceito de território, dado o fato de este estar repleto de relações de poder que compreendem os conflitos e diversidades percebidas na Prainha do Canto Verde. Para Santos; Silveira (2001) é no território que se processa a condição de vida de qualquer ser vivo e em especial do homem. É dele que parte a relação de — interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.247).

O trabalho de parceria entre poder público e turismo ganha importância visto que tende, entre outras medidas, regular a atividade a fim de que ocorra um desenvolvimento econômico e sociocultural equilibrado. Para Lickorish & Jenkins (2000 p. 237), a “função do governo é um aspecto importante e complexo do turismo e envolve políticas e filosofias políticas”, pois causa impactos nas atividades, movimentando a economia de uma região.

Para Hall (2001 p. 39),

muitas vezes o turismo está sujeito à intervenção governamental direta e indireta em decorrência das possibilidades de geração de emprego e renda que apresenta e, portanto, do seu potencial de diversificar e contribuir para as economias nacionais e regionais (HALL, 2001, p. 39).

A relevância do setor público no turismo é apresentada por Castelli (2001, p. 53), pelos seguintes motivos:

- insuficiência da iniciativa privada por falta de interesse para operações a longo prazo, risco excessivo, carência de mentalidade e consciência dos problemas enfocados;
- necessidade de favorecer estímulo à iniciativa privada tanto nos aspectos econômicos da exploração como na tecnologia profissional, investigação, planificação, programação, etc.;
- carência de inversões suficientes no setor privado para a realização de planos considerados como mais adequados para o bom desenvolvimento do setor;
- falta de rentabilidade ou a inapropriada canalização dos capitais privados fazem com que sejam necessárias medidas de caráter fiscal e financeiro;
- inadequação das atividades privadas às funções de planejamento geral ou regional, seguindo princípios de concentração ou distribuição geográfica que estudos econômicos assinalam como de escassa ou contraproducente viabilidade;
- necessidade de regular o adequado funcionamento das empresas do setor público em matéria de turismo, da seguinte forma: normativa, sancionadora, de ajuda e estímulo, de gestão direta em caso de insuficiência da iniciativa privada.

Assim, pode-se afirmar que a evolução e complexidade das discussões, acerca da temática, destacam que apropriação ou uso social qualifica a existência do território e não a concepção de habitat, região ou área, demonstra a humanização do espaço localizado, que se diferencia da visão determinista (BARBOSA, 2011).

Nessa perspectiva, a Prainha do Canto Verde enquanto território acrescido de um valor simbólico, associado à infraestrutura territorializada (meios de hospedagem,

restaurantes, vias de acesso, etc.), se transforma em produto e como tal, é vendido e consumido, embora por turistas ‘selecionados’ naturalmente a partir do que buscam tais clientes, ou seja, o turista que busca o Turismo Comunitário é diferente do turista que frequenta hotéis e *resorts* em praias badaladas, embora no cenário da academia brasileira, Seabra (2001) e Irving (2002a), reafirmam que a sustentabilidade turística se fundamenta nos princípios de preservação e conservação do patrimônio natural, valorização do patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento econômico com equidade social, com a participação efetiva dos moradores e a geração de benefícios para as comunidades dos destinos turísticos, além de uma experiência integral do turista.

Assim, as discussões sobre preservação ambiental em comunidades, além da valorização do modo de vida dessas pessoas, instigaram as questões acerca do turismo sustentável, que se originou a partir do termo Desenvolvimento Sustentável apresentado pelo Relatório Brundtland em 1987 (SAARINEN, 2006; UNWTO, 2004; HARDY & BEETON, 2001; TOSUN, 1998), que tornou o conceito popular e utilizado no mundo todo. Conforme Sadler (1999), o modelo se transformou em uma temática bastante discutida na atualidade, utilizada em todos os campos da atividade econômica (FARSARI & PRASTACOS, 2000).

Nessa perspectiva, o turismo se configura como importante atividade do século XXI, embora a concepção do turismo sustentável esteja ligada diretamente com a de desenvolvimento sustentável e conseqüentemente com as preocupações relativas ao meio ambiente (GUATTARI, 1990).

Contudo, baseando-se em uma análise qualitativa da atividade turística, percebe-se que além dos benefícios econômicos provenientes da geração de renda, criação de empregos diretos e indiretos e aumento do poder de compra, essa atividade proporciona experiências negativas para diversas comunidades, principalmente no que se refere aos impactos ambientais, já que atrai grande contingente de turistas em busca de novas experiências, o que resulta na construção de novos espaços destinados ao lazer dos visitantes.

No Ceará, o hábito de morar próximo ao mar, teve impulso a partir do final dos anos 1960 início dos 1970, fato que se espalhou para as proximidades de Fortaleza (DANTAS, 2002). Essa tendência desencadeou a apropriação das zonas de praia pelas populações mais desfavorecidas, em especial os pescadores, o que nos revela a oposição entre duas lógicas de ocupação: uma ligada ao espaço da produção e a outra ao espaço do consumo (LEFEBVRE, 1986).

Diante desse cenário, dependendo da área visitada e do perfil do turista, o turismo pode apresentar elevados níveis de degradação do meio ambiente que não compensam o

retorno financeiro obtido, ou seja, os danos causados podem ser irreversíveis, tornando-se um problema para a comunidade. Além disso, o deslocamento (contato de turistas com residentes) podem ocasionar mudanças no cotidiano da localidade visitada. Diante disso, o turismo interfere e modifica dinâmicas locais, produzindo impactos positivos e negativos nos destinos visitados. Assim, pode-se dizer que o turismo interfere e altera as dinâmicas locais, produzindo impactos ora positivos, ora negativos. Isso ocorre principalmente nos destinos em que há predominância do turismo de massa, proporcionando um aumento do número de pessoas que o experimentaram, proporcionando não só a elite de usufruí-lo, mas também a classe média, como reforça Ruschmann (2000) “[...] o turismo já não é uma prerrogativa de alguns cidadãos privilegiados; sua existência é aceita e constitui parte integrante do estilo de vida para um número crescente de pessoas em todo o mundo” (p.13).

Para Boyer (2003), esse tipo de turismo não alterou a concepção de atrativo turístico e lugares visitados, apenas passou-se de uma minoria aos grandes grupos, uma vez que estas tendiam a equiparar-se às práticas elitistas, embora no Brasil o turismo ainda seja usufruído por uma pequena parcela da população. Nesse novo contexto do turismo, os grupos de turistas marcaram a evolução da atividade, principalmente no que se refere aos grandes fluxos turísticos, acompanhados de viagens parceladas em cartões de crédito, programas de milhagens e sistema de compra coletiva.

De acordo com Ruschmann (2000), percebe-se que não está associado apenas àquele indivíduo que deseja realizar uma experiência, mas à interação com a comunidade, envolvendo serviços de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros, configurando-se como força econômica que gera fenômenos de consumo, estimulando a política financeira a nível nacional e internacional, transformando consideravelmente o espaço, levando-se em consideração dois fatores importantes: o interesse dos turistas e da comunidade em receber turistas e juntas, representam resultados referentes à circulação monetária, o aumento no consumo de bens e serviços, elevação nas condições econômicas da população e o aparecimento de empreendedores do turismo (BRASIL, 2006a).

A partir do aumento da procura por determinada localidade há uma tendência que aponta para uma possível cobrança dos moradores por melhorias na infraestrutura, a fim de atender e receber melhor esses turistas passa a ser mais efetiva, sendo necessários investimentos no que se refere ao fornecimento de energia elétrica, água, saneamento básico, ou seja, infraestrutura, a fim de suprir as necessidades dos moradores e dos visitantes. Isso se deve ao fato do retorno financeiro que o turismo pode promover em uma localidade, gerando emprego e renda complementar para residentes.

Dessa forma, a partir dos investimentos captados através da atividade turística, o turismo configura-se como mola propulsora no desenvolvimento<sup>11</sup> de algumas comunidades, fortalecendo a política e a economia dessas localidades a fim de garantir melhores condições de vida aos moradores promovendo um processo de espacialização da atividade que se delinea, uma vez que esta se materializa a partir da produção e criação do espaço.

Do contrário, outras formas de desenvolvimento baseadas apenas no lucro e no crescimento da região sem se preocupar com as comunidades podem ser devastadoras, levando à expulsão de moradores e situações de miséria, conforme aponta Oliveira (2008),

o desenvolvimento do turismo afeta a estrutura demográfica criando novos empregos que, por sua vez, geram além do êxodo rural, migrações inter-regionais. Essa força situacional pode também, por um lado, sustar a migração, principalmente dos jovens, graças ao aumento da oferta de trabalho; e por um lado, na medida em que certas habilidades e competências profissionais exigem uma mão-de-obra qualificada – e mesmo especializada –, tende a recrutá-las nos centros mais desenvolvidos. Além disso, também é verdade que os pólos turísticos atraem os desempregados das áreas do entorno. Verificando-se, assim, que a estrutura social torna-se cada vez mais diferenciada (OLIVEIRA, 2008).

Em meados da década de 1990, as questões ambientais eram consideradas algo à parte do desenvolvimento econômico e social, até que as preocupações com o meio ambiente emanaram dando início ao termo desenvolvimento sustentável e conseqüentemente ao turismo sustentável, visto a atividade turística estar sempre associada ao desenvolvimento (DIAS, 2003). A partir daí, as políticas de desenvolvimento do turismo começam a associar a proteção ambiental, a eficiência econômica e a justiça social. (MEDEIROS; MORAES, 2013).

Assim, a responsabilidade socioambiental surge como diferencial competitivo para o setor turístico, que ao promoverem o turismo sustentável, contribuem com o desenvolvimento econômico das comunidades.

De acordo com a *World Tourism Organization* (WTO)<sup>12</sup> (1993), a sustentabilidade turística passa por três níveis de análise – o ecológico, o sociocultural e o econômico, o que garante o desenvolvimento ambiental, atribuindo autonomia às

---

<sup>11</sup> É importante ressaltar que o desenvolvimento o qual se refere está voltando para as questões socioambientais, diante uma visão sustentável, que teve suas raízes na Cúpula Mundial de Meio Ambiente, em 1992 (Rio 92), onde o novo paradigma de desenvolvimento foi apresentado, embora vinte anos depois, os resultados ainda sejam bastante limitados. É fundamental mencionar que dentre os grupos sociais que têm um modo de vida e uma economia sustentável, a maioria pertence a povos e a comunidades tradicionais (NARCISO, 2015).

<sup>12</sup> Organização Mundial do Turismo.

comunidades locais, preservando a cultura e os valores de origem e reforçando a identidade dos membros da comunidade e, por fim, salvaguardando o desenvolvimento econômico através de uma gestão dos recursos disponíveis que garanta as gerações futuras.

Nesse sentido, o turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, consiste em um modelo de desenvolvimento turístico pautado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade. Assim, carrega em sua essência o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de bens e serviços turísticos (COSTA, 2013).

O planejamento da atividade e conseqüentemente a organização de uma comunidade para receber o turismo requer o estabelecimento de alianças entre vários atores sociais, locais e não locais. Nesse contexto, é imprescindível alinhar pensamentos com o mesmo objetivo, apresentando-se como árdua tarefa, visto a exigência experiência e profissionalismo por parte dos envolvidos.

Considerando os principais componentes do mercado turístico, a oferta e a demanda turística têm-se do ponto de vista da oferta, a expansão de bens e serviços e a gestão da atividade turística nos territórios e na responsabilidade das comunidades locais e os indicadores de que algumas destas experiências são bem-sucedidas. Em relação à demanda, tendo em vista o interesse de vários turistas pela vivência de experiências, convívio com culturas diferentes, ambientes preservados, crescente segmentação e fragmentação das viagens, percebe-se a potencialidade do Turismo de Base Comunitária (TBC).

Para iniciarmos uma discussão acerca de turismo comunitário em comunidades tradicionais, faz-se necessário estabelecer um diálogo entre os diversos autores sobre o conceito de comunidade. Na visão de Hart (1997), comunidade é um grupo social de qualquer tamanho, cujos sócios residem em um local específico, têm governo, e frequentemente possuem uma herança cultural e histórica comum.

Para Neto; Garcia (1987) é a concentração de um grupo de indivíduos que possuem interesses comuns e que habitam um determinado espaço geográfico, além de analisarem juntos seus problemas, encontrando recursos para resolvê-los. Pode-se dizer ainda que comunidade é o conjunto de indivíduos que se inserem em um mesmo habitat e possuem os mesmos hábitos, ou seja, possui de certa forma, a mesma identidade natu-cultural, pois dividem o mesmo espaço ecológico (condições naturais - geológicas, climáticas, hidrológicas e bióticas) e cultural por conviverem em um espaço cultural, compartilhando dos mesmos hábitos, costumes, ritos e expressões do imaginário.

Dessa forma, a comunidade se configura como *locus* onde ocorre a identificação

do ser humano, onde ocorre a relação homem x natureza, onde o homem habita e passa pelo desenvolvimento humano. Na visão de Edson Vicente da Silva (2004), todos têm direito à convivência familiar e comunitária, e conseqüentemente à constituição de uma vinculação orgânica, biológica, simbólica, afetiva e social, processo em que as comunidades se organizam e utilizam suas capacidades para o cuidado ambiental e para a satisfação de suas necessidades sociais econômicas (IUCN/UNEP/WWF, 1991).

Para Mielke (2009), quando a comunidade é organizada politicamente e possui avançado estágio de cooperação e empoderamento<sup>13</sup>, a inserção desta comunidade no turismo acontece de forma mais segura. Nesse caso, tem-se a princípio alguns processos geográficos, sendo o primeiro, o de territorialização, marcado pela criação de um território. Do contrário, em casos em que o turismo se insere na comunidade de forma mal planejada, onde a comunidade se vê subordinada a novos sujeitos sociais, que contribuem negativamente com a perda de simbologias e características peculiares de um determinado território, proporcionando um ambiente desconfortável, descaracterizado, tem-se um processo de desterritorialização, marcado pela destruição (por mais que seja temporária) desse território.

Dessa forma, se a atividade turística busca resgatar essas características e o modo de vida antes substituído, têm-se um processo de reterritorialização, marcado pela recriação do espaço e pelo processo de espacialização das iniciativas materializadas no Estado do litoral leste ao litoral oeste, as quais constituem um movimento que promove a formação de um território legitimado pelas relações que hora se estabelecem no mesmo.

É importante ressaltar que os movimentos sociais na busca pela espacialização, pelo lugar de produção e reprodução tendem a constituir resistências com o intuito de delimitar seus territórios a fim de não perdê-lo ou descaracterizá-lo pelas investidas do capital. Esses espaços delimitados compreendem espaços rurais, urbanos, litorâneos ou serranos que já foram apropriados.

É bem verdade que esses processos organizados por movimentos reivindicatórios do espaço não têm apenas como foco o espaço em si, mas o seu movimento e sua transformação em território como espaço de produção e vivência. Essa formação territorial é o que garantirá a identificação de núcleos de resistência contra as investidas do capital como se pode observar em *locus* que desenvolvem o turismo convencional, onde parte da população

---

<sup>13</sup> Há dois sentidos de empoderamento mais empregados no Brasil: um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial (GOHN, 2006).

não é ouvida, nem tampouco participa das tomadas de decisão, sendo levadas a concordar ou apenas aceitar imposições advindas de sujeitos externos, que se aproveitam da fragilidade de algumas comunidades.

Assim, o grau de envolvimento da comunidade pode ser mensurado a partir da percepção dos residentes, daí a contribuição de várias pesquisas e estudos que mostram esses resultados, visto que os sujeitos sociais possuem valores simbólicos de interesse comum para a comunidade.

### **3 TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: RELAÇÕES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NOS DIAS ATUAIS**

A comunidade da Prainha do Canto Verde está localizada no distrito de Paripueira, município de Beberibe-CE e é habitada por aproximadamente 1.100 moradores, distribuídos em cerca de 359 famílias (ICMBIO, 2011).

O acesso até a Prainha do Canto Verde é pela CE-040, na modalidade rodoviária, sob uma via de jurisdição estadual, de natureza pública. A rodovia está sendo duplicada até depois de Beberibe, sendo novamente em via simples até a entrada na Prainha. Possui acostamento e é bem sinalizada tanto no que se refere às informações relativas ao trânsito, bem como informações turísticas, voltadas para cidades e atrativos naturais.

A rodovia possui postos de combustível, porém, a maioria do caminho é deserto, contando apenas com alguns vilarejos e pequenas mercearias em suas proximidades. É carente de estabelecimentos de alimentação, dificultando para os viajantes realizar refeições ao longo da estrada. Não foram detectados empreendimentos hoteleiros até a entrada da Prainha do Canto Verde, o que mostra a importância e a soberania do litoral, atraindo turistas a se hospedar nas praias, conseqüentemente atraindo investimentos somente para estas.

O acesso até o centro se dá por via pavimentada, de jurisdição municipal e natureza pública, encontrando-se no decorrer do caminho, placas sinalizadoras e informações necessárias ao visitante, conforme a Figura 4. Encontra-se ao longo da via opções de hospedagem, além de padaria, lojinha de variedades, mercadinhos e sorveteria, todos com estrutura limitada.

No que se refere à estrutura ao longo da via, encontrou-se um posto de gasolina nas proximidades, serviço de alimentação, bares, depósito de construção, hospedagem e serviço de borracharia.

Pode-se dizer que a via se encontra em bom estado de conservação, embora o acostamento em alguns trechos seja insuficiente, pela falta de manutenção do asfalto ou pela presença de areia advinda das dunas móveis presentes na região, em razão da mobilização eólica dos sedimentos oriundos.

Figura 4 – Acesso a Prainha do Canto Verde



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

De acordo com relatos de moradores mais antigos, a Prainha do Canto Verde se originou a partir de uma família de pescadores, no século XIX, que estreitou laços, ampliando as famílias até formar uma comunidade. A partir da década de 1970, já no século XX, a comunidade se deparou com problemas relacionados à manutenção do território, principalmente conflitos voltados para a grilagem de terras, ou seja, especuladores, que através de um processo desordenado, culminou na expulsão de moradores locais (GALDINO, 2010).

A comunidade possui como forte característica a luta dos moradores em defesa de seu território de moradia em virtude da especulação imobiliária que se impulsionou no litoral cearense, desencadeada por agências turísticas e empreendedores imobiliários, por meio da grilagem de terras.

A comunidade está estruturada e representada pela instituição de algumas organizações desde novembro de 2009, como a Associação dos Moradores: composta por uma diretoria com 12 membros, os quais representam aproximadamente 300 sociocomunitários; Conselho de Ética e Cidadania: alocado dentro da Associação de Moradores, é composto por 12 membros, ex-diretores e participantes da representação política

local; Conselho de Educação: composto por 14 membros, todos os professores/educadores das duas escolas existentes na sede da comunidade; Conselho de Pesca: possui 15 membros em sua gestão; trata-se de um grupo de pescadores profissionais que “pensam” e discutem os problemas da categoria na comunidade; Conselho de Turismo: possui em sua administração 09 membros, que representam um grupo de aproximadamente 70 comunitários; Conselho de Saúde: composto por 12 membros que trabalham e/ou prestam serviços na área de saúde na comunidade; Capatazia dos Pescadores (representa a Colônia Z-11): possui em seu quadro social atual um contingente de aproximadamente 250 pescadores (GALDINO, 2012).

Ainda que organizados, os constantes conflitos territoriais e a busca por uma exploração sustentável dos recursos naturais motivaram a criação de uma reserva extrativista marinha visando a gestão da unidade de conservação, como se pode perceber na Figura 5, que mostra a reação da comunidade contra a especulação imobiliária, visivelmente estampada neste muro logo na entrada da cidade.

Figura 5 – Expressão de descontentamento da população frente à especulação imobiliária na comunidade.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

A especulação imobiliária é um dos grandes problemas socioambientais do litoral. Em um primeiro momento o veraneio foi responsável pela apropriação dos espaços, gerando

conflitos e perdas, tanto ambientais, como culturais e econômicas, às comunidades. Santos (1986) afirma que as condições do crescimento capitalista forçaram uma determinada forma de organização do espaço, necessária às relações econômicas, sociais e políticas.

Já Pereira (2011), contribuiu com um estudo que mostra o litoral de Santa Catarina sendo impactado pela expansão urbana nas últimas décadas, responsável por profundas transformações sócias espaciais, decorrentes do aumento da população residente e de veranistas e turistas fruto das melhorias na malha rodoviária estadual, viabilizando mega empreendimentos imobiliários e a implantação de novos atrativos turísticos.

Em um segundo momentos têm-se a implantação de equipamentos turísticos tais como hotéis, bares e parques aquáticos nessas localidades, em razão do interesse turístico advindo das atividades de veraneio.

Com o aumento do fluxo turístico nessas localidades, se observa uma motivação que leva à aquisição de terrenos para a construção de residências ou para a própria prestação de serviços turísticos, como hotéis, pousadas, parques, entre outros, onde muitos dos investidores são estrangeiros ou pessoas de outros estados brasileiros, possuidores de elevado poder de compra, estimulando os moradores a venderem suas próprias moradias, dominando algumas vezes até o comércio local, gerando para a comunidade, empregos sazonais, com baixos salários, além da descaracterização da cultura e perda do espaço, daí a necessidade detectada pela comunidade em tomar providências que resolvessem o problema que havia se instalado na comunidade, o que culminou na criação de uma reserva extrativista marinha.

Diante do exposto, é importante dizer que as reservas extrativistas se configuram como espaços territoriais de domínio público, destinadas à exploração sustentável e conservação dos recursos naturais. Para que os territórios sejam destinados a uma população, existe a necessidade de regulamentação por meio de um contrato de uso da área, condicionado à aprovação de um plano de manejo realizado pelo IBAMA (ALLEGRETTI, 1994).

Como subcategoria das reservas extrativistas, têm-se as marinhas (REM), contempladas no artigo 18 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985 de 18/06/2000), que é o caso da Prainha do Canto Verde, sob a definição de:

área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (LEI nº 9985 de 18/06/2000).

A Resex Prainha do Canto Verde, foi instituída após estudos técnicos realizados pelo IBAMA (2015) e ICMBio (2011), estando entre as treze reservas extrativistas do Brasil,

tendo sido apontada a necessidade da criação de uma reserva extrativista mediante atributos ambientais e sociais, pois parte da área é utilizada pelos pescadores e comunitários para moradia, convivência social, construção e conserto de embarcações, redes e marambaias, guarda de material, práticas religiosas, pequenas agriculturas, coleta de frutas e madeiras entre outros (ICMBIO, 2011).

Dessa forma, foi criada através do Decreto s/nº de 05 de junho de 2009, com uma área de aproximadamente 29.794,44 ha, localizada no Município de Beberibe, no Estado do Ceará, sendo 29.216,71 ha no mar e 577,55 ha de área terrestre, embora posteriormente à sua criação, esses limites tenham sido contestados, gerando conflito e discórdia na comunidade, dificultando a gestão da unidade de conservação. Diante desse cenário, foi indicado pelo grupo de trabalho instituído para articular a criação da RESEX, a realização de um termo de compromisso com os proprietários de residências de veraneio, não beneficiários da RESEX, que lhes dá permissão para que possam continuar utilizando as benfeitorias (ICMBIO, 2011).

Após a implantação da RESEX, o movimento local foi ampliado, dando uma maior dimensão à luta, ampliando parcerias a partir da troca de experiências, ganhando notoriedade do Estado e país, tendo em vista as questões de sustentabilidade da pesca e do combate à pesca predatória, bandeiras de relevância dessa categoria.

Embora a RESEX tenha impactado positivamente a comunidade no sentido de produzir uma nova visão aos seus participantes, o trabalho coletivo realizado entre lideranças, sujeitos e assessores externos deve atingir toda a comunidade, proporcionando o surgimento de ações que visam novas atitudes.

### **3.1 A Infraestrutura básica e turística da Prainha do Canto Verde**

A Prainha do Canto Verde possui infraestrutura básica que vem se modificando a partir da necessidade dos moradores e suas reivindicações. A energia elétrica consumida na localidade é proveniente da Companhia Energética do Ceará – COELCE, concessionária distribuidora no município, recebe energia da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF através de uma subestação localizada na cidade de Beberibe, distribuindo para todo o município. No que se refere à iluminação pública, conta com postes de energia com luz amarela que iluminam as ruas à noite.

Possui saneamento básico deficitário devido ao fato de os moradores utilizarem poços artesianos, sem tratamento específico. A água encanada é fornecida pela Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE), onde em 2005, os números

relativos ao destino da água negra (sanitário) eram: 30% dos moradores utilizavam fossa séptica, 46% fossa rudimentar, 25% lançavam no próprio terreno e nenhum morador utiliza canal de drenagem. Já quanto ao destino da água cinza (chuveiro, lavatório), 0% utilizava a fossa séptica, 10% a fossa rudimentar, 58% eram lançadas no próprio terreno, 0% utilizavam o canal de drenagem e 32% reaproveitavam para aguar plantas (BOTTO, 2005).

Segundo um pescador entrevistado, nos últimos cinco anos houve uma maior conscientização da população em implantar fossa verde (Figura 6) em suas propriedades visando uma melhoria na qualidade de vida dos moradores.

Figura 6 – Fossa verde implantada na casa de um morador.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Quanto à saúde pública, a comunidade não conta atualmente com posto de saúde próprio, utilizando uma casa alugada pela prefeitura de Beberibe como ponto de apoio para a realização de curativos, consultas médicas e consultas de pré-natal. Os diagnósticos que demandam exames e tratamentos específicos são encaminhados para ao município de Beberibe, pois o atendimento realizado pelo médico só acontece uma vez por semana no posto de saúde, o qual também visita a comunidade a partir do Programa Saúde da Família. Os entrevistados se queixam da ausência de uma ambulância na própria comunidade, sendo necessário chamar a de Beberibe quando preciso for.

No tocante das questões ambientais, embora a Prainha do Canto Verde seja considerada um ícone da sustentabilidade e da luta pela preservação ambiental, na via principal, observou-se um lixão (Figura 7), que impacta negativamente aos que chegam e aos que habitam, conforme entrevistados. De acordo com os moradores, o galpão abriga o lixo da comunidade e o caminhão da Prefeitura Municipal de Beberibe passa semanalmente recolhendo e dá destino ao mesmo, por outro lado, alguns moradores o incineram em seus próprios quintais visando não acumular lixo e conseqüentemente insetos.

Figura 7 – Lixão situado na via principal de acesso a Prainha do Canto Verde.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Em relação à educação, a comunidade conta com uma escola pública e rural construída a partir da soma de esforços dos próprios moradores, implantada em 2000, oferta o ensino fundamental do primeiro ao nono ano e uma creche inaugurada em 2013. A escola se chama EMEF-Bom Jesus dos Navegantes, situada na Prainha do Canto Verde, s/n. Possui prédio próprio, água de poço artesiano, energia elétrica da rede pública, esgoto sanitário por fossa séptica e coleta de lixo periódica. Sua estrutura conta com sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, cozinha, sala de leitura, banheiro adequado à educação infantil, banheiro com chuveiro e refeitório.

Os recursos disponibilizados aos estudantes são máquina copiadora, impressora, projetor multimídia, sete salas de aula, dois equipamentos de TV, dois aparelhos de DVD,

dois aparelhos de som, quatro computadores para uso na sala de informática e dois para uso dos alunos. A escola conta com vinte e nove funcionários e possui acesso à internet. Oferece ensino regular, conta com creche de 0 a 3 anos, e pré-escola de 4 a 5 anos, além do ensino fundamental. A escola disponibiliza merenda escolar aos alunos, produzida na própria escola por merendeira.

Para obter gêneros de vestimentas, calçados, eletrodomésticos, móveis, entre outros gêneros necessários, os moradores se dirigem até os maiores centros comerciais, no caso Beberibe e Aracati. Na Prainha do Canto Verde existem algumas lojinhas de artesanato, porém, destinadas a vender artesanato e *souvenirs* para os turistas que visitam a comunidade. Foram detectados cerca de 5 mercadinhos, com limitação de produtos mas que atendem as primeiras necessidades dos moradores. Vendem produtos de higiene pessoal, material de limpeza, gêneros alimentícios, entre outros.

Por meio da Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária - COAPSOL, a Bodega é um espaço de comercialização de produtos artesanais, higiene pessoal, confecções, produtos alimentícios e agroecológicos, produzidos na comunidade e também em outras que fazem parte da cooperativa. A comercialização participativa é feita diretamente ao consumidor com preço acessível já acrescida uma taxa de 12% destinada ao fundo para garantir a sustentabilidade do espaço.

Quanto às práticas religiosas, Canto Verde conta com dois templos religiosos, sendo uma Igreja evangélica Assembleia de Deus e uma Igreja Católica. O terreno para a construção do templo da Assembleia de Deus foi solicitada pelos senhores José Ramos, Anderson Dantas e pela senhora Mirtes Dantas à Associação dos Moradores, o qual se iniciou em 10 de agosto de 2000, com inauguração em 17 de Fevereiro de 2001.

Os trabalhos para a comunidade são mensais e possuem a seguinte programação:

- 1ª Terça-feira – Culto de Doutrina
- 2º Domingo – Culto da Família
- 2ª Terça-feira – Culto de Crianças
- 2ª Quarta-feira – Culto de Senhoras
- 3º Domingo – Culto de Missões
- 3ª Terça-feira – Culto de Santa Ceia
- Último Sábado – Culto de Mocidade
- Todo Domingo – Escola Bíblica Dominical
- Toda Sexta-feira – Círculo de Oração

- Trabalhos semanais aos Domingo, Terça, Quarta e Sexta.

Já a história da Igreja Católica na Prainha do Canto Verde se iniciou em 1974, quando famílias se reuniam à luz da lamparina, para rezar as novenas do mês mariano. A primeira celebração foi realizada embaixo de uma pequena latada de palha e em 1985 foi fundada sua primeira edificação, passando atualmente por uma reforma, trazendo em sua arquitetura a forma de uma jangada (Figura 8), símbolo da vida local e da pesca na região.

Dessa forma, a comunidade realiza suas práticas religiosas sem precisar se dirigir até Beberibe ou Parajuru. É importante ressaltar que a atual igreja católica passa por reforma e conta com a ajuda dos moradores e visitantes para a compra do material de construção, que pode ser por meio da compra de artesanato no Canto da Arte ou de livros que tratam sobre vida na Prainha do Canto Verde, escritos por pesquisadores que estudam a vida na localidade, também comercializados na loja Canto da Arte, localizada na Pousada Sol e Mar.

Os trabalhos desenvolvidos pela igreja católica na comunidade estão programados da seguinte maneira:

- Pastoral do Batismo
- Dízimo
- Catequese
- Pastoral do matrimônio
- Pastoral litúrgica: Onde há uma grande participação dos jovens.
- Encontros semanais
- Louvores
- Celebração da palavra aos domingos
- Missa uma vez ao mês.

Figura 8 – Igreja Bom Jesus dos Navegantes.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

A história da pesca na Prainha do Canto Verde está relacionada à luta dos pescadores pelo controle da atividade na comunidade. Em 04 de Abril de 1993, 4 pescadores e 2 mulheres saíram da Prainha do Canto Verde via mar, a fim de chegar até o Rio de Janeiro para reivindicar melhores condições e maior fiscalização sobre a pesca predatória da lagosta, carece de um maior desenvolvimento.

Na referida comunidade, a pesca é realizada artesanalmente, utilizando jangadas e paquetes, além de pequenas embarcações motorizadas (catamarãs), com auxílio de instrumentos de navegação. Uma característica marcante é a baixa produção e estocagem, tendo em vista que o pescado trazido pelos pescadores é consumido pelas próprias famílias ou repassado para o comércio local e de comunidades vizinhas. Conforme pescadores, fora as lagostas vermelha, verde e pintada, encontradas na região, muitos peixes são pescados no litoral da Prainha do Canto Verde. Dentre eles, agulha, agulhão, albacora branca, ariacó, arabaiana, arraia, bagres branco, amarelo e de fita, baiacu, beijupirá, bicuda, biquara, bonitos, amarelo e de barriga listrada, borboletas amarelo e listrado, cação martelo e tintureira, camurupim, cangulu, carapitanga, garoupa preta, cioba, dourado, enchova, galo, Guaiuba, guarajuba, mariquita, mero, moreia, pargo, palombeta, paru, pescada branca, etc.

As jangadas (Figura 9) ficam atracadas sobre a areia, na praia e os pescadores comercializam o pescado sobre estas, assim que chegam da pescaria. O excedente do pescado é armazenado na câmara fria comunitária e distribuído posteriormente.

Figura 9 – Jangadas atracadas na praia.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Os serviços e equipamentos para eventos podem ser encontrados na associação comunitária e englobam a infraestrutura e serviços específicos para a realização de congressos, convenções, exposições, feiras, shows e outros.

A Prainha do Canto Verde não possui espaço exclusivo para a realização de eventos, porém, o Conselho de Turismo Comunitário e a Associação dos Moradores disponibiliza um espaço denominado de Centro Comunitário, onde são realizadas reuniões da associação dos moradores, apresentações culturais, exposições de artes e artesanato. Funciona somente quando se torna sede de algum evento ou reunião, localizando-se próximo à via principal. Não possui rua até a entrada da edificação e nem tampouco facilidades para portadores de deficiências.

Outro serviço oferecido pelo Centro Comunitário é a alimentação para grupos, pois possui 6 cozinheiras e 3 merendeiras capacitadas pelo Sebrae, aptas à cozinhar em confraternizações e eventos realizados na comunidade. A modalidade de serviço oferecido é

do tipo *self service*, devendo ser contratado com antecipação, mediante pagamento de 50% do valor. O cardápio inclui pratos da culinária nordestina, dando ênfase nos pescados devido à produção de peixes na região. O preço em 2016 está em uma média de R\$35,00 por pessoa para um grupo a partir de 15 pagantes e dá direito a suco de frutas da estação e sobremesa (à base de frutas da estação). O espaço não aceita cartões de crédito ou débito.

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Cultura - SETCULT – Beberibe, alguns estabelecimentos da Prainha do Canto Verde são cadastrados como empresas fornecedoras de alimentação como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Serviços de alimentação na Prainha do Canto Verde cadastrados na SETCULT – Beberibe.

	<b>Localização</b>	<b>Contatos</b>	<b>Responsável</b>	<b>Características</b>
<b>Palhoça Pôr do Sol</b>	Rua: Prainha do Canto Verde - Beira Mar Localidade: Prainha do Canto Verde Ponto de Referência: Próximo à Lojinha de Artesanato	Fone: (85) 9798-1913	Nome: Selma Maria Guimarães Emídio	Especialidade: Frutos do Mar Prato Principal: Peixe Frito com Baião Capacidade: 15 mesas e 60 cadeiras Média de Preços: R\$10,00 à R\$50,00
<b>Restaurante Sol e Mar</b>	Rua: Prainha do Canto Verde Nº: S/N (Entrada) Localidade: Prainha do Canto Verde Ponto de Referência: Cata-vento da Entrada	Fone: (85) 9621-1668 Email: pousadasolemar@yahoo.com.br	Nome: João Fernandes Filho	Especialidade: Frutos do Mar/Mariscos Prato Principal: Peixada ao Molho Capacidade: 20 mesas e 65 cadeiras Média de Preços: R\$10,00 à R\$20,00
<b>Bar Bela Vista</b>	Rua: Da Prainha Nº: S/N (Entrada) Localidade: Prainha do Canto Verde Ponto de Referência: Próximo a Barraca Selma	Fone: (85) 99287044	Nome: Claudene Araújo Santos	Especialidade: Bebidas em Geral Prato Principal: Frango Assado Capacidade: 13 mesas e 65 cadeiras Média de Preços: R\$10,00 à R\$20,00
<b>Recanto da Mãezinha</b>	Rua: Beira Mar Nº: S/N Localidade: Prainha do Canto Verde	Fone: (85) 81427246	Nome: Idalécio Ribeiro Mendes	Especialidade: Frutos do Mar Prato Principal: Peixe Frito Capacidade: 20 mesas e 80 cadeiras

Fonte: SETCULT, 2016.

Diante dos serviços existentes, se percebe um valor relativamente alto se comparado com os preços de mercado, tendo em vista as opções de alimentação oferecidas e a estrutura física do estabelecimento, porém, diante da falta de opção de alimentação na Prainha do Canto Verde, os grupos geralmente são levados para o centro comunitário. A falta de

outros estabelecimentos alimentícios não estimula a competitividade, fazendo com que os serviços oferecidos pelo centro comunitário sejam os mais utilizados e os únicos indicados.

São serviços e equipamentos utilizados pelos visitantes como informações, entidades e associações de prestadores de serviços turísticos, guias de turismo cadastrados no órgão oficial do turismo, condutores de visitantes, pilotos, etc.

A Prainha do Canto Verde não dispõe de guias de turismo cadastrados na EMBRATUR. Os condutores de visitantes são, na maioria das vezes, pessoas da própria comunidade que possuem conhecimento dos atrativos turísticos, bem como história e manifestações culturais e acompanham os turistas em troca de pagamento pelo serviço. Alguns condutores foram capacitados por entidades, associações ou ONGs que visam melhorar/contribuir com a qualidade do turismo oferecido na localidade, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e o próprio Conselho de Turismo por meio de alguma entidade. O Conselho de Turismo disponibiliza serviço de guia local, com os seguintes valores:

- i. Guia → R\$ 50,00 por dia
- i. ara pesquisadores → R\$ 50,00 por dia

É válido ressaltar que nesse cenário, também se inserem moradores que não possuem capacitação e que acabam realizando um serviço sem profissionalismo, acarretando riscos aos visitantes. Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, somente um serviço turístico é cadastrado, conforme mostra a Tabela 2:

Tabela 2 – Serviços turísticos na Prainha do Canto Verde, cadastrados na Secretaria de SETCULT – Beberibe.

	<b>Localização</b>	<b>Contatos</b>	<b>Responsável</b>	<b>Características</b>
<b>Associação Independente da Prainha do Canto Verde e Adjacências</b>	Prainha do Canto Verde/Centro	Fone: (85) 99128572 Site: www.praiaandocantoverde.net	Nome: Silva Soares Dantas	Capacidade: 360 pessoas Especialidades: Buscar melhorias junto à Comunidade. Funcionamento: de seg. a sexta das 7h às 17h, de acordo com a necessidade.

Fonte: SETCULT – Beberibe, 2016.

O acesso até a Prainha do Canto Verde é pela rodovia CE-040, porém, o ônibus intermunicipal deixa os passageiros na entrada da estrada de acesso à Praia. A empresa é a São Benedito, que possui saídas diárias da capital Fortaleza, com destino à Fortim e Aracati e parada na estrada para àqueles que o destino é Canto Verde. A passagem custa R\$18,00 até a localidade de 4 Bocas. Desse ponto até o centro da Prainha, existem moto táxis e carros de aluguel que fazem o percurso por R\$5,00.

Segundo moradores existem carros que fazem frete e serviço de traslado para moradores até Beberibe e Fortaleza, com média de preço de R\$ 15,00 por passageiro.

No que se refere aos serviços de transporte turístico, a Prainha do Canto Verde possui cerca de 6 *buggys* de passeio (4 deles pertencem à bugueiros vinculados ao Conselho de Turismo e 2 da associação independente), que realizam passeios pela beira da praia, Morro da Cacimba, Córrego do Sal, Parajuru, entre outros destinos, despertando o olhar do turista sobre a localidade.

Além dos passeios turísticos na região, são disponibilizados traslados como Aeroporto Internacional Pinto Martins/Canto Verde, sob o valor de R\$200,00 para até 4 pessoas. Outros passeios são oferecidos ao turista como Beberibe (R\$150,00 com motorista), Morro Branco (R\$120,00 + R\$50,00 para o motorista), Aracati (R\$110,00 + R\$50,00 para o motorista), Canoa Quebrada (R\$150,00 + R\$50,00 para o motorista), Ponta Grossa (R\$200,00 + R\$50,00 para o motorista), Coqueirinho (R\$80,00 + R\$50,00 para o motorista).

Os meios de hospedagem se configuram como serviços remunerados, prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede como recepção, guarda de bagagem, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.

O Decreto Federal de nº 5.406, de 30 de março de 2005, considera os meios de hospedagem de turismo àqueles estabelecimentos que possuem licença de funcionamento para prestar serviços de hospedagem expedida por autoridade competente. Ainda segundo esse Decreto, são serviços de hospedagem àqueles prestados por empreendimentos ou estabelecimentos empresariais administrados ou explorados por prestadores de serviços turísticos hoteleiros, que oferecem alojamento temporário para hóspedes, mediante adoção de contrato de hospedagem.

Para Andrade (2002) independentemente do nível, gabarito ou classificação, um hotel é o edifício onde se exerce o comércio da recepção e da hospedagem de pessoas em viagem ou não, onde podem ser oferecidos serviços parciais ou completos, de acordo com o tipo de empreendimento e as necessidades de seus clientes.

É importante ressaltar que os meios de hospedagem da Prainha do Canto Verde são considerados alternativos por não fazerem parte da classificação oficial da EMBRATUR e do Ministério do Turismo, visto que não atendem aos padrões de classificação quanto a conforto, serviços disponibilizados, atrativos, dentre outros itens necessários. Além disso, somente uma pousada (Recanto da Mãezinha) solicita o preenchimento da ficha nacional de

registro de hóspedes – FNRH (Figura 10), o que dificulta o controle do fluxo turístico e o conhecimento do público.

Quanto às pousadas, embora não existam parâmetros predefinidos para classificar as pousadas, pode-se considerar que esse tipo de empreendimento é a versão contemporânea das hospedarias do passado. Representam uma alternativa de hospedagem mais acessível, sem que isso signifique ausência de conforto. Em sua estrutura possuem unidades habitacionais individualizadas e decoração identificada com a localidade.

Os meios de hospedagem podem ser classificados de acordo de acordo com a Embratur, pelas características das suas instalações, em função do nível de conforto que oferecem, bem como pela qualidade de serviços e pelos preços cobrados.

De maneira simplificada, a classificação dos meios de hospedagem serve como modelo para a padronização dos produtos e serviços hoteleiros, facilita a sua fiscalização e manutenção do padrão de qualidade.

Em resumo, a classificação hoteleira objetiva orientar:

- a) cidade em geral – em relação aos aspectos físicos e operacionais que distinguem um meio de hospedagem de outro;
- b) entes-hóspedes – para que possam avaliar a compatibilidade entre a qualidade oferecida e os preços cobrados;
- c) eiros – orientando os padrões que devem seguir os seus projetos para alcançar determinada classificação;
- d) gãos ou empresas responsáveis pelo controle e fiscalização dos meios de hospedagem – definindo requisitos e padrões que devem ser observados para manutenção da qualidade.

Figura 10 – Ficha Nacional de Registro de Hóspedes

 <b>EMBRATUR</b> INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO		<b>GOVERNO DO ESTADO</b> SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA <b>FIRRH</b> FICHA NACIONAL DE REGISTRO DE HÓSPEDE		<b>DEMONSTRAÇÃO DO ADMH</b> Rod. Itárus-Oliveira, Km 3 Praia Dourada - Itárus - BA - 46650-000 +55 73 3632-7005 CNPJ: 04.090.090/0001-43	
01. Nome Completo - Full Name			Telefone - Telephone		
02. Profissão - Occupation		03. Nacionalidade - Nationality		04. Data de Nascimento - Date Born	05. Sexo - Sex <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.
06. Documento [Número - Tipo - Orgão Expeditor] - Travel Document [Number - Type - Issuing Country]				CPF	
07. Residência Permanente - Permanent Address		Cidade, Estado - City, State		CEP - Zip Code	País - Country
08. Última Procedência (Cidade, Estado e País) - Arriving From (City, Country)			09. Próximo Destino (Cidade, Estado e País) - Next destination (City, Country)		
10. Motivo da Viagem - Purpose of Trip <input type="checkbox"/> Turismo - Tourism <input type="checkbox"/> Negócio - Business <input type="checkbox"/> Convenção - Convention <input type="checkbox"/> Férias - Vacation <input type="checkbox"/> Outro - Other		11. Meio de Transporte - Arriving By <input type="checkbox"/> Automóvel - Car <input type="checkbox"/> Avião - Plane <input type="checkbox"/> Navio - Ship <input type="checkbox"/> Ônibus/Trem - Bus/Train <input type="checkbox"/> Outro - Other		Email  <input checked="" type="checkbox"/> _____ 12. Assinatura do Hóspede - Guest's Signature	
Para uso do meio de hospedagem					
13. Entrada - Check-In		14. Saída - Check-Out		15. Acompanhantes	16. UH No.
17. FNRH	18. Registro	19. Para uso da EMBRATUR		CÓDIGO PROCED	CÓDIGO DESTINO
		CÓDIGO PAÍS	CÓDIGO PROF		
by ADMH - Administrador Hoteleiro 4.2.0.0      Usuário: Supervisor      Emissão: 22/6/2010 16:33:12					

Fonte: Disponível em <http://www.embratur.gov.br>. Acesso em 17 mar 2016.

Na pesquisa de campo foram observadas três pousadas com estrutura hoteleira, embora deixem a desejar quanto aos requisitos necessários para serem classificadas perante a Embratur. As pousadas, por exemplo, não contam com recepção nem tampouco com um recepcionista fazendo os procedimentos de *check in* e *check out*, o que deixa o serviço com característica familiar e com atendimento restrito.

Na pesquisa de campo foram observadas três pousadas com estrutura hoteleira, embora deixem a desejar quanto aos requisitos necessários para serem classificadas perante a Embratur. As pousadas, por exemplo, não contam com recepção nem tampouco com um recepcionista fazendo os procedimentos de *check in* e *check out*, o que deixa o serviço com característica familiar e com atendimento restrito à poucos serviços. Assim, as pousadas prestam serviços pouco atrativos, disponibilizando apenas hospedagem e nenhum serviço de lazer. Dessa forma, a opção ao visitante é aproveitar a natureza do lugar.

Segue a descrição dos ambientes que oferecem estrutura de serviços de hospedagem para o turismo, seja numa perspectiva comunitária ou não.

### a) Sol e Mar

A Pousada Sol e Mar (Figura 11), fundada em 1990 e é a primeira pousada a realizar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde. Conta com 12 apartamentos para alugar, não possui recepção, nem recepcionista, sendo necessário, ao precisar de uma informação ou serviço, solicitar aos donos da pousada, que atende na loja de *souvenirs*, no serviço de alimentação e no transporte. Oferece café da manhã incluso no valor da diária (R\$100,00/casal na baixa temporada e R\$130,00/casal na alta temporada). Não possui área de lazer, mas possui uma loja de *souvenirs* e artesanatos na parte externa. Disponibiliza 29 leitos disponibilizados em camas de casal e solteiro, ventilador e frigobar. Possui duas suítes com TV. Aceita cartões de débito ou crédito.

Figura 11 – Fachada da Pousada Sol e Mar.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

### a) Pousada Refúgio da Paz

A Pousada Refúgio da Paz conta com boa estrutura, mas também não disponibiliza serviço de recepção, gerando as mesmas dificuldades. Oferece 9 leitos, café da manhã incluso no valor da diária (R\$ 80,00/casal) ou apartamento com cozinha (R\$100,00/casal). A pousada não possui área de lazer e recreação. O uso da TV é comum a

todos os hóspedes e não possuem restaurante. Não possui serviço de alimentação, e quando necessário, indicam a Pousada Sol e Mar. Os hóspedes podem usar a cozinha da dona da casa e preparar suas próprias refeições. Não aceita cartões de débito ou crédito.

b) Pousada Recanto da Mãezinha

A Pousada Recanto da Mãezinha possui boa estrutura de hospedagem, sendo a mais estruturada da localidade. Conta com recepção aberta pelo turno da manhã e tarde e utiliza mão de obra de estudantes do curso técnico em hospedagem oferecido por uma escola profissionalizante de Beberibe. Assim como as pousadas antes citadas, ao necessitar de um serviço, o hóspede deve ser dirigido aos estagiários da recepção, pois a proprietária organiza o café da manhã, é responsável pelas compras da pousada, bem como articula passeios para os hóspedes, além da administração da mesma. Terceiriza passeios de *buggy* realizados pelo seu irmão. A mãe da proprietária é a cozinheira do restaurante, que é aberta ao público, porém tem limitação de horário, encerrando suas atividades às 16h. Disponibiliza aos hóspedes piscina e um deck destinado à convivência entre eles. Possui 05 apartamentos com banheiro, frigobar e a TV é um serviço opcional, cobrado à parte (R\$20,00/diária). As diárias são cobradas de acordo com a temporada (R\$110,00/casal sem TV e R\$ 90,00/solteiro). Aceita cartões de débito ou crédito.

c) Recanto Verde

A Pousada Recanto Verde também conta com boa estrutura, porém, não disponibiliza serviço de recepção, gerando as mesmas dificuldades. Oferece 6 leitos, café da manhã incluso no valor da diária (R\$140,00/casal). A pousada não possui área de lazer e recreação. O uso da TV é comum a todos os hóspedes e não possui restaurante, sendo necessário o hóspede realizar suas refeições em outro estabelecimento. Não aceita cartões de débito ou crédito.

d) Chalé Coqueiral

A outra opção é o Chalé Coqueiral, empreendimento familiar filiado ao Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde, disponibiliza apartamentos com café da

manhã (R\$110,00/casal e R\$90,00/solteiro) e outros com cozinha equipada (R\$90,00/casal e R\$70,00/solteiro). O estabelecimento dispõe de 6 leitos e costuma fechar pacotes para o carnaval e Semana Santa. Não aceita cartões de débito ou crédito.

e) Chalé Porto de Jangada

O Chalé Porto de Jangada é uma pousada familiar, dispõe de apartamentos para casal ou solteiro, varanda, muitos armadores de rede e está situada a 200 metros da praia, dispondo de 6 leitos. O valor cobrado não inclui café da manhã (R\$100,00/casal e solteiro R\$80,00/solteiro). Não possui serviço de restaurante nem área de lazer. Quando necessário, o serviço de alimentação pode ser solicitado perante pagamento adicional e realizado pelo próprio morador. Não aceita cartões de crédito ou débito.

f) Casa Cangulo

A Casa Cangulo, vizinha a loja comunitária Bodega é de propriedade da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde. A renda do aluguel ajuda na manutenção da Associação. A casa fica a 100 metros do mar, com barracas de praia e mercadinhos próximos. A casa dispõe de 4 leitos, divididos em cama de casal e solteiro, armadores de rede, mesas e cadeiras. Possui cozinha equipada com geladeira, fogão e utensílios de cozinha, além de lençóis, toalhas e um conjunto de mesa para 6 pessoas. Os valores cobrados dependem da estação, mas na baixa temporada é cobrado o valor de R\$60,00 (diária por pessoa). Não aceita cartões de débito ou crédito.

g) Casa Bajurau

A casa Bajurau é de propriedade de um pescador e disponibiliza dois quartos equipados com cama e ventilador. Disponibiliza aos hóspedes 4 leitos e não possui banheiro no quarto, sendo portanto, de uso comum. Os valores são em média (R\$57,00/casal e R\$42,00/solteiro), sem café da manhã. Não aceita cartões de débito ou crédito.

#### h) Pousada Comunitária

A pousada comunitária dispõe de 2 quartos com capacidade de 6 leitos, banheiro fora do apartamento e ventilador. A TV é de uso comum aos hóspedes. Não possui serviço de restaurante e nem oferece café da manhã, porém os hóspedes podem utilizar a cozinha da casa para realizar suas refeições ou solicitar do próprio morador mediante taxa extra. Os valores variam de acordo com o período e na baixa temporada são (R\$37,00/casal e R\$25,00/solteiro). Não aceita cartões de débito ou crédito.

#### i) Casa da Gorete

A casa da Gorete é de propriedade de um pescador e disponibiliza dois quartos equipados com cama e ventilador. Possui 4 leitos e não possui banheiro no quarto. Os valores são em média (R\$57,00/casal e R\$42,00/solteiro), sem café da manhã. Não aceita cartões de débito e crédito.

#### j) Casa do Roberto e Rosiane<sup>14</sup>

A “Casa do Roberto e da Rosiane” é de propriedade de um pescador e disponibilizam dois quartos equipados com cama e ventilador. Possui 4 leitos e não possui banheiro no quarto. Os quartos são simples, porém limpos e organizados (Figura 12). O morador disponibiliza ainda guarda roupa e busca deixar o hóspede o mais à vontade possível.

---

<sup>14</sup> Utiliza-se o referido nome pois é a forma como a hospedagem é divulgada para o público em geral.

Figura 12 – Quarto na casa do pescador Roberto.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Os valores são em média (R\$140,00/casal e R\$120,00/solteiro), com todas as refeições. Oferecem como diferencial atrativo, um jantar no quintal da residência, onde assam peixe em uma grelha no chão e o servem com tapioca (Figura 13). Além da hospitalidade, senhor Roberto oferece serviço de guiamento pelas trilhas, explicando as curiosidades do caminho. Não divulga o serviço de hospedagem, sendo apenas indicado pelas pessoas que os conhecem. Não aceita cartões de débito e crédito.

Figura 13 – Grelha onde o pescador Roberto assa peixe para seus hóspedes



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Como se pode perceber, as pousadas e casas de nativos oferecem serviços diferenciados, baseados na necessidade de geração de renda complementar. Oferecem serviços realizados pelos próprios moradores, com simplicidade, porém, baseados no bom acolhimento. Por outro lado, um ponto negativo detectado é que pelo fato de os meios de hospedagem alternativos não estarem inseridos na classificação oficial da Embratur, não utilizam os documentos oficiais (Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH) que contabilizam o fluxo turístico bem como detectam o perfil do visitante. Isso impossibilita ao proprietário fazer um banco de dados e conhecer melhor o público. Outro ponto negativo é o não envio na FNRH aos órgãos competentes por meio do Cadastur, que é um sistema do Ministério do Turismo onde estão registradas todas as informações turísticas necessárias ao planejamento do turismo. Durante a pesquisa de campo detectou-se que somente a Pousada Recanto da Mãezinha faz o uso do documento, mas não o utiliza para contabilizar o fluxo de turistas na pousada.

Em relação aos valores cobrados pelas diárias, se percebe que pelo fato de serem poucas as oportunidades durante o ano, os proprietários sobem os preços a fim de se manter. Porém, isso pode se tornar um problema no que se refere à competitividade, pois pela pouca infraestrutura oferecida, os visitantes pagam preços elevados se comparados a outras opções

de hospedagem no mercado e podem não retornar. Por se tratar de uma localidade com limitações de uso do espaço, empreendedores tendem a investir pouco, o que reduz a oferta de melhores comodidades.

É importante ressaltar que outras opções de hospedagem podem ser encontradas na localidade, mas estas são as mais indicadas pelos moradores. Após a implantação da RESEX, alguns estabelecimentos antes existentes se desvincularam do Conselho de Turismo, desta forma, estabelecendo uma nova associação com novas regras, embora continuem fazendo parte da oferta turística da Prainha do Canto Verde.

Outro ponto importante é que as pousadas filiadas ao Conselho de Turismo cobram uma taxa de turismo de R\$2,00 reais por dia, visando ajudar na manutenção da organização comunitária. Os serviços prestados pelo Conselho de Turismo para os afiliados incluem serviços como o receptivo, gastos de *marketing* e promoção de venda, gastos de pessoal, capacitação, infraestrutura, comunicação, limpeza e outros.

Em suma, elaborou-se uma tabela com os principais meios de hospedagem na Prainha do Canto Verde, levando em consideração não só os que fazem parte do turismo comunitário, mas também àqueles que oferecem serviço de hospedagem convencional.

Tabela 3 – Meios de Hospedagem na Prainha do Canto Verde.

<b>Meio de Hospedagem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Número de leitos</b>	<b>Serviços oferecidos</b>
Pousada Sol e Mar	Pousada	29	Restaurante, serviço de transporte, loja de artesanato.
Pousada Refúgio da Paz	Pousada	9	Café da manhã
Recanto da Mãezinha	Pousada	15	Área de lazer, piscina, restaurante,
Recanto Verde	Pousada	18	Café da manhã
Chalé Coqueiral	Pousada	4	Cozinha equipada, roupa de cama e banho.
Chalé Porto de Jangada	Pousada	6	-
Casa Cangulo	Quartos para aluguel	4	Cozinha equipada, roupa de cama e banho.
Casa Bajurau	Quartos para aluguel	4	-
Pousada Comunitária	Quartos para aluguel	6	Cozinha equipada do morador.
Casa da Gorete	Quartos para aluguel	4	-
Casa do Roberto e Rosiane	Quartos para aluguel	4	Cozinha equipada do morador.

Fonte: Adaptado de (MENDONÇA, 2004) e atualizado por DANTAS, 2016.

\*Foram acrescentadas as pousadas que não fazem mais parte do Conselho de Turismo.

É importante refletir que as pousadas vão se desenvolvendo como passar dos anos, a partir das necessidades, das prioridades do turismo, não só do empreendedor mas, principalmente, do público, que se torna mais exigente. Além de conhecer a vida do morador, os visitantes desejam dispor de uma estrutura mínima de conforto e de lazer, o que se torna um desafio para comunidade, tendo em vista os conflitos existentes na comunidade e o turista que está sendo captado para a localidade.

Os atrativos culturais são aqueles que contemplam obras e ações realizadas pela atividade humana em determinada região, assim como suas festas, costumes, folclore e artesanato, saberes e fazeres tradicionais. O artesanato da Prainha do Canto Verde é pouco comercializado na comunidade, sendo representado por meio das rendas, bordados, artesanato com escamas de peixe camurupim, palha de coqueiro e carnaúba, além de artesanatos feitos com materiais recicláveis como garrafas pet, sacos plásticos.

Esses artesanatos são criados pela própria comunidade como forma de obter renda extra e complementar para as famílias, buscando difundir a cultura da prainha, além de incrementar alguns já existentes, mas que são recriados pelos moradores como os trabalhos em fuxico, retalhos de tecido, entre outros. É uma expressão da cultura popular, manifestada através da criatividade e da necessidade, obtendo diversidade de trabalhos manuais que são oferecidos aos turistas que frequentam a localidade.

Segundo moradores, existe um projeto em andamento entre moradores da comunidade que visa diminuir a quantidade de lixo orgânico (palha de coqueiro) na localidade. Com isso, farão capacitação entre artesãos para criar artesanatos à base de palha de coqueiro, embora alguns já estejam sendo confeccionadas como mostra a Figura 14

Figura 14 – Artesanato feito com palha de coqueiro.



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Figura 15 – Coruja buraqueira (característica da região) esculpida em quenga de coco



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Outro artesanato que vem sendo feito pelos moradores são as esculturas naturais, feitas com corais encontrados na praia, além de animais esculpidos em quenga de coco (Figura 15) e outros utilizando galhos secos e fuxicos de tecido.

Toda essa variedade mostra a importância do artesanato para a comunidade e sua geração de renda complementar, proporcionando a criação e o incremento de novas oportunidades. Além disso, estimula os moradores à investir na criatividade a fim de recriar e reinventar novas formas de expressão.

Algumas manifestações culturais são identificadas na Prainha do Canto Verde na forma de músicas e brincadeiras de roda, dentre elas a Dança da Carrapeta e a Viuvinha, Terezinha de Jesus, Fui à Espanha, Cai no Poço, Eu sou pobre e a tradição das Quadrilhas, sendo reinventadas pela escola desde 1996, alegrando as comemorações de São João.

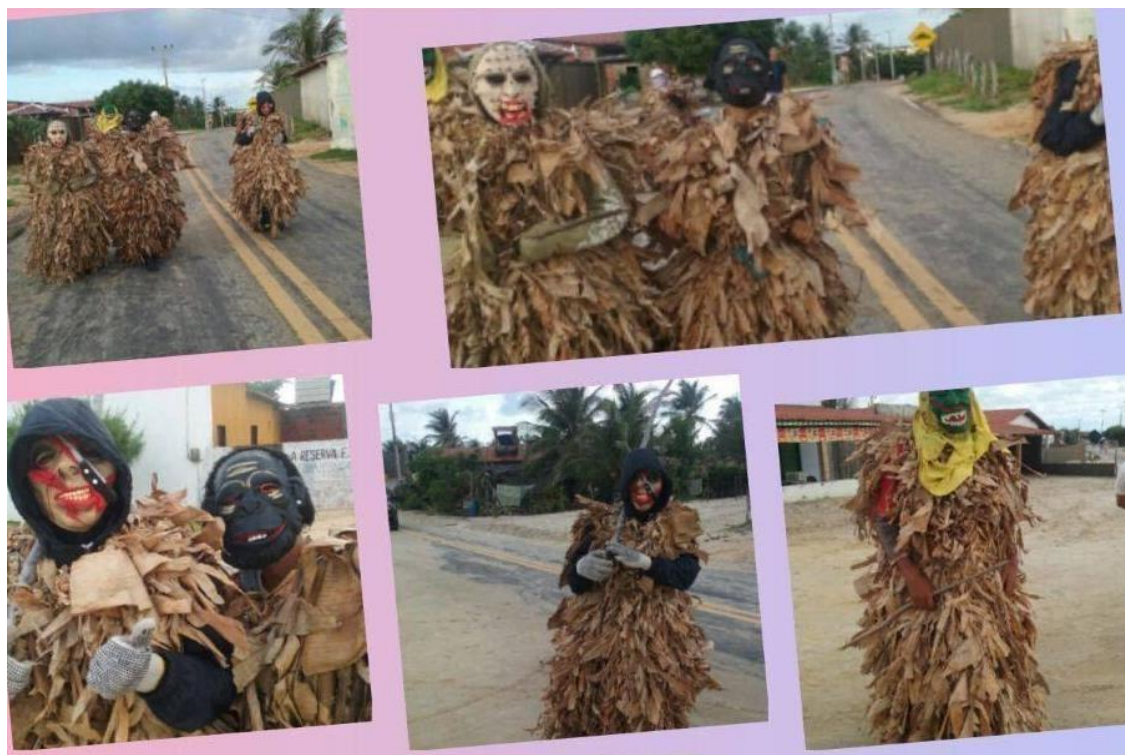
Outra manifestação ensinada pela finada Maria Pimenta, moradora de Fortim eram os dramas, realizados aos sábados somente por mulheres e respeitando um período de quinze em quinze dias. Como se trata de uma representação bastante antiga, poucos moradores ainda a realizam, estando registrada apenas na memória dos mais antigos.

O Bumba Meu Boi também é realizado na Prainha do Canto Verde, atraindo moradores de comunidades próximas e conta a lenda de Catarina, que grávida desejou a língua de um boi. Os brincantes se organizam e encenam a brincadeira na escola no mês de agosto, embalados por um momento de descontração e boas lembranças.

Embora sejam várias as manifestações culturais que ainda se mantêm vivas na memória da comunidade, a mais conhecida e consolidada até os dias atuais aparece durante as festividades da Semana Santa, onde brincantes da própria comunidade além de queimarem o Judas no sábado de aleluia saem às ruas fantasiados, mascarados e vestidos com roupas feitas de palha (Figura 16), pelos próprios brincantes, além de fantasias improvisadas (Figura 17). Estes saem às ruas, animando aos que assistem, envolvendo-os em uma mistura de insulto e medo, fazendo com que todos brinquem e participem.

Segundo moradores, a brincadeira perdura por mais de 40 anos na comunidade e se configura como uma das mais apreciadas, sendo muitas vezes representada também no Encontro promovido pelo Serviço Social do Comércio - SESC e intitulado Povos do Mar, que está na sua 5ª edição e envolve comunidades litorâneas e suas expressões culturais.

Figura 16 – Papangus na Prainha do Canto Verde – Semana Santa



Fonte: Foto cedida pela Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, 2014.

Figura 17 – Brincantes fantasiados na Semana Santa – Prainha do Canto Verde



Fonte: Foto cedida pela Secretaria de Turismo e Cultura, 2014.

A dança do coco também é bastante praticada pelos jovens da comunidade, embora seja uma influência da Praia do Iguape. “Coco” significa cabeça, de onde vêm as músicas, todas de letras simples retratando o cotidiano das pessoas. É de influência africana e indígena, acompanhada de cantorias e executadas em pares, fileiras ou círculos durante festas populares do litoral nordestino.

O som característico do coco vem de quatro instrumentos fundamentais: ganzá, surdo, pandeiro e triângulo, embora a característica mais marcante seja os repiques dos tamancos. A sandália de madeira é quase como um quinto instrumento, talvez o mais importante deles. Além disso, a sonoridade é completada com as palmas, o que transmite a alegria dos brincantes. Outras manifestações e expressões foram detectadas na comunidade como as quermesses, tertúlias, corais, músicas e poesias, embora apontadas por poucos moradores.

Nesse cenário da cultura popular, se percebe que mesmo as manifestações ainda resistem ao tempo e às inovações, a falta de regularidade e incentivo por parte das políticas públicas culturais somadas à falta de preservação dessas expressões faz com que muitas sejam esquecidas ou descaracterizadas, podendo ser extintas no futuro.

A Regata Ecológica é uma festividade relativamente nova, tendo sua primeira edição em 1992, geralmente nos finais de ano, entre os meses de novembro e dezembro, dependendo do quadro da maré. É organizada pela associação dos moradores e traz como temas a luta diária do pescador, a fauna, flora, o fundo do mar, dentre outros ligados à natureza e à comunidade. O evento reúne moradores de várias comunidades litorâneas da região e tem como objetivo alertar as pessoas para importância da preservação ambiental, incluindo a importância da terra e do mar para as comunidades litorâneas (GOMES; VIEIRA NETO, 2010). O evento é organizado pela associação dos moradores e divulgado para comunidades nas adjacências, conforme se visualiza na Figura 15.

A Regata Ecológica da Prainha do Canto Verde também possui um evento que se denomina de Corrida de Jangadinhas, que atrai e incentiva crianças a participarem das competições, conforme Figura 18

Figura 18 – Regata Ecológica – Prainha do Canto Verde



Fonte: Foto cedida pela Secretaria de Turismo e Cultura, 2014.

Figura 19 – Corrida de Jangadinhas – Prainha do Canto Verde



Fonte: Foto cedida pela Secretaria de Turismo e Cultura, 2014.

A festa de São Pedro, padroeiro da comunidade acontece na última semana de junho e se estende até o dia 29. Oito dias antes da festa ocorrem várias novenas na comunidade, porém, somente no último dia é que acontece a procissão pelo mar, com jangadas e catamarãs, encerrando-se com uma missa campal. É importante ressaltar que por muito tempo o padroeiro da comunidade foi São José do Ribamar.

A festa possui pouca visibilidade, principalmente pelo fato de ser pouco divulgada na região. Outro ponto a ser ressaltado é que a Capitania dos Portos exigiu o cumprimento de algumas normas referentes à saída de jangadas e botes, o que fez com que a festa passasse a ser somente em terra, deixando de existir o desfile no mar.

A Festa da Reserva é organizada pelo ICMBIO e acontece na semana do Meio Ambiente, no mês de junho. A festa comemora a implantação da reserva extrativista e já está na 5ª edição. Atrai visitantes de comunidades vizinhas e realiza atividades voltadas para a preservação e sustentabilidade, atraindo visitantes de várias comunidades próximas, além de lideranças comunitárias e representantes de entidades.

A culinária da Prainha do Canto Verde é composta de pratos à base de pescado e lagosta, embora sejam comuns os doces caseiros e bolos. Um dos pratos mais citados pelos moradores é o pirão de peixe, base da alimentação local. Os mais antigos contam que se tinha o costume de se trocar peixe por farinha de mandioca. Todavia, alguns pratos citados não se encontram mais disponíveis na região como o pirão de grosar, farofa de taioba, farofa de aruá e de pixoleta, dentre outros. Atualmente os pratos mais consumidos são grolado, ximbéu de batata, beiju, mungunzá, moqueca de arraia e lagosta, cuscuz, peixe assado, peixada, baião de dois. Além disso, o peixe assado com tapioca é bastante consumido e de acordo com moradores entrevistados, em breve será o carro chefe de um festival gastronômico sediado pela comunidade.

Os atrativos turísticos constituem a oferta turística diferencial de uma determinada região turística, sendo responsáveis por promover os fluxos turísticos. O turista escolhe o destino que irá visitar, em função da experiência turística que esse destino oferece. Na sequência, ele opta pelo destino turístico que proporcione as atividades e experiências escolhidas. Na Prainha do Canto Verde, os atrativos principais da comunidade são a natureza, o ecossistema, a fauna e flora, assim como a história e as tradições dos moradores também chamados de Povos do Mar com os seus jangadeiros e labirinteiros, ou seja, o público que opta em conhecer a localidade possui intenção de uma maior proximidade com o ambiente natural e com as experiências em comunidade.

A Prainha possui beleza natural de grande valor, ressaltando o branco das dunas, coqueirais e a cor do mar, embora as trilhas se configurem como atrativo relevante histórico-paisagístico. Existem três trilhas para o turista conhecer:

- **Trilha ecológica Córrego do Sal**

Nessa trilha de aproximadamente 2 quilômetros de extensão, pode-se visualizar a estrada por onde passavam os trilhos dos carros de boi existentes no ano de 1870, quando a carne de charque era produzida no município de Aracati. No caminho da trilha, passa-se pelo Porto dos Catamarãs, construídos no estaleiro da comunidade. Pode-se observar a área de alimentação da tartaruga verde, além de visualizar vários tipos de aves marinhas - os maçaricos e, na época chuvosa quando se formam lagoas, as garças. O passeio vai até a Barra do Córrego do Sal, que em alguns períodos do ano, necessita ser aberto para deixar o rio fluir, pois alguns precisam reproduzir no local.

- **Trilha para Lagoa do Jardim**

Essa trilha possui cerca de 2 quilômetros de extensão e mostra ao visitante o dia a dia do morador, a tradição de “apanhar” murici, fruto bastante encontrado em toda a região amazônica e região Nordeste, mas principalmente sobre terreno dunar. A colheita do murici pode ser feita em qualquer época do ano, embora o fruto só amadureça nos meses de fevereiro a maio. No caminho até a lagoa o turista participa da colheita, usando latas ou sacolas plásticas para armazená-lo. A estrada é de terra batida e no caminho podem ser contempladas a flora local, além de aves nativas. O passeio pode ser guiado por um condutor local e custa para 1 a 2 pessoas, R\$17,00 e de 3 a 5 pessoas, R\$25,00.

- **Trilha Morro da Cacimba**

Essa trilha tem cerca de 4 quilômetros de extensão e pode ser realizada pela praia ou pelas dunas. Seu principal atrativo é o pôr do sol, comparado por alguns visitantes ao da Praia de Jericoacoara, no Ceará. No caminho podem ser contempladas a flora local, além de aves nativas. O passeio pode ser guiado por um condutor local e custa para 1 a 2 pessoas, R\$17,00 e de 3 a 5 pessoas, R\$25,00.

### **- Passeios Náuticos**

Na Prainha do Canto Verde o turista pode desfrutar de dois tipos de passeios náuticos: jangada e catamarã. No passeio de jangada, pode vivenciar a experiência do trabalho do jangadeiro, passeando em uma jangada e contemplar a vista da praia e a imensidão do mar. O passeio de jangada dura 1h e meia com direito à parada para banho em alto mar. Já o passeio de catamarã dura 2 horas e comporta 4 pessoas. É importante ressaltar que o catamarã é uma nova perspectiva para a pesca artesanal, criando melhores condições de trabalho, fácil navegação e mais segurança, e, sobretudo, viabilidade econômica. Permite uma diversificação da pesca na zona costeira usando várias técnicas de pesca, diversificando com isso, o pescado. O passeio de jangada para até 4 pessoas custa R\$80,00 e o de catamarã para até 4 pessoas, R\$150,00, porém, os passeios náuticos estão suspensos por ordem da Capitania dos Portos.

### **– Atrativos Naturais**

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade tradicional do tipo extrativista e seus atrativos naturais chamam a atenção dos que visitam a localidade. Classificada como unidade de conservação desde 05 de junho de 2009, a reserva extrativista marinha possui bioma marinho costeiro, compondo um cenário de basicamente três ecossistemas: recifes de coral, manguezais e cordões arenosos.

Somado às essas belezas marinhas, têm-se a flora, influenciada pelo tipo de terreno, que pode apresentar tanto faixas de elevações (cordões arenosos)(Figura 17) como as faixas de depressões (entre-cordões). Na Prainha do Canto Verde se observa a presença dos dois tipos de topografia, embora no centro da comunidade (região mais habitada) sejam mais comuns as faixas de depressão cobertas por vegetação herbácea ou subarbustiva (adaptada às condições salinas e arenosas), ou seja, rasteira com alguns arbustos, sendo observada nas proximidades da faixa de praia e depressões (SUGUIO, 1992).

Em outros pontos da comunidade, em especial os mais distantes do centro, verificou-se vegetação arbustiva, formada por plantas com até cinco metros de altura, que podem formar moitas separadas por áreas sem vegetação ou por um adensamento contínuo.

Além da vegetação a fauna também é bastante rica, se destacando pela presença de aves migratórias que utilizam a restinga como local de alimentação e descanso. A partir de relatos de moradores, na região encontra-se a coruja buraqueira, o caranguejo maria-farinha,

comum nas praias arenosas e cava suas tocas acima da área de maré, as tartarugas marinhas, que utilizam as restingas como locais de desova e os maçaricos de praia, aves migratórias.

Praia de paisagem natural exuberante, composta por dunas, coqueirais, lagoas (figura 18) e mar verde-acinzentado compõem um sistema de paisagens e ecossistemas costeiros e marinhos em bom estado de conservação, de interesse ecológico e social (ICMBIO, 2011).

Figura 20 – Cordões arenosos na margem da via principal



Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Diante de tais aspectos levantados através do inventário turístico, pode-se observar a diversidade natural da Prainha do Canto Verde, rica em atrativos naturais, porém, com pouca infraestrutura turística. Conta com meios de hospedagem simples, que atendem os hóspedes embora deixem a desejar no que se refere ao conforto e estrutura de lazer e serviços. Os meios de alimentação na localidade são bastante limitados e a falta de divulgação limita o público, que na sua grande maioria, são estudantes, acadêmicos e pesquisadores.

Necessita, para se tornar um polo de turismo ainda que comunitário, aperfeiçoar a estrutura existente, capacitar mão de obra, investir em propaganda, ou seja, atrair mais visitantes, sempre os tornando conhecedores da importância da preservação da vida tradicional em comunidade.

Figura 21 – Lagoa próxima à Igreja Bom Jesus dos Navegantes



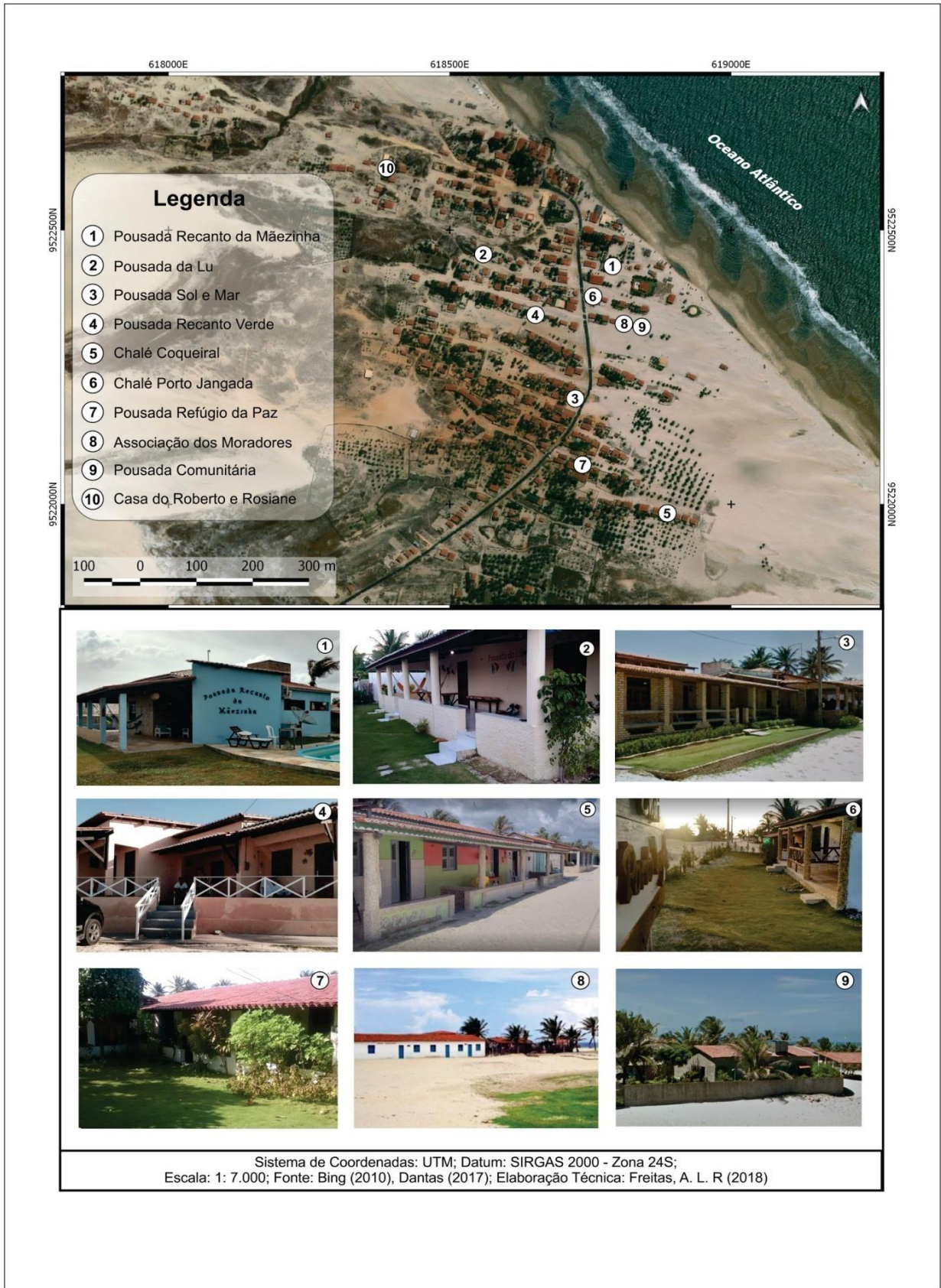
Fotografia: Susana Dantas Coelho, 2016.

Como melhoria, seria interessante estabelecer uma padronização dos valores cobrados pelas pousadas, que estão muito acima do mercado e tendem a criar uma sensação de exploração nos turistas. As dificuldades no que se refere à aceitação de cartões de crédito também se configuram como algo que deve ser repensado, visto que na atualidade, as pessoas usam com mais frequências os cartões de débito e crédito para pagar suas despesas.

É importante também, procurar interação em turistas e moradores por meio de apresentações culturais, exposições artesanais, contação de histórias, além de outras formas de expressão. É imprescindível a construção de um espaço de esporte e lazer para moradores e visitantes, visando a qualidade de vida dos nativos e a participação nas atividades recreativas da comunidade. No tocante da alimentação, criar mais espaços para o visitante, proporcionando mais opções à valores mais acessíveis.

Em vista a possibilitar tal integração entre turista e comunidade elaborou-se um Mapa da localização dos estabelecimentos que oportunizam hospedagem, contemplando os locais que se inserem na lógica do turismo comunitário e outros com propostas diferenciadas (Figura 22). Levou-se em consideração a importância dos registros elaborados na ótica das cartografias sociais por Costa (2016) em pesquisa sobre as oportunidades surgidas no âmbito do desenvolvimento de estratégias de autogestão sustentável na Prainha do Canto Verde.

Figura 22 - Mapa da oferta de hospedagem na Prainha do Canto Verde



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

### **3.2 A percepção do turismo comunitário na visão do poder público, dos envolvidos no turismo comunitário e dos moradores da Prainha do Canto Verde**

Esta pesquisa apresentou algumas dificuldades e obstáculos. Dentre elas está a dificuldade de obter respostas por parte dos entrevistados, mostrando certa desconfiança sobre o destino das respostas e sobre a identidade do pesquisador, no que se refere a uma descrença acerca de que benefícios a pesquisa poderia trazer à comunidade. E acima de tudo, a quantidade de questionários respondidos anteriormente a outros pesquisadores que não deram retorno aos moradores dos problemas levantados.

O turismo comunitário na Prainha do Canto Verde foi construído pautando-se nas necessidades da comunidade e como forma de mitigação dos conflitos envolvendo a posse da terra. Dentre as muitas formas de melhorar a situação da comunidade, buscaram ajuda do poder público, da igreja e de outras comunidades de uma forma aleatória, sem organização, contudo, com a criação da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, organizou seus interesses, buscou melhorias significativas para a comunidade, principalmente no que se refere aos problemas socioambientais. Para amenizar problemas provenientes da escassez do pescado, buscaram o associativismo, garantindo melhores condições na hora de comprar e vender produtos.

Além dessas, houve melhorias relacionadas às mudanças referentes à comercialização do pescado e sua estocagem através da implantação de uma câmara fria, o que possibilitou o escoamento para outras comunidades. Diante disso, parte dos pescadores passaram a estocar a produção de forma comunitária na câmara fria, facilitando a comercialização e conseqüentemente amenizando as perdas provenientes da não conservação do pescado. A câmara fria foi uma conquista da comunidade em parceria com um empresário, o qual possui residência de veraneio na localidade, que embora esteja próxima, não está localizada dentro da RESEX. É válido ressaltar que são muitos os conflitos envolvendo o empresário e a associação tradicional, visto que o mesmo, em outros momentos, mostrou em interesse em adquirir terras dentro da RESEX, o que gerou uma situação de desconforto aos moradores da comunidade, pois nesse caso, estariam perdendo parte de suas terras.

A partir das conversas informais realizadas na comunidade, percebeu-se uma insatisfação por parte dos moradores quanto à doação da câmara fria, que em alguns momentos foi citada como sendo parte de uma troca de interesses, dos quais um dos grupos foi mais beneficiado que o outro. Não se tem algo que comprove o motivo da doação, nem

tampouco a quem iria beneficiar, mas surge um questionamento: quantas pessoas utilizam a câmara fria? Teria sido doada em troca de terra?

Além dos problemas relacionados com a pesca, os moradores enfrentam problemas referentes à posse e à manutenção de suas territorialidades, desde a década de 1980.

Ainda buscando novas formas de organização e, conseqüentemente, a mitigação de problemas referentes à falta de emprego, geração de renda e desenvolvimento da comunidade, iniciaram-se várias discussões acerca da possível implantação de um turismo consciente e sustentável na localidade.

As atividades turísticas deveriam ser conduzidas pelos moradores e a renda distribuída entre os seus membros. Foi criado um fundo para financiar cursos de capacitação para os moradores que não estavam envolvidos diretamente com o turismo visando a qualidade do serviço prestado (BURSZTYN; DELAMARO, SAVIOLO & DELAMARO, 2003).

O projeto de ecoturismo comunitário da Prainha do Canto Verde repercutiu internacionalmente e foi vencedor, em 1999, do prêmio TO DO!99, concedido pela ONG alemã *Studienkries für Tourism und Entwicklung*, para projetos de turismo socialmente responsáveis, sendo motivo de diversas matérias jornalísticas no Guia *The Community Tourism Guide* de 2000, além de receber o Prêmio TOURA D'OR 2000, pelo melhor documentário sobre Turismo Sustentável (MENDONÇA, 2004).

Os turistas que buscam a Prainha do Canto Verde como destino turístico a veem como um paraíso, dotado de tranquilidade e belezas naturais. Compreendem que para que a comunidade siga sua rotina com harmonia, necessita da compreensão daqueles que a visitam, no sentido de não romperem as regras e interesses locais, nesse contexto, isso faz com que a praia seja respeitada enquanto destino turístico sustentável.

Em 2009, por iniciativa da própria comunidade junto à Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPCV), foi instituída uma reserva, denominada de RESEX, assegurando que as residências não podiam ser vendidas, utilizadas apenas com fins de moradia, não podendo também expandir o comércio, pois este não devia impactar no ambiente local.

O turismo comunitário na Prainha do Canto Verde até este ano de 2018 é organizado e gerido pelo Conselho de Turismo, composto por 9 membros da comunidade, o qual é responsável pela articulação junto ao Poder Público, outras comunidades, além da articulação entre nativos e turistas. O conselho conta com o apoio da Associação de

Moradores da Prainha do Canto Verde e do Instituto Chico Mendes de Bio Conservação - ICMBio, que participa de algumas reuniões e discute novas possibilidades, visto que fomenta o TBC nas unidades de conservação mas na Prainha nunca teve nenhum acompanhamento, por conta da agenda atribulada com problemas fundiários e de fiscalização de competência da RESEX.

### ***3.2.1 Percepção do poder público***

Na visão da secretária de Turismo e Cultura de Beberibe-CE, gestão 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017, o turismo está associado ainda ao lazer, qualidade de vida e entretenimento. Já o turismo comunitário, foco deste estudo, está mais associado à tranquilidade, ao sossego, muitas vezes contrários à vida urbana. Já na Prainha do Canto Verde, o turismo comunitário está associado à calma, embora se configure como um campo fechado para outras formas de turismo.

Para a secretária, os principais concorrentes da Prainha do Canto Verde próximos à localidade são a praia de Parajuru, Barra da Sucatinga e a Praia do Uruaú, que também transmitem ao visitante essa sensação de tranquilidade, mas que já possuem mais infraestrutura, além de conseguirem atender melhor às necessidades dos visitantes.

Em relação à questão da sustentabilidade, a mesma entende um destino de turismo sustentável como sendo uma comunidade que possui sintonia com o meio ambiente, onde suas relações são recíprocas, com moradores usufruindo do turismo de forma igualitária. Além disso, visam a preservação do meio ambiente, construindo e fortalecendo uma comunidade harmônica, que desenvolve suas atividades com o responsabilidade e para o bem comum.

Na visão da secretaria de turismo e cultura, o lugar deveria ser organizado seguindo uma mesma perspectiva visto que o empresariado, além de obter lucro deve ter responsabilidades quanto a não degradação do meio ambiente, como o caso das construções irregulares que podem ser extintas pela força da natureza. Cita que na Prainha do Canto Verde, bem como em outras praias de Beberibe, a maré destrói construções que se encontram na faixa litorânea. Afirma que o empresariado poderia contribuir de forma positiva na construção desse tipo de turismo, pois poderia incrementar a oferta local.

Em relação à comunidade, esta deve também se preocupar em preservar o ambiente, não só com a questão do lixo, mas com a qualidade de vida da comunidade. Deve buscar resgatar manifestações da cultura e formas de expressão e repassá-las de geração em

geração a fim de não extingui-las. Como atrativos, a localidade deve oferecer tranquilidade, ambiente favorável ao visitante para que possa conhecer sua cultura, gastronomia, modo de vida, onde possa participar e valorizar a rotina diária do nativo. É importante dizer que na visão do poder público, esta forma de turismo é a menos invasiva e pode trazer bons frutos para a comunidade.

Quanto ao público alvo, são pessoas que buscam um ambiente tranquilo, sair do caos da cidade, além das pessoas que gostam de contemplar o meio ambiente e viver próximas à natureza. Essas pessoas buscam conhecer o modo de vida simples do nativo, sua cultura e identidade. Em relação aos moradores, entende que devem ser conscientes sobre a importância da comunidade. Devem se sentir pertencentes à mesma, pois dessa forma, a tendência é que passem a preservá-la mais. Devem interagir positivamente com o visitante de forma a cativá-lo. O turismo comunitário é diferente dos outros tipos de turismo, os quais o objetivo principal é a contratação de serviços profissionais e de qualidade.

De acordo com a secretária, os pontos positivos do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde estão associados à própria localidade, rica em belezas naturais e *locus* de um vida simples, mas cheia de significado. Como ponto negativo, a secretária de turismo cita a forma como o turismo é conduzido pelos moradores, fechada e inflexível, dificultando as articulações entre o poder público e a comunidade. Completa afirmando que isso pode dificultar a injeção de recursos públicos e ações que visam melhorar a qualidade do turismo desenvolvido na região. Ressalta ainda que as tomadas de decisão não são fáceis por envolverem várias pessoas, com pensamentos diferenciados, o que torna uma decisão simples em algo complexo.

No tocante da oferta turística na Prainha do Canto Verde, afirma já existir pousadas com o mínimo de estrutura, embora ainda sejam consideradas deficientes por alguns visitantes. Somente uma pousada oferece piscina ou qualquer atividade de lazer para crianças, enquanto a maioria opta por oferecer acomodação mais simples, livre de luxo e das tendências do turismo massificado. Quanto à alimentação, relata a respeito de uma precariedade, característica da falta de estabelecimentos alimentícios que atendam ao turista, principalmente no que se refere aos horários de funcionamento, onde na maioria, só funciona até às 17 horas.

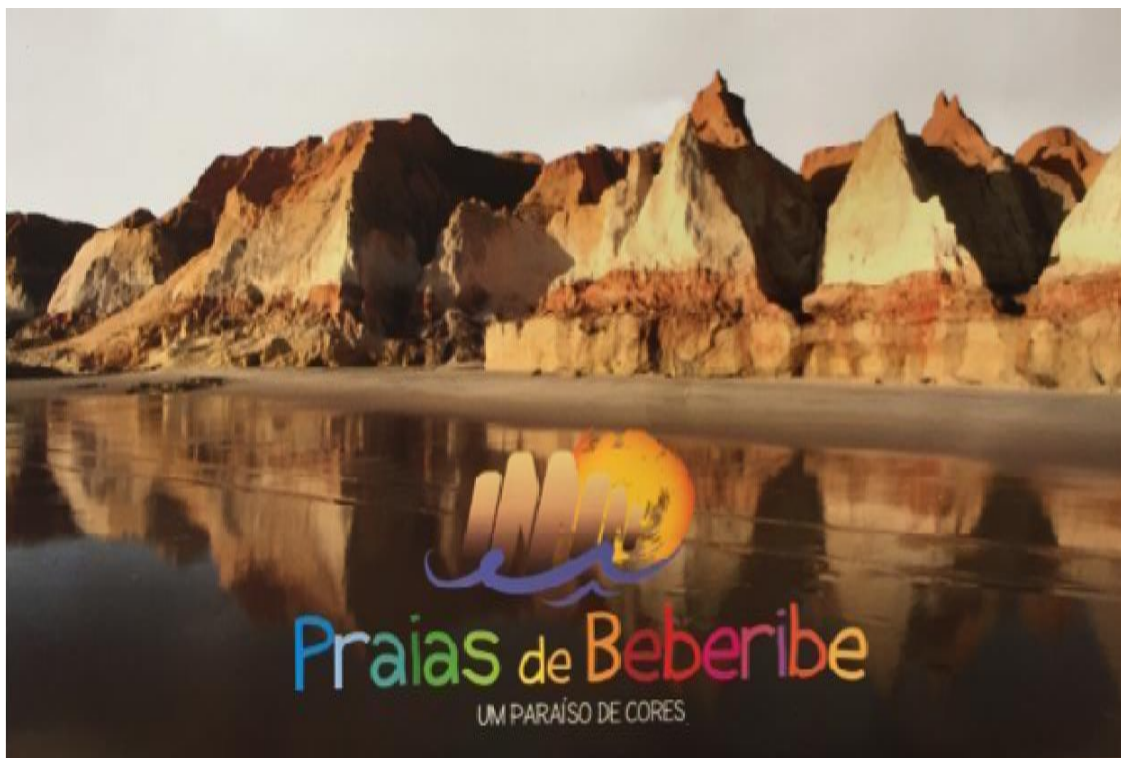
Corroborar afirmando que pela noite, deveriam ser realizadas atrações que atraíssem o visitante como apresentações culturais, *shows* com artistas locais (repentistas, poetas e contadores de histórias) e que pudessem contribuir com o entretenimento dos hóspedes, pois em algumas outras comunidades, moradores se beneficiam dessas apresentações quando expõem artesanatos e comercializam comidas típicas, o que

complementa a renda de algumas famílias. Quanto à questão da acessibilidade afirma ser um ponto negativo, visto que só existe asfalto até o centro da comunidade, sendo o restante todo coberto por areia, dificultando o acesso de pessoas portadoras de deficiência, idosos entre outras pessoas com limitação motora. Relata ser um desejo da comunidade que o asfalto somente vá até esse ponto, buscando manter as características naturais da praia.

Em relação aos artesanatos, a secretaria acrescenta que tem consciência da riqueza dos trabalhos artesanais, mas que não possui nenhuma ação da secretaria de divulgação para Prainha do Canto Verde em específico, pois quando é realizada a divulgação, envolve todas as praias de Beberibe. Já a hospedagem é levantada a partir de inventários da oferta turística e divulgada em feiras e eventos de turismo em que a secretaria de Beberibe participa, através de *folders* e cartões de visita. Dessa forma, àqueles que se interessarem pelo destino buscam maiores informações e passam a conhecê-lo melhor. É importante ressaltar que tais eventos trazem todos os distritos turísticos do município, o que faz com que o mesmo divida espaço com outros tipos de turismo, como o de sol e praia, por exemplo.

No primeiro *folder* (Figura 23), tem-se o slogan “Um paraíso de cores”, que possui um sentido genérico, que nada contribuiu com a imagem da Prainha do Canto Verde, pois não faz alusão às peculiaridades do local.

Figura 23 –Material de divulgação das praias de Beberibe



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, 2016.

Já na segunda parte do material, ilustrado pela Figura 24, a Prainha do Canto Verde é divulgada através de suas belezas naturais e seu modo de vida simples. Em nenhum momento fazem menção ao tipo de turismo praticado na comunidade, o que para muitos, pode ser considerado um atrativo. Observou-se que a Prainha do Canto Verde é apresentada como mais uma praia do município de Beberibe, o que aparentemente mostra um distanciamento do que é praticado e com o que a prefeitura divulga.

Figura 24 – Material de divulgação da Secretaria de Turismo e Cultura sobre a Prainha do Canto Verde



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, 2016.

Quanto aos eventos, além dos que já se encontram no calendário de eventos da prefeitura, existem outros que são realizados pela comunidade em parceria financeira ou apoio logístico junto à Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe. Para que a parceria se estabeleça, o proponente deve encaminhar um projeto com o objetivo e a importância do evento para a comunidade bem como os recursos necessários para a realização do mesmo, incluindo orçamento. Após analisado, a parceria é contemplada ou não, porém, existem eventos como a Regata de Jangadas, que na maioria das vezes, dependendo do orçamento, é patrocinada pela prefeitura.

Em relação à capacitação e qualificação de mão de obra, se estabelecem parcerias junto ao Sebrae para ofertar cursos que interessem aos moradores, além da oferta de Pronatec,

através de orçamento federal, que visa oferecer cursos nas mais variadas áreas, que vão desde turismo, gastronomia, cultura e pesca até língua estrangeira. A secretária relata ainda que desde 2013, são ofertados cursos nas comunidades, fazendo com que os interessados não precisem se deslocar até a sede do município. Vale ressaltar que outras secretarias também ofertam cursos de capacitação para os moradores e que alguns destes se relacionam com o turismo.

Tabela 4 – Relatório de capacitações do SENAC em 2014, contemplando a Prainha do Canto Verde.

CURSO	PERÍODO	Nº DE VAGAS	ATEND.	TURNO	LOCAL
Agente de informações turísticas	19/02 a 02/06/14	30	22	Manhã	Uruaú
Agente de informações turísticas Agente de informações turísticas	19/02 a 02/06/14 19/02 a 02/06/14	30	22 20	Tarde Noite	Parajuru Morro Branco
Condutor de Turismo e Aventura	19/02 a 02/06/14	30	23	Manhã	Prainha do Canto Verde
Condutor de Turismo e Aventura	19/02 a 02/06/14	30	30	Tarde	Barra da Sucatinga
Condutor de Turismo e Aventura	19/02 a 02/06/14	30	22	Noite	Morro Branco
Recepcionista em Meios de Hospedagem	19/02 a 02/06/14	30	26	Manhã	Sucatinga
Recepcionista em Meios de Hospedagem	19/02 a 02/06/14	30	22	Tarde	Sede
	<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>187</b>		

Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, 2016.

Quanto à questão da infraestrutura turística, a gestora ressalta que o Prodetur/NE contemplou Beberibe quanto ao alargamento da CE-40, mas que não cumpriu a promessa da construção de um posto de informações turísticas no município.

No que se refere às condições de tráfego até a Prainha do Canto Verde, a secretaria de turismo e cultura enxerga como uma boa estrutura, citando o asfalto como em bom estado de conservação, embora a pista seja estreita, porém bem sinalizada. Reconhece que poderia ter mais infraestrutura mas que por problemas referentes aos recursos financeiros do município e à falta de articulação com os gestores comunitários, algumas vezes, o processo é dificultado.

A respeito das questões ambientais, a secretaria trabalha em parceria com a Coordenadoria do Meio Ambiente e leva para as comunidades palestras, ações visando a

limpeza das praias, além da tentativa de conscientização da população em relação ao meio ambiente.

De uma forma geral, a secretária durante a entrevista, resumiu a Prainha do Canto Verde como sendo:

uma localidade complexa (risos), mas que deseja que o turista ao visitar a comunidade, se sinta acolhido, pois as pessoas que procuram conhecer a Prainha do Canto Verde desejam tranquilidade, um turismo sossegado, voltado para a contemplação da natureza. Os moradores se mostram abertos à receber os turistas mesmo que ainda não tenham conhecimento suficiente ou se percam um pouco na questão da ideologia dos dois grupos, porém são pessoas boas, que querem o melhor para a comunidade, pois o que os turistas mais gostam na Prainha do Canto Verde é a tranquilidade e o que menos gostam é a pouca infraestrutura turística (SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA, 2016).

Em relação aos atributos da imagem, a Secretaria de Turismo e Cultura busca atribuir o conceito que a própria comunidade faz questão que seja divulgado, como sendo uma reserva extrativista de jurisdição federal, que tem como órgão fiscalizador o ICMBIO. Além disso, desejam ser visualizados como uma comunidade que se preocupa com as questões ambientais e que luta pela gestão do território e por um turismo sem grandes impactos negativos.

Relata ainda que, a comunicação feita pela secretaria não é totalmente eficiente principalmente pelo fato de ser realizada de uma forma geral, contemplando todos os distritos de Beberibe sem focar em um destino específico. Busca divulgar através da televisão, das mídias sociais e do sítio da prefeitura fazer com que os turistas conheçam e se interessem um pouco mais pelos distritos turísticos de Beberibe. Outro fator que contribuiu para que não haja uma comunicação eficiente se dá pelo fato de a Prainha do Canto Verde ser uma comunidade fechada, que possui limitações impostas pela própria comunidade.

Nesse contexto, a secretaria cita que somente no final de 2015 a Secretaria de Turismo e Cultura passou a fazer parte (como suplente) do Conselho Deliberativo de Turismo, então somente a partir daí passou a contribuir mais com a divulgação da localidade nas propagandas turísticas.

Quanto a isso completou afirmando ser, em alguns momentos, difícil trabalhar uma parceria sólida com a comunidade, pois possuem formas de enxergar a realidade de formas diferentes, tornando difícil um consenso, mas que as reuniões são proveitosas e sempre buscam encontrar soluções para os problemas que surgem.

### ***3.2.2 Diagnóstico do perfil comunitário e percepção da atuação participativa dos moradores em relação ao turismo comunitário***

Neste item serão apresentados os resultados obtidos a partir da análise das respostas dos questionários aplicados em campo, além de entrevistas realizadas com os diversos atores sociais da Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE. Com um olhar de pesquisadora, mas também de turista, foi analisado um conjunto de registros (anotações e fotografias) oriundos da observação direta realizada durante as visitas à comunidade.

Em relação a faixa etária dos entrevistados, 14% estão entre 15 e 19 anos (adolescência), 28% estão entre 20 e 40 anos (período inicial da vida adulta), 49% estão entre 41 e 65 anos (vida adulta intermediária) e 9% possuem 66 anos ou mais (vida adulta tardia).

Em sua maioria, os sujeitos da pesquisa são pessoas com idade entre 40 e 65 anos, perfazendo um total de 49% do total de entrevistados.

Identificamos que a maioria está na vida adulta intermediária, período em que já se adquire uma certa estabilidade financeira e se construiu patrimônio, se inserindo portanto, num conjunto de relações entre a responsabilidade com o sustento da família e as atividades econômicas a subsidiar tal manutenção. Das pessoas entrevistadas, 66% eram do sexo feminino e 34% do sexo masculino. Entrecruzando esses dados com a percepção no decorrer das visitas de campo, pode-se sugerir que as famílias desta comunidade se organizam a partir de uma estrutura cuja divisão de papéis é tradicional: o homem provedor do sustento e a mulher direciona aos serviços domésticos, algumas delas envolvidas com a renda e artesanato. Importante destacar este fato pois, nos dias atuais, a divisão do trabalho vem sendo modificada rotineiramente de acordo com as dinâmicas trabalhistas, necessárias às famílias tradicionais do litoral cearense.

Ao serem indagados se tinham ou não filhos, 74% por cento dos entrevistados responderam que sim, enquanto que 26% responderam a alternativa não. Quanto ao estado civil dos participantes da pesquisa, 50% dos entrevistados são casados, enquanto que 27% estão solteiros. A porcentagem de divórcios, ou seja, casamentos oficialmente desfeitos e os desquitados/separados possuem uma porcentagem semelhante (8%).

Diante desse cenário, se depreende que a amostra coletada é basicamente composta por sujeitos numa faixa etária entre 40 e 60 anos, em sua maioria do sexo feminino e sujeitos casados, possuindo filhos.

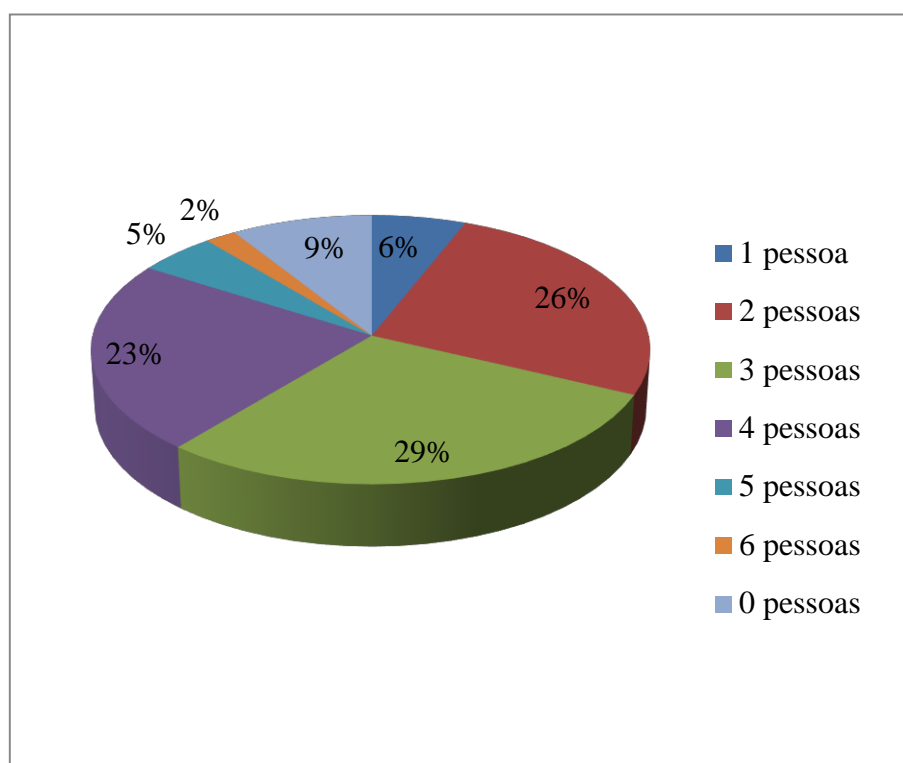
Em relação a raça dos entrevistados, detectou-se que 67% se auto declaram como pardos e 13% como negros. Dos entrevistados, 19% responderam serem brancos e somente

1% se autodeclararam indígenas. Importante destacar que a comunidade da Prainha do Canto Verde é basicamente composta por pescadores e seus descendentes, com famílias cujas atividades de sustento e manutenção das vivências coletivas está ligada à pesca em alto mar. Não foi, entretanto, discutido nesta pesquisa os recortes raciais implicados na dinâmica da organização do turismo comunitário local. Preferiu-se, entretanto, tratar da relação entre organização comunitária e vínculo com o espaço relacional coletivo em que se encontram as interações socioeconômicas e culturais.

Sobre a composição familiar dos entrevistados, mais de 50% moram com esposo(a) e filhos, 37% com pais e/ou parentes e somente 9% moram sozinhos.

Pôde-se constatar ao fazer a pergunta sobre quantas pessoas moram com o entrevistado que 29% dos entrevistados integram uma família de três pessoas, enquanto que 26% relatam possuir apenas duas pessoas na família. Por sua vez, 23% relatam possuir quatro pessoas em sua família, enquanto que a soma das que possuem 0, 5 e 6 pessoas, somam 16%, conforme aponta Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de pessoas na família.

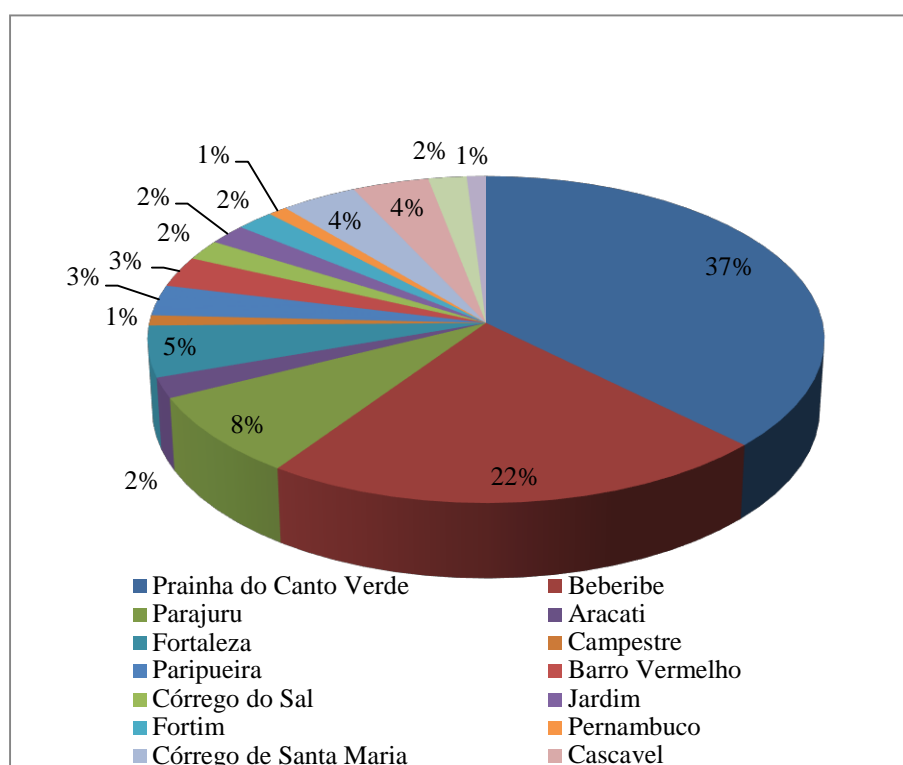


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Indagados sobre seus locais de nascimento, percebeu-se que 37% dos sujeitos da pesquisa são da Prainha do Canto Verde. A soma das porcentagens referentes a locais de

nascimento diferentes da comunidade representam a maioria dos entrevistados, ou seja, 63%. A segunda maior porcentagem é referente àqueles que declaram terem nascidos em Beberibe (22%), seguido do Córrego do Sal, com 8%, como mostra o Gráfico 2. Isso é um dado relevante pois entende-se que nativos tendem a preservar mais suas raízes, pois as pessoas que vêm de outros lugares, mesmo gostando e morando há muitos anos na comunidade, podem não participar desse processo de resgate e fortalecimento da cultura do povo.

Gráfico 2 – Local de nascimento.



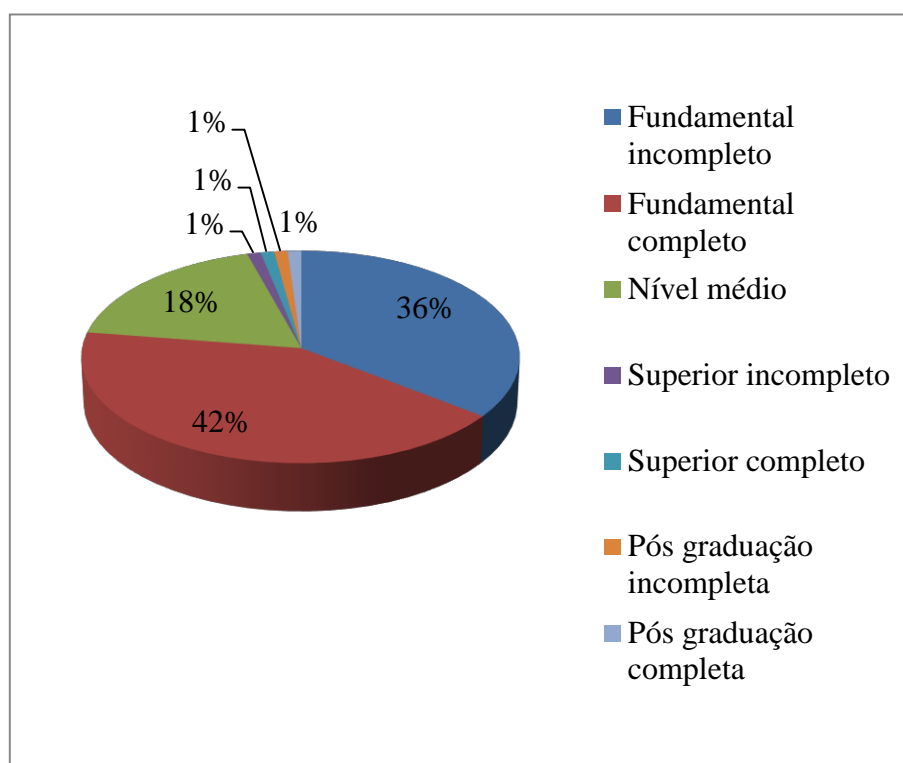
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A respeito do fato de gostarem ou não de morar na Prainha do Canto Verde, mais de 90% dos entrevistados responderam afirmativamente, o que é um ponto forte se considerarmos que as pessoas estão felizes onde vivem e por esse motivo estão dispostas a buscar melhorias significativas para a comunidade. Isso pode refletir na vontade em criar um espaço harmônico e boa relação entre morador e turista, viabilizando novos projetos pautados na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Quanto ao nível de instrução, o Gráfico 3 mostra que mais 70% dos entrevistados possuem o ensino fundamental, seja ele incompleto (36%) ou completo (42%). Somente 18% possuem o ensino médio completo e as demais alternativas somam 4%. É importante ressaltar que o nível de instrução dos membros das comunidades pode ser fator relevante na hora de

conseguir um emprego, principalmente no turismo, dada a falta de formação específica na área. Pode ser considerado um ponto fraco da comunidade, que pretende trabalhar com o turismo, atividade que mesmo voltada para o segmento comunitário, engloba acomodação, alimentação, deslocamento e entretenimento.

Gráfico 3 – Nível de instrução.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Na Parte II do questionário, buscou-se delimitar o perfil socioeconômico do entrevistado. Tais dados, analisados em conjunto e em seguida comparados com a atividade do turismo comunitário nos permitiram entender como esta envolve a comunidade em processos de sustento da coletividade e da cultura, através da manutenção de múltiplas relações dos sujeitos com esses meios de subsistência. Assim, as atividades econômicas não foram pensadas isoladamente dos fatores culturais e sociais que lhe dão subsídio.

Em relação ao tipo de moradia, a maioria (87%) dos entrevistados possui residência própria, seguido dos que possuem residências alugadas (13%). Isso pode significar que as pessoas são nativas da localidade, daí terem casa própria no local ou moram há muitos anos na comunidade, já tendo construído um núcleo familiar e adquirido uma residência.

Quanto à renda mensal familiar, constatou-se que 72% recebem até 2 salários mínimos, enquanto que 18% recebem entre 2 e 5 salários. Em relação à composição da renda

familiar, 76% dos entrevistados relatam que apenas uma pessoa contribui na composição da renda familiar, 20% indicam que duas pessoas compunham a renda e a soma das demais respostas somam 4%, fato este que pode vir a comprometer a qualidade de vida da família, pois conforme identificado na pesquisa, a maioria dos entrevistados possuem mais de três pessoas morando em casa.

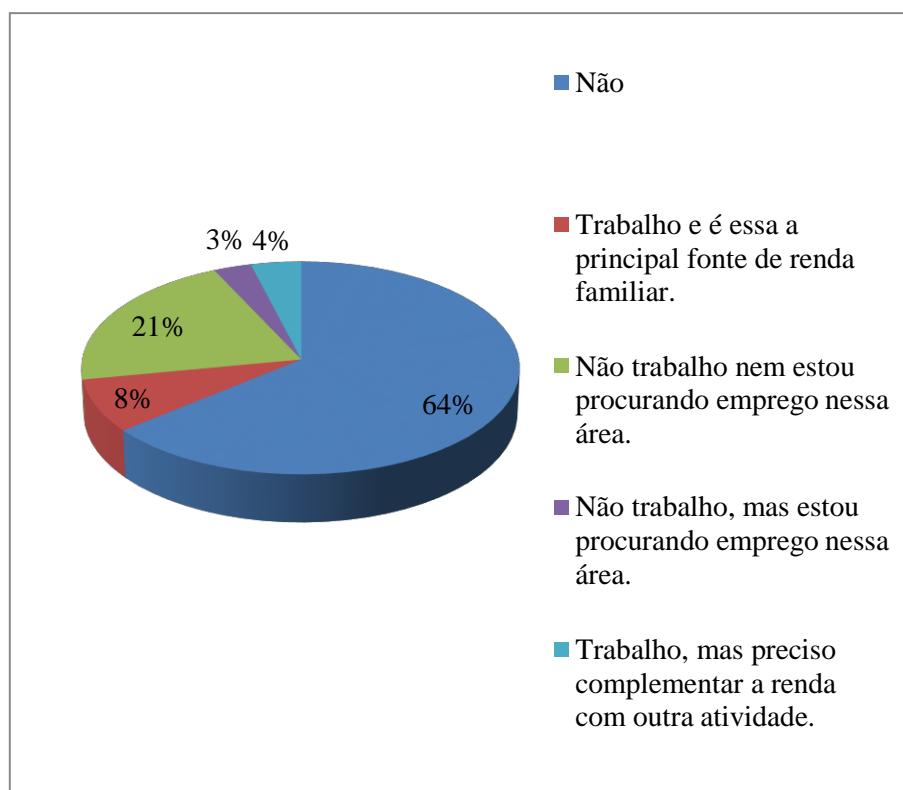
Desta forma, os gastos com as primeiras necessidades são maiores, afetando diretamente o poder de compra dos moradores, influenciando seu modo de vida. Percebe-se, portanto, quando estes relatam que apenas uma pessoa contribui com a composição da renda familiar, a ausência de uma distribuição de papéis dentre esses núcleos familiares. Como se verá mais à frente, a atividade do turismo comunitário não implica numa divisão de atividades principais a partir das quais as famílias possam se sustentar. Tal atividade vem como um complemento, não causando um aprofundamento da profissionalização da oferta turística por parte dos sujeitos da comunidade.

Ao serem questionados se, atualmente, trabalhavam em alguma atividade relacionada ao turismo, 64% responderam que não. Dos entrevistados, 21% responderam que além de não estarem, também não procuravam empregos nessa área. Isso consolida a ideia de que o turismo realmente não é a atividade principal dos moradores da comunidade, sendo a ocupação de apenas 8% dos entrevistados. Esses dados permitem uma reflexão importante: a maioria não se engaja no turismo porque considera que sua atividade principal realmente deve ser outra ou não estão inseridos na atividade turística desenvolvida na comunidade, daí não entrarem na estatística?

Observando o Gráfico 4 têm-se ainda uma pequena parcela de 3% que diz não trabalhar com o turismo embora tenha interesse e 4% que afirma trabalhar com o turismo, embora precise complementar a renda com outra atividade. Dentro dessa alternativa, foram citadas a pesca, o funcionalismo público, educação, saúde e trabalhos temporários como faxina e trabalhos manuais.

A oferta do turismo comunitário não é percebido enquanto atividade capaz de gerar dividendos econômicos e assim levar a uma elevação do status social dos habitantes da comunidade. É, isso sim, uma forma de abertura da comunidade àqueles que buscam desfrutar das belezas naturais e culturais da Prainha do Canto Verde. Esta percepção, se por um lado permite e subsidia a preservação do modo de vida da comunidade, também implica numa ausência de estruturação baseada da oferta de produtos e serviços com foco no mercado turístico.

Gráfico 4 – Trabalho na área de turismo.



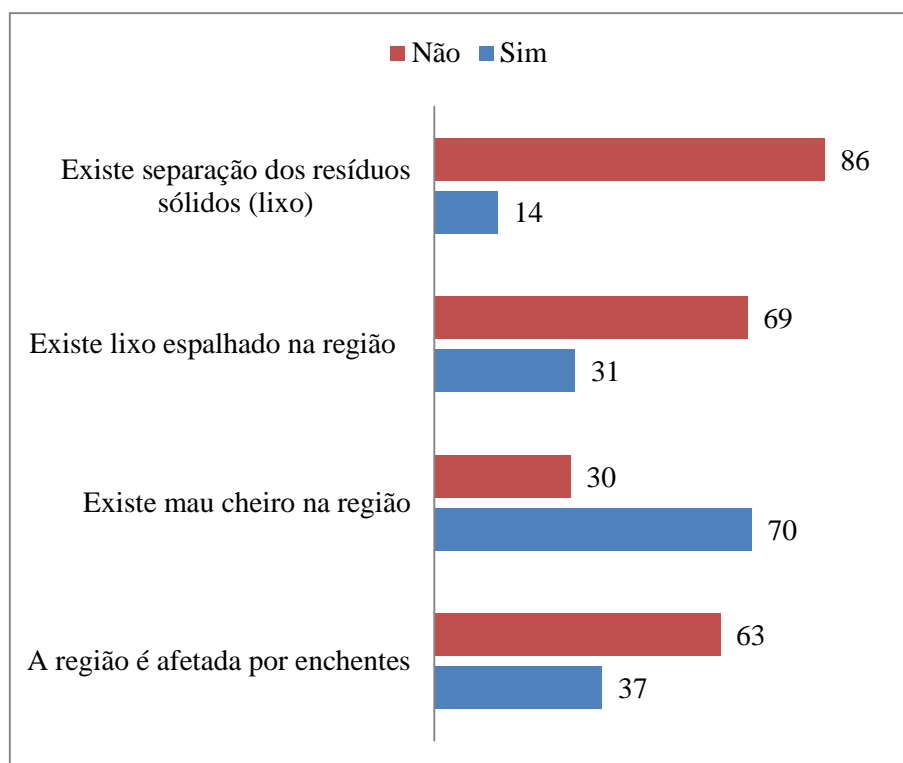
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Na Parte III, abordaram-se as questões socioambientais e suas implicações tanto na vida cotidiana da comunidade quanto em suas atividades relacionadas ao turismo comunitário.

Em relação às condições sanitárias na comunidade, indagou-se se a região é afetada por enchentes, se existe mau cheiro na região, se existe lixo espalhado na região e sobre a existência de separação dos resíduos sólidos (lixo). O Gráfico 5 mostra as respostas. Em relação a separação de resíduos sólidos, a maioria afirmou não existir, o que acaba sendo considerado um ponto negativo para a comunidade, visto que não se reaproveita materiais pois não passaram por coleta seletiva, o lixo contamina o meio ambiente, diante disso, as pessoas tendem a evitar o local, inutiliza grandes áreas físicas por conta do lixo espalhado, mau cheiro e poluição.

Depreende-se a partir desses dados que as condições sanitárias relativas a separação de resíduos sólidos é indicada como não existente, mesmo na ausência de lixo espalhado na região. Havendo sido indicado pela maioria dos respondentes que o mau cheiro se encontra em suas localidades, cabe refletir sobre as condições de acesso à saneamento básico.

Gráfico 5 – Condições sanitárias da região.

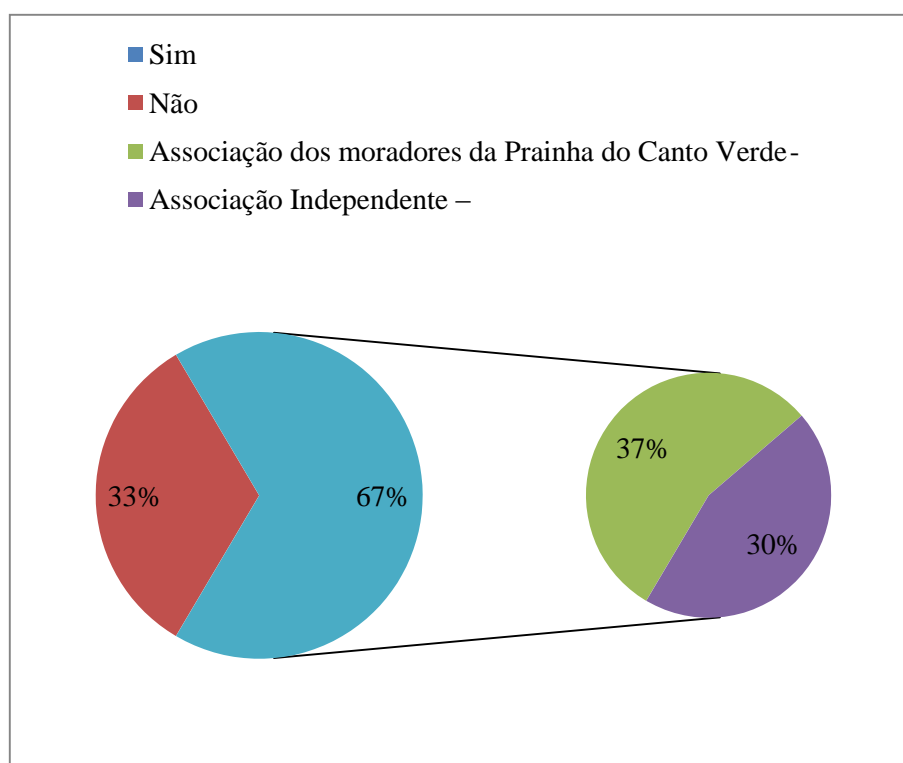


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A respeito da participação em algum tipo de associação comunitária e a frequência na participação das reuniões destas, os gráficos 6 e 7 mostram que a maioria dos moradores entrevistados (67%) participa de alguma associação comunitária. Destes 67%, 37% fazem parte da primeira associação de moradores e 30% da associação independente, podendo-se constatar que entre os entrevistados, existe um equilíbrio de participações entre as duas associações.

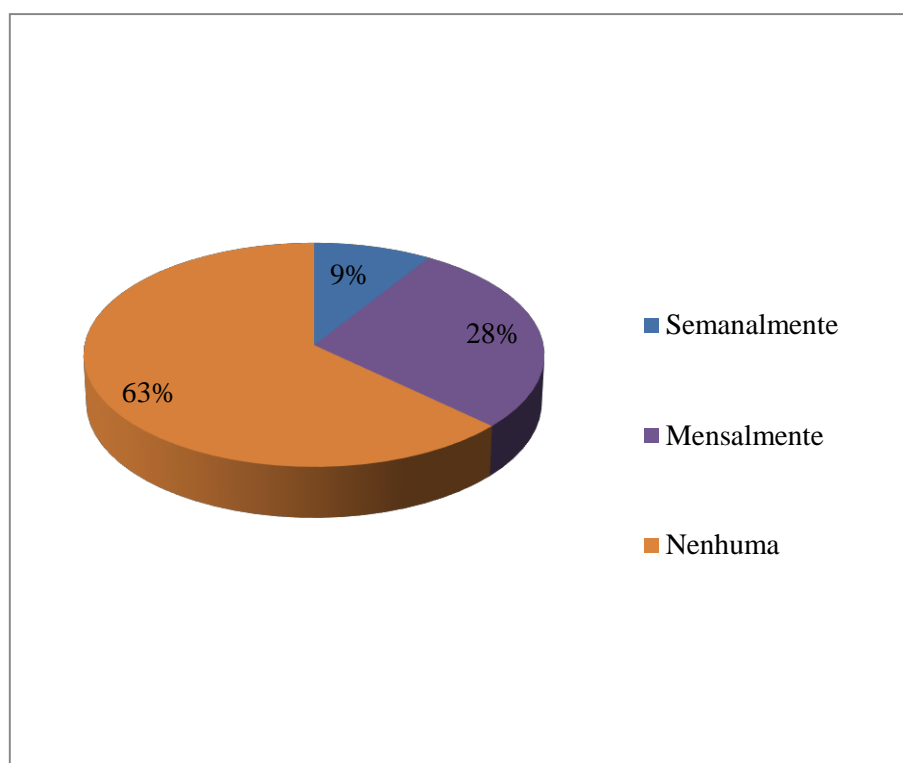
Mesmo relatando fazerem parte de uma das duas associações, o Gráfico 7 indica uma baixa participação nas reuniões, o que pode ser considerado um dado intrigante, visto que se 67% afirmam fazer parte de alguma associação, mas 63% não frequentam tais reuniões, enquanto que 28% responderam participar mensalmente destas. Já 9% frequentam semanalmente. Nesse contexto, surge a indagação: Esses 28% são suficientes para opinarem sobre questões relacionadas à comunidade? Não seria o caso investigar o porquê da pouca participação dos moradores nas associações?

Gráfico 6 – Participação em associações comunitárias.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

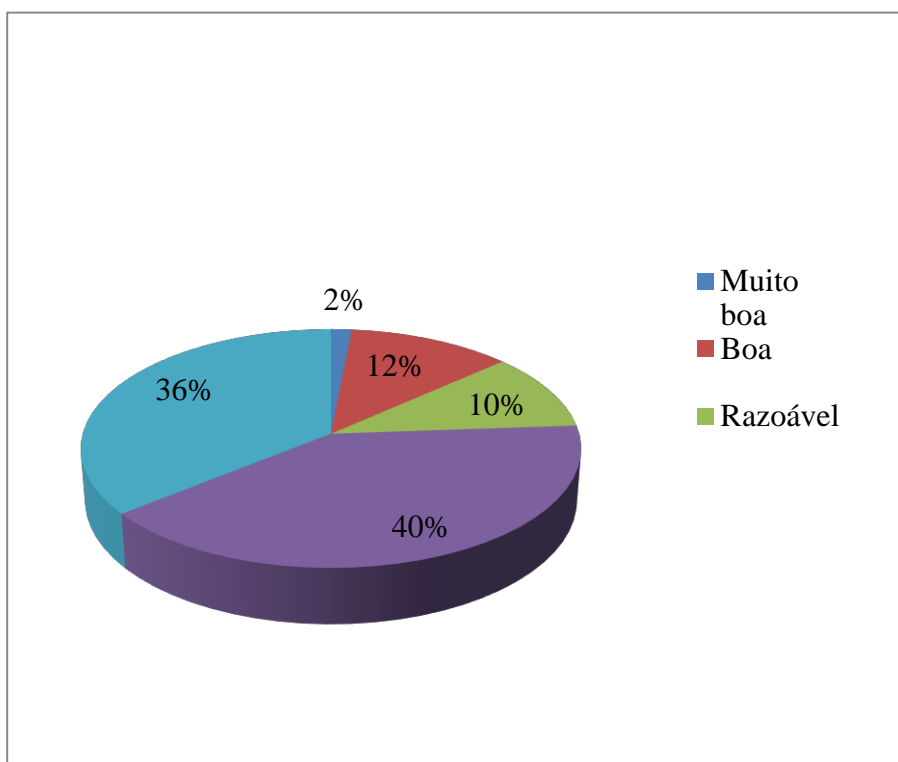
Gráfico 7 – Frequência nas reuniões.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Se fazem parte de uma associação, por que estão distantes dessas reuniões? Podemos verificar que essa resposta pode estar associada às respostas expostas no Gráfico 8, o qual mostra a atuação da associação em relação à solução dos problemas presenciados na comunidade, onde 40% consideram fraca a atuação e 36% avaliam como muito fraca. Aqueles que consideram muito boa a atuação são minoria, perfazendo apenas 2% dos entrevistados, cabendo indicar ainda os que consideram essa atuação boa (12%) ou razoável (10%).

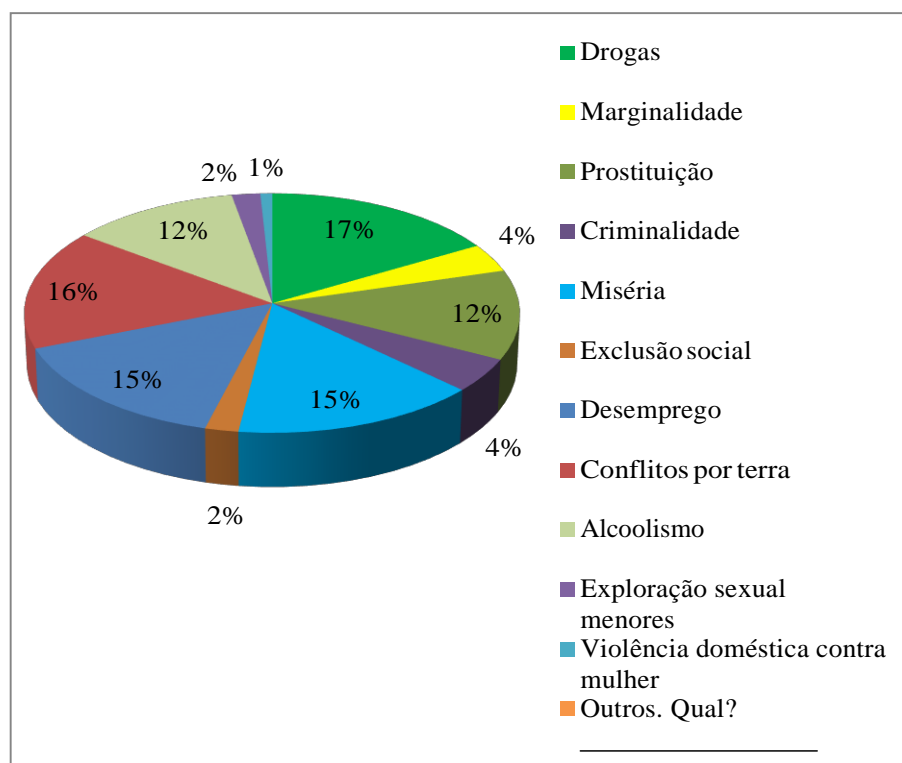
Gráfico 8 – Satisfação com a atuação das associações.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Foram indicados ainda alguns problemas sociais existentes na Prainha do Canto Verde, conforme aponta o Gráfico 9. Os conflitos por terra, as drogas, a miséria e o desemprego foram os mais citados entre 15% e 17%), sendo seguidos pela prostituição e o alcoolismo (12%). A marginalidade e a criminalidade foram citados por 4% cada uma, mas podemos verificar que os problemas que mais afetam são as drogas (15%), a miséria (17%) e os conflitos por terra (16%), o que faz da Prainha do Canto Verde, uma comunidade carente de uma atividade ou de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Gráfico 9 – Problemas sociais na Prainha do Canto Verde.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em relação à Prainha do Canto Verde, os entrevistados ainda foram chamados a responder sobre as políticas públicas destinadas à localidade. Constatou-se que 76% consideram regular, 15% consideram ótima, 6% boa e 3% como péssima a satisfação em relação à essas políticas, o que é considerado um problema se levado em consideração que estão envolvidas ações de saúde, educação, turismo, meio ambiente, entre outras de vital importância para o desenvolvimento local.

Além das políticas públicas, buscou-se a percepção da comunidade sobre a infraestrutura básica e serviços (saneamento básico, coleta de lixo, moradia, esgotamento sanitário, acessibilidade) existentes na Prainha do Canto Verde. Dos entrevistados, 67% consideram regular essa infraestrutura, 17% a consideram péssima, 12% afirmam ser ótima e 4%, regular.

Em relação à infraestrutura básica, os moradores que as compreendem como regular, fazem ressalvas quanto às vias de acesso, transporte, coleta de lixo e saneamento básico, além da educação e saúde, que foram bastante comentadas durante a aplicação dos questionários.

É importante salientar que os moradores não relacionaram à pouca infraestrutura ao turismo, pelo contrário, entendem que o turismo contribuiu para que os governantes

valorizem tais questões, pois, quando se tem um número maior de pessoas na localidade, o acúmulo de lixo é maior. De acordo com o Entrevistado A,

a Prainha nunca foi a queridinha de Beberibe, porque aqui nós da comunidade é quem tomamos de conta do turismo. Então eles não se esforçam para melhorar a estrutura daqui, pois o turista que vem para cá ou nós mesmos da comunidade é quem resolvemos tudo. Muita gente aqui coloca seu lixo na bicicleta e ou no carro, se tiver, e leva até a estrada (ENTREVISTADO A, 2017).

Com a fala do morador, se percebe que estas pessoas vivem dentro do pouco que lhes são oferecidos, aguardando por melhorias que não devem estar vinculadas com o turismo na comunidade, pois fazem parte do grupo de necessidades primárias. Verificou-se que 67% das pessoas que responderam o questionário avaliam a infraestrutura básica como sendo regular, ou seja, nem somando as que responderam as demais alternativas não se consegue superar o Regular.

A situação do meio ambiente na Prainha do Canto Verde nos últimos 5 anos também foi tematizada na pesquisa. Dos entrevistados, 77% dos entrevistados percebem que a situação permaneceu a mesma, o que mostra uma estagnação. Das pessoas entrevistadas, 17% entendem que a situação melhorou e a soma dos que consideram que piorou ou piorou muito, totalizam 6%.

Neste fator foram agrupadas as variáveis que compuseram parte dos comentários abertos dos moradores como modificação da paisagem natural, ocupação irregular de lotes, escassez da lagosta, entre outros citados em menor quantidade.

Isso se dá pela pouca ou inexistência de políticas públicas e ações voltadas para a preservação e manutenção do meio ambiente, que gera problemas como o crescimento desordenado da comunidade no sentido da entrada de pessoas de fora, paisagem natural modificada; vandalismo; poluição dos córregos; falta de segurança pública; marginalidade e entrada de drogas na comunidade.

Indagou-se também sobre de quem seria a responsabilidade pela solução dos problemas enfrentados pelo meio ambiente na Prainha do Canto Verde. Nesta indagação, a grande maioria indicou a prefeitura municipal como órgão a ser responsável (77%). Organizações não governamentais e o poder público federal e estadual não foram indicados expressivamente como tendo essa responsabilidade.

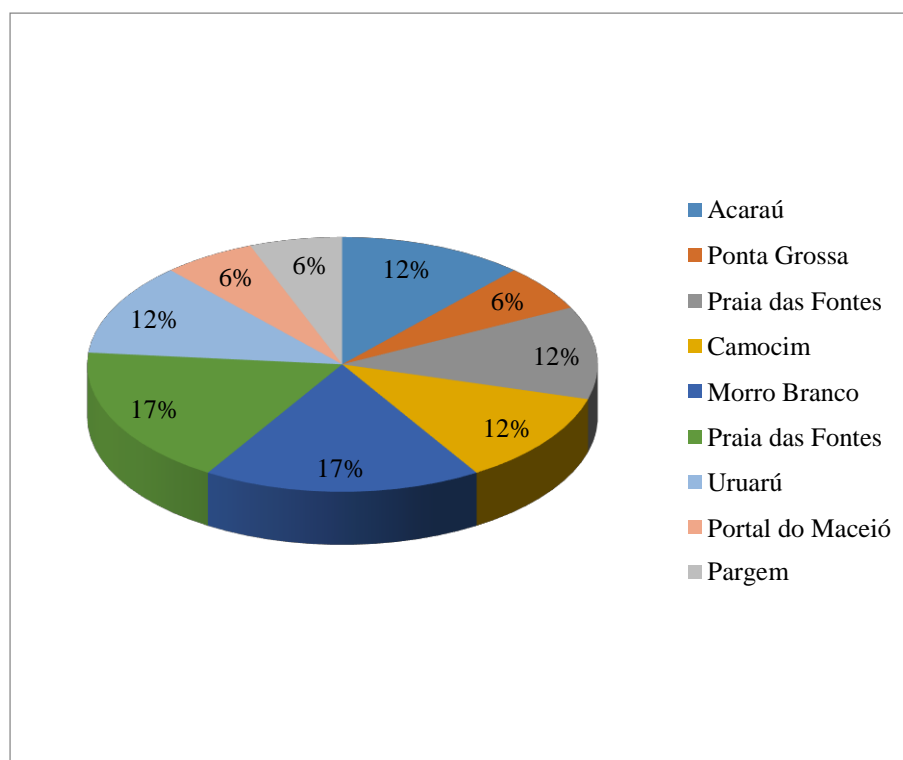
Na Parte IV do questionário, houve 12 questionamentos abertos, envolvendo a temática turismo na Prainha do Canto Verde.

Decidiu-se iniciar as questões objetivas da parte IV do questionário com a indagação sobre a percepção da existência ou não do turismo na Prainha do Canto Verde. Em

resposta, constatou que 66% por cento dos entrevistados afirma que existe o turismo, enquanto que 22% afirmam a não existência. Destes, 12%, a minoria, respondeu que existe apenas parcialmente. Já em relação ao conhecimento da prática do turismo comunitário na comunidade, 89% dos entrevistados considera que existe a prática de turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, enquanto que 11% responderam desconhecer a prática. Ou seja, para os entrevistados, o turismo comunitário é uma prática perceptível e com implicações na vida cotidiana da comunidade. Ainda que sob o termo genérico de “existente”, isso mostra certo grau de presença no imaginário coletivo de um modelo de prática do turismo.

Em seguida, os entrevistados foram indagados sobre outras comunidades que viessem a concorrer com o turismo na Prainha do Canto Verde. Respostas apresentadas no Gráfico 10 mostram uma diversidade de outras localidades percebidas como concorrentes. Não estando muito dispersas as respostas, tal percepção revela certa falta de conscientização da comunidade enquanto espaço potencialmente turístico.

Gráfico 10 – Identificação pelos moradores de outras comunidades concorrentes.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Nesse sentido, indagou-se sobre as opções de hospedagem na Prainha do Canto Verde, se estas são percebidas como satisfatórias para o turista em termos de conforto, preço/forma de pagamento e acessibilidade. Por sua vez, foi feita a mesma pergunta em se

tratando das opções de alimentação, em termos do preço/forma de pagamento, acessibilidade e variedade.

Dos entrevistados, 77% percebem que a comunidade possui meios de hospedagem satisfatórios para os turistas. Outros 15% responderam que apenas parcialmente essa estrutura é satisfatória enquanto que 8% responderam negativamente, ou seja, pela não existência de uma estrutura satisfatória para o turista. Em relação às opções de alimentação, 69% dos respondentes destacam que as opções de alimentação são insuficientes, 24% atendem parcialmente e somente 7% responderam que atendem satisfatoriamente.

Quando indagados sobre se os atrativos naturais e culturais da Prainha do Canto Verde são satisfatórias para o turista (conservação, acessibilidade, variedade), 70% dos respondentes disseram que não, 27% afirmaram que sim e somente 3% responderam que atendem parcialmente. Além disso, 91% dos respondentes consideram que os serviços de informação turística são insuficientes, 8% parcialmente e somente 1% afirmam que atendem satisfatoriamente. Relacionada a essa temática, indagou-se sobre a responsabilidade da Secretaria de Turismo de Beberibe em relação à promoção do turismo na Prainha do Canto Verde.

Em relação à satisfação com a comunicação turística realizada pela Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, 72% consideram parcialmente suficiente essa promoção do turismo por parte do município, enquanto que 13% responderam não atender às necessidades da comunidade, 8% consideram satisfatória e 7% não souberam opinar.

Das informações coletadas, depreende-se uma percepção da oferta do turismo como sendo restrita a oferta de hospedagem para os visitantes, mas reconhecendo que a conservação, variedade e acessibilidade aos atrativos ainda é limitada. Ao informarem que a oferta de atrativos naturais e culturais não é satisfatória, os respondentes indicam que em vista a demanda turística a comunidade acaba não respondendo à muitas das necessidades dos visitantes e, por outro lado, isso não implica dizer que se está diminuindo a infraestrutura turística visando a manutenção da cultura e da preservação da natureza.

Percebeu-se que as situações da infraestrutura e do meio ambiente se mantiveram as mesmas ao longo do tempo. Esta estagnação da relação constitutiva entre cultura e economia torna problemática a sustentação da coesão social oportunizada pela dinâmica interativa entre o progresso dos mecanismos de sustentação econômica das tradições culturais (com suas simbologias, rituais e práticas cotidianas) e a manutenção dessas tradições enquanto símbolos ofertados aos visitantes da PCV.

Ao avaliarem a atuação do Poder Público na promoção do turismo local, 87% consideram-na péssima. Nesse quesito, apenas 9% consideram boa a atuação, enquanto que 2% a consideram razoável. Além da proteção oficial fornecida pela legislação que define como reserva extrativista a PCV, a atuação do poder público na comunidade é percebido como ausente. Além disso, os serviços de informação turística foram parcialmente avaliados como sendo satisfatórios, cabendo destacar que o olhar do poder público municipal sobre a comunidade se mostrou cambiante quanto ao interesse em agir diretamente nos processos socioeconômicos presentes na localidade.

Essa é uma ausência que torna os campos de disputa mais problemáticos, pois desautoriza a nível municipal um status conferido pelo status de reserva extrativista conquistado pela comunidade.

Quando indagados sobre a contribuição do turismo comunitário para o desenvolvimento da Prainha do Canto Verde, 57% consideram como parcial, 26% consideram que contribui enquanto que 17% consideram que não contribui. Isso implica dizer que existe um campo de disputa envolvendo a oferta do turismo de base comunitária e sua capacidade de gerar benefícios e desenvolvimento para os residentes da PCV.

Por fim, a quarta parte do questionário indaga sobre a criação da RESEX na Prainha do Canto Verde. Dos entrevistados, 62% dos respondentes são a favor, 21% não são favoráveis a essa criação e 17% são favoráveis apenas parcialmente. Portanto, percebe-se uma forte tendência a legitimar a Reserva Extrativista como mecanismo de manutenção dos costumes da comunidade. Isso, porém, não sem questionamentos por parte de certos grupos que visam uma outra estrutura para a oferta turística na PCV.

Em relação à influência da atividade do turismo comunitário na localidade, algumas pessoas responderam que a atividade gera emprego, mesmo este não se configurando como um emprego formal, já outros responderam que não influencia em nada visto que é uma atividade desenvolvida por um grupo fechado, conforme entrevistado B (2017):

influencia de forma negativa, porque os assuntos relacionados ao turismo se restringe a um grupo fechado e que detém o poder na localidade (Entrevistado B, 2017).

Diante dessa citação percebe-se a participação da comunidade de forma restrita, o que mostra que a atividade não está sendo discutida em sua totalidade com os moradores.

Ainda nesse questionamento, alguns entrevistados responderam que a venda do pescado pode ser direcionada ao turista, sem necessitar da intermediação do atravessador,

movimenta o comércio local, aumenta o fluxo dos passeios de jangada, além de facilitar o intercâmbio de culturas.

eu acho que através do turismo, a gente pode conhecer pessoas de outros lugares, ter outras experiências. Claro que não podemos deixar de falar nos problemas que aparecem como exploração sexual, mudança nos hábitos dos moradores para agradar aos turistas e principalmente, a entrada de drogas na comunidade (Entrevistado C, 2017).

Em relação ao aumento de renda de algumas famílias, cinco entrevistados, dentre eles o Entrevistado D (2017), colocou que

o turismo ajuda na renda de algumas famílias que vivem da pesca e da agricultura, pois essas pessoas passam a alugar suas casas para receber turistas, assim uns convivem com os outros e consequentemente se ajudam (Entrevistado D, 2017).

Já o Entrevistado E (2017) é enfático ao dizer que “o turismo não muda a minha vida nem a de ninguém aqui. Poucas pessoas vivem desta atividade e as que vivem é o grupo que domina isso”. Diante de tais colocações, pode-se perceber que o turismo é percebido por alguns como uma atividade que complementa a renda e que pode ser considerada uma atividade que além da infraestrutura básica, envolve outras atividades como a elaboração de roteiros desenvolvidos comunidade, estimulando a interação entre morador e visitante, passeios de jangada, todos com vistas às práticas de Educação Ambiental para os turistas.

### ***3.2.3 Percepção da Associação dos Moradores do Canto Verde (Tradicional)***

Para que pudéssemos conhecer a percepção dos envolvidos com o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, buscou-se compreender de que forma a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde enxerga a atividade realizada na comunidade, além de solicitar que apontassem os pontos positivos e negativos do turismo.

No primeiro questionamento buscou-se conhecer a composição da associação, a qual é composta por 6 membros, todos moradores antigos da comunidade, que possuem parentesco com a família dos Pilés, uma das mais antigas do local.

O atual presidente é funcionário da secretaria de saúde e trabalha no posto médico da comunidade. Durante a entrevista relatou sua intenção em ser presidente, alegando ser uma pessoa jovem, com ideias novas e bem querido entre os moradores. Relatou logo de início ser a favor da RESEX e afirma que a mesma só trouxe benefícios à comunidade, organizando o espaço. Em relação à sua visão acerca do turismo na Prainha, o mesmo afirma ser o comunitário o escolhido pela comunidade, pois desejam que o lugar continue sendo nos

moldes tradicionais, vivendo da pesca e da agricultura, longe da correria dos lugares turísticos massificados e distante das mazelas sociais advindas da miscigenação de culturas e pessoas. Buscam viver em harmonia, vivendo de forma simples e com qualidade e que isto não é possível quando o turismo convencional é inserido em uma comunidade. Junto a eles chegam os investidores, o tráfico de drogas, a especulação imobiliária e a miscigenação cultural, que transforma o lugar.

Em relação a abrangência do turismo comunitário, o presidente afirma ser este o responsável pela complementação da renda de muitas famílias que viviam exclusivamente da pesca e agora possuem outra forma de obter renda extra. Assim, hospedam em suas casas turistas que buscam a tranquilidade e as belezas da Prainha, bem como viver a experiência de conviver alguns dias com a comunidade, não propriamente como turista, mas como um membro da família. Complementa afirmando que essa experiência só é possível nesse tipo de turismo, pois visa o bem estar da comunidade, não se preocupando em oferecer luxo aos visitantes.

Quanto questionado sobre a especulação imobiliária na localidade, relata que esta ainda não tomou conta da comunidade por causa da RESEX. Muitas pessoas vem de fora, principalmente capital estrangeiro para investir na comunidade, com a promessa de que irão melhorar a qualidade de vida dos moradores, além de melhorias referentes a infraestrutura básica e acessibilidade. Em relação a isso, coloca que a comunidade sente falta de investimentos na comunidade no sentido de melhorar a educação e a saúde, visto que a escola da comunidade só atende o ensino fundamental e o posto médico possui várias limitações no atendimento, dentre elas, dias, horários e profissionais da área para atender aos pacientes.

No que se refere aos benefícios do turismo comunitário, o entrevistado afirma serem muitos: desde o fortalecimento da comunidade em relação à terra até a renda complementar proveniente da atividade. Em relação a isso, reconhece que essa modalidade ainda é pouco difundida, principalmente por ser pauta de muitas discussões relacionadas aos beneficiários. Afirma que na Prainha dá certo, embora a participação da comunidade seja dividida em três formas de pensar, ou melhor, três grupos diferentes: àqueles que fazem parte da associação tradicional, os que fazem parte da independente e àqueles neutros, que não influenciam e não expõem seus sentimentos em relação aos conflitos pela terra na comunidade.

Aproveita para reforçar que o turismo comunitário vem crescendo, tomando forma e ganhando adeptos, embora reconheça os pontos fracos, os quais estão relacionados à falta de divulgação, de propagandas atrativas que venham a atrair o visitante, além de criar

expectativa acerca do que vai conhecer. Outro problema citado é a falta de fidelização desse turista, que nem sempre volta, não por não gostar do lugar, mas pela falta de planejamento do grupo, que é envolvido com outras atividades e que precisa se envolver com outros problemas que devem ser mitigados pela associação.

Afirma sentirem a necessidade de ajuda externa, principalmente do apoio do poder público e de pessoas ligadas ao turismo que pudessem fazer um plano de marketing para divulgar a comunidade, dentro do que é decidido pelos moradores. É importante ressaltar que a divulgação é realizada pelos próprios envolvidos com o turismo comunitário, a partir de uma página do *facebook* e através da propaganda boca a boca realizada por quem já conheceu a Prainha e pela Rede Tucum e Instituto Terramar.

Em relação ao lixo, o presidente ressaltou que esse é um problema que vem sendo pensado, mas que o lixo não está espalhado pela comunidade e sim, concentrado em uma casa que fica na entrada da praia. Em dias específicos o caminhão do lixo passa e recolhe, levando ao seu destino final.

Ressaltou que muitas famílias utilizam a fossa verde em suas residências, o que diminui a produção de resíduos, já que a Prainha é deficiente no saneamento. Complementou sua fala afirmando que as belezas naturais da Prainha se destacam principalmente por ser uma localidade limpa, ainda bem primitiva, sem poluição visual e sonora.

Quanto à sua visão acerca da RESEX, afirma que esta foi implantada para garantir a tranquilidade na Prainha, a organização e os direitos dos moradores. Enfatiza que estes não desejam forasteiros na comunidade, que não querem turismo massificado, carros de som e drogas fazendo parte de seu dia a dia. Fazem questão da vida simples, marcada pela cultura local, pela história de luta da comunidade e que os outros destinos que permitiram a entrada de investidores sofrem com problemas sociais proveniente das drogas, marginalidade e prostituição.

#### ***3.2.4 Percepção da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde (Independente)***

A Associação independente é formada por 6 (seis) integrantes dissidentes da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, que não concordavam com a implantação da Reserva Extrativista Continental. Na entrevista, a presidente, que também é empresária do turismo, relatou que no momento de assinar o documento de criação, tomaram

conhecimento que a reserva seria continental e marinha e que não seria responsável apenas por controlar o mar, mas também a ocupação e o uso da terra pelos moradores.

Em relação à sua visão acerca do turismo na Prainha, informa que falta divulgação, que as regras impostas pela RESEX impossibilitam o desenvolvimento das pousadas, que poderiam atrair mais turistas para a comunidade. A mesma aponta ainda a falta de articulação com o poder público, que se encontra entre duas visões distintas das duas associações. É importante destacar que a fala da presidente destaca pontos importantes não destacados na fala do representante da outra associação, como a importância da qualificação da mão de obra local, onde cita que investe na contratação de estagiários de turismo para atuarem na pousada, a qual é proprietária. Destaca ainda a boa qualidade dos serviços oferecidos, que devem ser condizentes com a beleza local e à hospitalidade dos moradores.

No que se refere à abrangência do turismo comunitário, a mesma afirma não beneficiar uma boa parte dos moradores, relata até casos de miséria na comunidade, pois alguns moradores que viviam da pesca da lagosta sofreram as consequências da pesca predatória realizada pelos barcos pesqueiros vindos de outros lugares. Relata que algumas pessoas percebem a importância do turismo na comunidade, pois atraem visitantes que se hospedam, se alimentam e compram artesanato feito na própria comunidade. Corroborando relatando que a associação independente é formada por pessoas mais jovens, com ideias inovadoras, que possuem experiência com turismo e detêm conhecimento de outras experiências exitosas, as quais poderiam ser introduzidas na comunidade.

Sobre o tema especulação imobiliária, esta afirma ainda não ser um problema na comunidade, mas que os proprietários de terrenos deveriam ter o direito de comprar e vender quando julgassem necessário, pois após a RESEX não puderam mais. Conforme a entrevistada,

é um absurdo eu ter condições de construir uma pousada, empregar pessoas da comunidade, oferecer um serviço de qualidade, fazer propaganda da comunidade e não poder porque o governo não quer. Isso é um direito das pessoas. Nossa luta continua para combater esse tipo de coisa. Já viajei para outro país, o turismo só traz benefícios e as pessoas não enxergam isso (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE, 2016).

Diante disso, percebeu-se que a associação independente defende o turismo convencional, embora durante toda sua fala faça ressalvas no que se refere a entrada de pessoas de fora da comunidade, pois entende que isso poderia atrair drogas e prostituição para o local, mas também entende que isso pode ser combatido pela própria comunidade. Ainda

durante a entrevista, um empresário do ramo da educação em Fortaleza foi várias vezes citado, principalmente sobre as benfeitorias e benefícios realizados na comunidade. Foram citados algumas ações como doação de livros, doação de uma ambulância para a comunidade, construção do espaço onde funciona a associação independente, além da construção de uma câmara fria para armazenar o pescado.

É importante ressaltar que foi citado que esse mesmo empresário possui uma residência de veraneio na Prainha do Canto Verde e que esta é bastante criticada pelos adeptos da outra associação que se incomodam com a situação, mas que a entrevistada não enxerga problema algum nisso.

Quando perguntado sobre as questões ambientais no que se refere ao lixo, mau cheiro e falta de infraestrutura da comunidade, a entrevistada afirmou que o lixo é uma problema pois fica concentrado na entrada da comunidade, acumulado em uma casa, onde é recolhido pelo caminhão da prefeitura. Quanto ao mau cheiro, esse só se torna desagradável quando, por algum motivo, o caminhão não recolhe e em relação à infraestrutura, as críticas foram muitas, pois entende que a prefeitura não investe porque a comunidade é inflexível e fechada, que se preocupa tanto com a perda do controle da gestão, que acaba deixando de ser beneficiada por políticas públicas voltadas para a comunidade.

Sobre a RESEX, voltou a relatar que esta não fiscaliza a parte marinha com eficiência, logo, o pescado se torna escasso, pois é comum serem avistadas embarcações de outras colônias e até de grande porte pescando na região. Afirma que a fiscalização só é realizada na parte continental e complementa com a crítica de que só fiscalizam a terra para que não entrem pessoas na concorrência pelo turismo.

Finalizou a entrevista relatando que o objetivo da associação independente é criar uma clima de harmonia na comunidade, incentivando moradores a serem empreendedores, criar uma concorrência saudável e promover a gestão responsável do turismo na localidade, combatendo e lutando pelos direitos dos moradores.

### ***3.2.5 Percepção do grupo de trabalho do Conselho de Turismo da Prainha do Canto Verde***

O turismo comunitário na Prainha do Canto Verde é organizado por um grupo gestor subdividido em 7(sete) segmentos com 1 (um) membro responsável: Cultura e artesanato, Culinária, Hospedagem, Passeios/guiamento/traslados, associação de moradores da Prainha do Canto Verde, Juventude e Eventos. Esse grupo gestor é responsável por

elaborar propostas de gestão desses segmentos e discuti-las com 40 membros que fazem parte da assembleia.

Alguns questionamentos foram realizados a um dos membros, atualmente responsável pelo segmento de Passeios/guiamento/traslados, que mostram a percepção do conselho sobre a prática do turismo na região. A seguir, discutimos tais falas relacionando-as com as outras percepções sobre o turismo na Prainha do canto Verde.

### ***3.2.6 Percepção do Instituto Terramar***

Na percepção do Instituto Terramar o turismo comunitário é pensado a partir das populações tradicionais sem perder as tradicionalidades que são a base desses territórios ricos em vida e cultura. De acordo com este, o maior entreve desde modo de turismo para a comunidade é pouca comunicação e falta de divulgação.

Como vantagens, relata que as comunidades que hoje realizam o turismo comunitário, como a Prainha do Canto Verde, lutam em defesa de seu território a décadas, enfrentando conflitos fundiários com ditos empreendedores, grandes empresários do mercado turístico e especuladores que compram e vendem ilegalmente as terras dessas populações tradicionais. Cita como exemplo Canoa Quebrada e Jericoacoara que explicitam como as populações tradicionais foram expulsas de seus territórios, já com o turismo comunitário, permite-se afirmar a (re)existência desses sujeitos, fortalecer suas atividades tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura camponesa e ser uma atividade econômica complementar que gera renda dentro da própria comunidade.

Relata que a construção da imagem do destino turístico pode ser transformada negativamente diante dos meios de comunicação e mídias disponíveis. No entanto, a imagem construída para o turismo comunitário, da mesma forma que o fortalece também o coloca para o mundo e vulnerabiliza seu território, pois este também é visto por quem faz turismo de massa.

Em relação às relações instituídas com o poder público local, afirma ainda ser deficiente pela falta de reconhecimento do lugar. Quem faz turismo comunitário é tratado da mesma forma que o turismo convencional, tendo que cumprir com as mesmas taxas e obrigações do outro.

Complementa afirmando que o governo estadual e federal adotam alguma política de estímulo ao TBC, porém que se limitou ao edital do Ministério do Turismo de 2011. Quanto ao estado, este elabora e planeja de forma clara para quem são direcionados e

destinados os financiamentos. Investe no modelo de turismo convencional e sua perspectiva para os próximos anos é flexibilizar ainda mais a legislação para venda de terras da União para fins turísticos; territórios nos quais vivem as populações tradicionais. O financiamento do turismo comunitário e mais especificamente da Rede Tucum tem acontecido através de projetos desenvolvidos por instituições parceiras dialogando com iniciativas produtivas das populações tradicionais e com pequenos fundos acessados pelas próprias comunidades.

### **3.3 A integração do turismo comunitário local e a reação às demandas e necessidades do mercado turístico globalizado**

O turismo é uma atividade que vem crescendo e ganhando grandes proporções em todo mundo. Esse crescimento se dá pela necessidade do ser humano de explorar, conhecer algo novo e diferente do habitual. Durante muito tempo o turismo esteve associado ao luxo e ao glamour dos hotéis, priorizando os serviços, o acolhimento e a qualidade de tudo que estava sendo ofertado. A partir de discussões midiáticas sobre sustentabilidade, relação homem x natureza, percebeu-se uma mudança significativa no que vem sendo oferecido para o mercado consumidor. Isso começa já nos projetos dos empreendimentos, onde são incluídas disposições sobre reutilização de água, coleta seletiva do lixo, contratação de mão de obra local, emprego e renda para a comunidade onde o empreendimento está sendo implantado, utilização de energia solar, além das preocupações com a preservação da cultura e biodiversidade.

Além dessas preocupações com a sustentabilidade, as comunidades preocuparam-se com sua sobrevivência, no sentido de manter sua cultura, tradições e história, tornando-se acolhedoras de um novo tipo de turista: o turista que busca novas experiências e é nesse contexto que entende-se o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde. Uma comunidade que busca se fortalecer em suas lutas através do turismo organizado, gerido pelos próprios moradores.

Dentro desta perspectiva, analisou-se dois grupos de pessoas: os empreendedores locais, àqueles donos de pousadas e estabelecimentos de alimentação e os moradores, que se beneficiam ou não do o turismo praticado na comunidade.

No primeiro grupo, o de empreendedores locais, entrevistou-se 5 (cinco) proprietários de pousadas ou casas que hospedam, 3 (três) de turismo convencional e 2 (dois) de turismo comunitário. O primeiro questionamento foi a respeito de o que pensavam a respeito do turismo desenvolvido na Prainha do Canto Verde de uma forma geral, sem a

divisão de tipo de turismo. Dos 5 (cinco) entrevistados, somente 1 disse que o turismo era fechado, concentrado apenas naqueles que conseguiam atrair turistas a partir de propagandas, de indicações ou de panfletagem. Os outros 4 (quatro) responderam que recebem o apoio do Instituto Terramar, Associação Caiçara e fazem propaganda em redes sociais, expondo pacotes para finais de semana e feriado e que conseguem, dentro da medida esperada, atrair e receber turistas. Todos foram unânimes em responder que necessitam de mais apoio da Prefeitura de Beberibe e uma maior divulgação por parte das ONGs e associações que desenvolvem trabalhos dentro da comunidade.

O que podemos perceber é que sobre o turismo desenvolvido esses empreendedores estão satisfeitos mas reconhecem que poderia ser melhor, principalmente quando se fala em divulgação. Poderiam atrair mais pessoas e divulgar melhor a proposta do turismo na localidade.

O segundo questionamento foi voltado para a questão da organização do turismo, de como eles organizavam e geriam seus empreendimentos. Dos 5 (cinco) entrevistados, 3 (três) responderam que eles próprios se organizavam, principalmente pelo fato de não fazerem parte do turismo comunitário. Relataram divulgar suas pousadas em sites de reservas de hotéis, divulgavam em agências de viagens de pequeno porte, nas redes sociais e por boca a boca. Os outros 2 (dois), recebem turistas a partir de divulgação realizada pela Rede Tucum, no site da Associação de Moradores, por meio do Conselho de Turismo e através de parcerias com agências de viagens. Estes dois ressaltaram ainda que seria interessante que a Secretaria de Turismo de Beberibe fizesse uma divulgação mais intensa em suas redes sociais e site, pois têm turistas que desconhecem a proposta do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde.

O terceiro questionamento versou sobre os benefícios do turismo na comunidade, que tipos de benefícios a atividade possibilita? Os 3 (três) entrevistados envolvidos com o turismo convencional afirmaram que o turismo que vem sendo realizado na comunidade não beneficia quase ninguém, pois só quem participa são os próprios organizadores, os membros da associação tradicional e os do Conselho de Turismo que prestam serviços de *buggy* e condutor turístico. Salaria que boa parte das pessoas que acolhem em suas residências vivem da pesca e recebem turistas esporadicamente. Não possuem estrutura turística nem têm estrutura para oferecer serviços de qualidade como os que os turistas necessitam.

Já os outros 2 (dois) entrevistados responderam que o turismo comunitário beneficia àquelas pessoas que quando não estão pescando ou fazendo renda, recebem

turistas em suas casas. Além de renda extra, trocam experiências significativas com os turistas, fazem amizades e estabelecem um intercâmbio cultural importante para as relações nativo x turista.

O que se percebe é a diferença significativa das visões daqueles que estão envolvidos com o turismo comunitário e daquelas do turismo convencional. O que aparenta é um ter a visão mais mercantilista que o outro, compreendendo as relações de troca tão inerentes ao capitalismo.

Percebeu-se ainda que os envolvidos com o turismo comunitário possuem um discurso pautado nas premissas do turismo praticado, ainda que não executadas em sua totalidade, mas que estão alinhadas com o que teoricamente devem ser.

Na quarta pergunta, abordou-se sobre o que esperavam do turismo na Prainha do Canto Verde e sobre como poderiam colaborar com a atividade no sentido de que esta fosse uma opção viável e responsável para a comunidade. Os 5 (cinco) entrevistados foram unânimes em dizer que o turismo na Prainha precisa se mais organizado, mais participativo e abranger mais pessoas. Muitos moradores poderiam contribuir para esse processo de desenvolvimento, porém, se limitam ao que é permitido pelas associações, Conselho de Turismo e ONGs que atuam na localidade, além de estarem distantes do que vem sendo praticado em outras comunidades. Uma das entrevistadas cita Ponta Grossa e Parajuru, onde as pessoas participam mais ativamente das tomadas de decisão, da elaboração de estratégias de divulgação, dos preços praticados e dos atrativos disponíveis para contemplação e visitação.

O que se percebeu foi a unanimidade em relação à insatisfação quanto à ausência de participação ativa das pessoas, muito embora isso se dê pelo conflito existente entre as duas associações, envolvendo diversos moradores. A comunidade se vê dividida, limitada às decisões de um grupo de pessoas participantes do Conselho de Turismo, que de acordo com os entrevistados, decidem por toda a comunidade. Por outro lado, as assembleias são abertas e comunicadas com antecedência aos moradores e estes participam quando desejam. O importante é que estejam cientes de que as conquistas das associações devem beneficiar a todos da comunidade de uma forma geral.

No quinto questionamento buscou-se conhecer como são planejados e calculados os valores praticados em seus estabelecimentos. Os (três) entrevistados que trabalham com o turismo convencional afirmaram planejar suas atividades individualmente mas que estabelecem uma média de preços a serem praticados. Entendem que o turismo na Prainha do Canto Verde se equipara a outras comunidades do litoral leste e que por esse motivo

devem ser competitivos com os de outras praias. Já os outros 2 (dois), responderam que o planejamento da atividade é realizado junto à associação de moradores, com preços estabelecidos após discussões com o grupo, se baseando nos valores praticados em outras comunidades que praticam o mesmo tipo de turismo.

É importante salientar que esse planejamento deve estar alinhado com o que a comunidade deseja em relação ao turismo, visando desenvolver ações eficazes e eficientes no sentido de fortalecer a comunidade em relação aos conflitos existentes e preservação de suas raízes, viabilizando a inclusão social, a governança democrática e o desenvolvimento sustentável.

O sexto e último questionamento foi pautado nas perspectivas futuras associadas ao turismo na Prainha do Canto Verde. Nessa pergunta houveram cinco respostas diferentes, baseadas na forma de enxergar o turismo de cada pessoa entrevistada. O primeiro entrevistado relatou que espera um futuro mais tranquilo para a Prainha, com harmonia entre as duas associações, a fim de buscar o melhor para a comunidade. Acredita em um turismo mais humano, pautado na inclusão social, nos valores e princípios da comunidade.

Já o segundo entrevistado, não vê muito futuro para o turismo, pois afirma ser uma atividade muito controlada pela associação e indiretamente pela RESEX, relata ainda que as pessoas não possuem autonomia para melhorar seus empreendimentos, diversificar suas ofertas, praticar valores como desejado, além das limitações na divulgação da localidade.

O terceiro entrevistado enxerga um futuro promissor, baseado nos interesses da comunidade, no bem estar social e na capacidade dos que gerem o turismo na comunidade. Entende que muito deve ser melhorado, porém, com a experiência, o tempo e a construção gradativa do turismo na localidade, deve-se chegar ao esperado muito em breve.

A quarta entrevistada afirma ser muito bem intencionada em relação ao que desenvolve na comunidade, que pretende cada dia mais investir em seu empreendimento, que não desiste da luta e que cada dia mais busca parcerias em prol do desenvolvimento do turismo na Prainha. Ressalta que o turismo ideal é aquele que traz benefícios a todos e que serve de renda e de melhoria de vida para as pessoas. Ressalta que as pessoas que vivem na miséria pelo fato de não quererem se comprometer com uma forma de turismo diferenciada, são pessoas que não sabem administrar, pois quando se tem uma oportunidade nas mãos, têm-se que aproveitar as oportunidades.

E por fim, o quinto e último entrevistado entende que a solução para a Prainha está associada a RESEX, ao fato de voltar atrás no que foi implantado. Entende que o

morador deve ser o dono exclusivo de sua terra e que se não se sente bem na comunidade, tem o direito de se desfazer do seu terreno e vender para quem desejar. Enfatiza relatando que as pessoas na comunidade são bastante antigas e que conhecem a realidade de todos. Que ajuda externa é sempre bem vinda, principalmente de pessoas que estão dispostas a ajudar beneficiando os moradores.

Diante de tais falas, percebeu-se o quão importante são as relações na comunidade e o quão importante deveria ser a harmonia dos moradores. Os conflitos existentes são, na maioria das vezes, determinantes de toda a situação vivida e que motivam descontentamentos diante outros sujeitos. O turismo local se integra ao turismo globalizado com muitas ressalvas, várias limitações determinadas pela própria comunidade. Os moradores conhecem os problemas experienciados por outras comunidades turísticas e compreendem que na maioria das vezes o turismo é responsável indiretamente pelos problemas sociais existentes.

Nesse aspecto, os sujeitos da Prainha interagem com o que chega até eles, com o que dispõem para melhorar de vida mas compreendem que precisam de mais. Conhecer a realidade da Prainha nos faz pensar que o turismo implantado deveria ser organizado e voltado para as necessidades dos moradores de uma forma geral.

No intuito de estabelecer uma reflexão sobre as formas de desenvolvimento do turismo na comunidade, buscou-se mostrar como o Poder Público, as duas Associações de Moradores e o Conselho de Turismo dialogam entre si (ou não) e utilizam (ou não) as estratégias propostas pela Rede Tucum (Tabela 5).

Tabela 5 – Comparativo das percepções teóricas e dos envolvidos direta e indiretamente com o turismo comunitário da Prainha do Canto Verde

Critérios do Turismo Comunitário (IRVING, 2009)	Estratégias da Rede Tucum (TUCUM, 2010)	Poder Público (Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe)	Associação dos Moradores da PCV	Associação Independente dos Moradores da PCV	Conselho de Turismo da PCV	Moradores
<p><b>INCLUSÃO</b> O turismo como uma alternativa para a inclusão social;</p>	<p>Formação de atores sociais na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;</p>	<p>Considera relevante e necessária à inclusão social na comunidade, principalmente no sentido de fortalecer o turismo comunitário, formando pessoas com habilidades e competentes para gerir o turismo atendendo os desejos e interesses dos moradores em consonância com o poder público.</p>	<p>A associação compreende que a inclusão social é necessária para que possa haver o empoderamento das pessoas. Devem se sentir responsáveis pela escolha de inserir ou não o turismo em suas rotinas de vida.</p>	<p>A associação independente entende que a inclusão social é importante mas que o morador deve escolher pelo tipo de turismo que deseja trabalhar. A comunidade deve ser preservada e valorizada pelos turistas mas que isso não impede que outro tipo de turismo possa ser realizado na comunidade. Entende que isso é uma questão de consciência.</p>	<p>O grupo gestor vê no turismo comunitário a possibilidade da inclusão social sem distinção de cor, raça, nível de instrução, com isso, o empoderamento da comunidade a fim de gerir a atividade de forma a atender suas necessidades e anseios.</p>	<p>Os moradores consideram a inclusão social um fator significativo para qualquer comunidade, mas acreditam ainda não fazer parte da realidade do turismo na Prainha do Canto Verde. Afirmam conhecer experiências exitosas mas ainda em pouca proporção. Corroboram afirmando que é necessário que haja uma maior participação da comunidade nas decisões e organização do turismo a nível comunitário. Quanto ao poder público, mencionam a ausência de participação em temas relacionados ao turismo na Prainha do Canto Verde. Desta forma, participam pouco de reuniões e muitas vezes se percebem desestimulados com a política local.</p>
<p><b>PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE</b> O fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática;</p>	<p>Melhoria das infraestruturas turísticas, como acessibilidade aos pontos turísticos, sinalização turística, criação de centros de artesanatos como fatores que incentivam a participação.</p>	<p>A Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe busca sempre a participação social por meio de reuniões com os moradores, formação de grupos de trabalho, além de estimular o fortalecimento da governança democrática. Afirmar estimular a produção de artesanato e renda, as quais são divulgadas em feiras de turismo e cultura, inclusive com a participação das próprias rendeiras da comunidade. Em relação às melhorias referentes ao turismo, estas dependem de recursos, os quais são divididos com outros municípios de Beberibe. Afirmar que os problemas de escassez de água e a educação são responsáveis, muitas vezes, pelo pouco investimento no turismo da região. Afirmar que o litoral é composto de belas praias, mas também possui regiões próximas a Beberibe que carecem de infraestrutura emergencial.</p>	<p>A associação visa sempre participar junto à comunidade de todas as benfeitorias realizadas na comunidade, buscando sempre a participação social, empoderando grupos para desenvolver um trabalho de qualidade, voltando para atender as demandas dos moradores de uma forma geral.</p>	<p>A associação independente busca sempre participar de feiras e eventos a fim de divulgar a localidade e o patrimônio material da comunidade.</p>	<p>O Conselho de Turismo compreende que as tradições devem ser preservadas e para isso, desenvolve junto à comunidade um trabalho de conscientização, principalmente para que os moradores se sintam pertencentes ao território.</p>	<p>Os moradores devem participar de tudo, principalmente na hora de tomar decisões que envolvem o futuro da comunidade.</p>
<p><b>PROTAGONISMO</b> A existência do capital social e o compromisso de “stakeholder engagement” como elementos fundamentais nas ações empreendidas por projetos internacionais;</p>	<p>Melhoria nas infraestruturas urbanas básicas, como acessibilidade, escolas, postos de saúde;</p>	<p>A Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe entende que deve haver pessoas envolvidas na governança, que estejam em condições de se articular com outras comunidades, buscando apoio e fomento para o desenvolvimento de programas e ações que visem o bem estar da comunidade. Além do apoio do poder público, se faz necessário o apoio e a consultoria de outras pessoas/associações/órgão/ONGs.</p>	<p>A associação dos moradores busca em consonância com o Poder Público, atrair políticas públicas para a comunidade, no intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas, para isso, cobra melhorias na infraestrutura básica da comunidade.</p>	<p>A associação independente busca constantemente melhorias junto ao poder público local, além de parcerias com pessoas dispostas a contribuir com a qualidade de vida dos moradores.</p>	<p>O Conselho de Turismo busca constantemente participar das discussões acerca da infraestrutura na comunidade, bem como realizar um esforço contínuo para que o turismo contribua com isso.</p>	<p>Parte dos moradores alertaram para o fato de os protagonistas serem um grupo fechado, que decidem nas assembleias, embora estas sejam comunicadas antecipadamente e abertas à comunidade. Entendem que o sujeito deve fazer parte de todo o processo mas não devem ser o objeto do processo. Durante essa fala, alguns citam o empresário que busca investir nas terras da comunidade, que procura se envolver no processo, mas está inserido no conflito que envolve a comunidade. Cabe ressaltar que os entrevistados na associação independente discordam desse posicionamento por acreditarem na proposta de melhorias na comunidade oferecidas pelo empresário. Afirmam que o investimento dele as vezes é mais eficaz que o da própria prefeitura.</p>
<p><b>DIVULGAÇÃO E INSERÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL</b> A inclusão do turismo nas pautas de organismos oficiais internacionais, associado à questões socioambientais;</p>	<p>Construção de estratégia de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;</p>	<p>O turismo em sua esfera municipal, compreende a necessidade da inclusão do turismo comunitário nas discussões em âmbito municipal, estadual e federal, mas também internacional, visto a necessidade de mitigação de questões de cunho socioambiental, principalmente pela possibilidade de investimento estrangeiro nas ações realizadas dentro da comunidade.</p>	<p>Estratégia de marketing e divulgação do turismo comunitário tímida devido ao fato de estarem na mesma rubrica de ações de divulgação do turismo convencional, sendo realizadas de forma conjunta, o que é um ponto fraco.</p>	<p>A associação independente afirma não possuir nenhuma estratégias de marketing por parte da comunidade para divulgar e inserir o turismo no contexto regional e nacional.</p>	<p>O Conselho de Turismo traça estratégias junto à comunidade a fim de realizar a divulgação do turismo comunitário em acordo com o que a comunidade pretende.</p>	<p>Parte dos moradores acreditam no incentivo e apoio do capital estrangeiro, principalmente quando envolvem ONGs e associações. Estas trazem ações diferenciadas, novas oportunidades de divulgação da cultura local, além do incentivo à educação e complementação de renda. Acrescentam que algumas ONGs desenvolvem oficinas de artesanato e capacitação de mão de obra para melhorar o atendimento ao visitante, muitas sendo reconhecidas internacionalmente. Já outra parte dos entrevistados, relatam ser ações pontuais, muitas envolvendo sempre o mesmo grupo de pessoas, principalmente os envolvidos com um estrangeiro que reside na comunidade há anos e que está envolvido com a antiga associação de moradores. Citaram uma oficina de rendas de renascença, as quais foram comercializadas na Itália e Suíça por um valor irrisório e insignificante que mostrava a desvalorização do artesanato local. Quanto à divulgação, esta só existe oficialmente pela Rede Tucum, que é responsável pela elaboração de folders e pacotes turísticos. Relatam também que a Secretaria de Turismo e Cultura do município possui um folder de divulgação geral, que mostra as potencialidades do litoral de Beberibe. A Prainha possui um pequeno espaço destinado ao seu turismo, mas sem enfoque ao turismo comunitário, o que para os membros da comunidade, isso é desvantajoso, pois atrai para o local turistas que buscam outro tipo de turismo e ao chegar na Prainha se sentem enganados.</p>

<p><b>PERFIL DO TURISTA</b> Mudança no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade socioambiental;</p>	<p>Relação com os organizadores e operadores de viagens e comercialização do turismo comunitário e solidário visando esse novo perfil;</p>	<p>A Secretaria de Turismo de Beberibe acredita ser fundamental realizar um filtro no perfil do turista que busca conhecer a Prainha, pois é um turista diferenciado, mais esclarecido sobre as questões ambientais e preservação da natureza. Quanto à parcerias com os organizadores e agências de viagens, não o faz, visto que esse contato é estabelecido entre agência e a própria comunidade.</p>	<p>A associação dos moradores trabalha junto ao Conselho de Turismo para atrair turistas que possam conhecer a realidade da comunidade no que se refere às suas lutas e contribuir para o processo de desenvolvimento da mesma sem impactos negativos</p>	<p>A associação independente dos moradores não limita turistas, pelo contrário, busca atrair sempre novos turistas, buscando fazê-los conhecer sua importância no processo de ajudar a preservar as tradições culturais da comunidade.</p>	<p>O Conselho de Turismo afirma trabalhar junto à comunidade um perfil de turista que esteja interessado em conhecer a comunidade e propagar a ideia de luta e preservação pertinente aos moradores da Prainha.</p>	<p>Os moradores da Prainha do Canto Verde são unânimes em dizer que buscam um turista que deseja tranquilidade e simplicidade. Não aceitam som alto nem qualquer tipo de coisa que venha incomodar a comunidade. Quanto às parcerias, essas são estabelecidas entre a associação dos moradores e os operadores que trabalham com esse tipo de turismo, bem como algumas pousadas que trabalham com turismo convencional também oferecem pacotes para operadoras de viagens.</p>
<p><b>PLANEJAMENTO TURÍSTICO</b> Planejamento turístico responsável a fim de evitar a exclusão social nas comunidades a serem visitadas.</p>	<p>Articulação e trocas com outras redes no Brasil e do exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário.</p>	<p>O planejamento turístico da Secretaria de Turismo de Beberibe é realizado de forma a atender às necessidades de todo o município. O planejamento turístico personalizado da Prainha do Canto Verde é feito pelos próprios moradores de acordo com as necessidades da comunidade. Em relação à articulação com outras redes, é feita através da associação e da Rede Tucum e Associação Caiçara.</p>	<p>A associação dos moradores afirma trabalhar em conjunto com o Conselho de Turismo para garantir o planejamento turístico da comunidade a fim de que este possa estar de acordo com as premissas dos moradores.</p>	<p>A associação independente afirma realizar seu próprio planejamento pois não participa do planejamento realizado pelo Conselho de Turismo.</p>	<p>O Conselho de Turismo planeja a atividade baseando-se no que as pessoas desejam para a comunidade a fim de não impactar nos hábitos, cultura e história da Prainha.</p>	<p>Os moradores, em especial os grupos de trabalho são responsáveis por realizar o planejamento turístico da Prainha e depois passam por discussão nas assembleias para que possam determinar o que será feito. Busca-se sempre ouvir os anseios da comunidade. Em relação à articulação com outras redes, esta é feita pela associação de moradores, Rede Tucum e ONGs que prestam assessoria e realizam ações na comunidade.</p>
<p><b>TURISMO E SUSTENTABILIDADE</b> A urgência de discussões acerca de “turismo e sustentabilidade”.</p>		<p>A Secretaria de Turismo ainda é deficiente nessas discussões pela falta de profissionais da área do turismo e meio ambiente no município, mas procura sempre trazer capacitações em parceria com Senac e Sebrae a fim de qualificar mão de obra para trabalhar com o turismo.</p>	<p>A associação dos moradores busca se manter atualizada sobre as discussões em outras comunidades e participa sempre que possível de fóruns e reuniões realizados a partir da temática sustentabilidade.</p>	<p>A associação independente afirma buscar apoio a partir das políticas públicas, além de se manter atualizada em relação às questões do meio ambiente.</p>	<p>O Conselho de Turismo mantém-se em consonância com as políticas públicas, programas e ações voltadas para as questões ambientais, além de exercê-las em sua rotina de planejamento.</p>	<p>A comunidade busca se manter informada, participar de eventos, seminários, fóruns que envolvam a temática de modo a estar em consonância com outras comunidades.</p>

A partir da Tabela 5, pode-se visualizar melhor a relação do empreendedor local e da comunidade, traçar um paralelo entre as duas e as estratégias e ações da Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe no que se refere ao turismo comunitário. O que se percebeu foi o desejo que a comunidade tem em realizar seu planejamento, em se manter competitiva no segmento a que se propõe, além de estabelecer regras para o turismo na comunidade. O que se percebeu foi a presença marcante de dois grupos que estão em conflito devido a desajustes existentes na comunidade envolvendo grilagem de terras por um sujeito externo e que isso está interferindo no turismo desenvolvido na localidade.

A comunidade busca apoio e incentivo da Prefeitura Municipal por meio de programas e ações que contemplam o turismo comunitário, porém ainda não tenha de fato saído do papel. Na entrevista com o presidente da Associação de Turismo de Base Comunitária de Ponta Grossa, este afirmou não existir política pública destinada ao turismo comunitário, somente uma Carteira de Projetos de Ecoturismo Base Comunitária, lançada em 2007 pelo Ministério do Turismo, que se findou pela descontinuidade do trabalho.

Com este objetivo, importantes iniciativas estão em curso, na busca de alternativas para a superação dos problemas identificados na região, que incluem a baixa escolaridade, limitadas oportunidades para o desenvolvimento econômico, limitações de acesso às novas tecnologias de produção, dificuldade de escoamento de produtos locais, carência de infraestrutura básica, conflitos de terra e ausência de políticas públicas direcionadas às demandas de desenvolvimento local.

Em algumas comunidades que vem trabalhando com o turismo comunitário, pode-se citar, por exemplo, Ponta Grossa, que além dos atrativos naturais, se torna atrativa pela experiência comunitária partilhada com os visitantes, incrementada pelo poder público, que por meio do turismo ecológico, fortaleceu a comunidade, que passou a adotar a atividade turística como complemento de renda obtida pela pesca artesanal. Para isso, as políticas públicas fornecem bases estruturais que subsidiem projetos que atraem recursos para a comunidade, de forma a possibilitar a implantação de infraestrutura e serviços públicos necessários à comunidade.

Diante disso, as lideranças comunitárias tem o papel de intermediar os interesses entre a iniciativa privada, poder público e o setor de serviços turísticos, mas o incentivo do governo é pouco, visto que são advindos do Programa de desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE), e na maioria das vezes, não atendem às necessidades dos pequenos empresários.

Diante deste cenário, o turismo desenvolvimento em Ponta Grossa busca a sobrevivência, o incremento da renda e melhorias na qualidade de vida das pessoas da comunidade, o que vêm conseguindo por meio de suas belezas naturais e, principalmente, por sua culinária rica em frutos do mar e pescado, que atraem visitantes.

Já na Prainha do Canto Verde, o que se visualiza são pessoas divididas entre dois grupos, mas que possuem grande potencial no que se refere à integração entre membros locais e visitantes. Quando isso acontece, no ambiente em que ambos passam a buscar diferentes processos e acordos relacionais, o resultado é satisfatório e saudável, traduzindo-se no surgimento de uma rede social articulada para desenvolver projetos turísticos, fundamentados nas necessidades da comunidade, de modo a desenvolverem estruturas baseadas na economia solidária e visando a participação comunitária. Isso se dá pela complexidade de gestão comunitária, que envolve membros da comunidade, poder público e comunidade externa (professores, pesquisadores, ONG's, entre outros), que devem lidar com os desafios de gestão da atividade turística.

Estudos relevantes sobre a Reserva Extrativista Marinha da Prainha do Canto Verde tangenciam a temática do comunitário em comunidades tradicionais, como o faz Costa (2016) ao expor a importância da apropriação das cartografias sociais pela comunidade como ferramenta de empoderamento. Porém, são poucas as pesquisas sobre o protagonismo dos moradores e suas necessidades em iniciativas locais específicas em relação a integração da atividade turística na economia local. É sabido que o turismo comunitário envolve a participação social como compromisso central do planejamento e gestão da atividade.

Nesse sentido, em Coelho, Ceatano e Santos (2016) discute-se outros impactos positivos que o turismo proporcionou na comunidade como os destacados na Tabela 6, a partir da qual pode-se observar que além de uma atividade econômica são marcantes as alterações socioculturais ocorridas na região. O ponto central da discussão, portanto, deixa de ser a presença ou a ausência dessas alterações para se focar nas formas como os moradores se apropriam dessa dinâmica.

Tabela 6 – Mudanças e impactos positivos do Turismo na Prainha do Canto Verde

Características	Impactos Positivos do Turismo
<b>Infraestrutura hoteleira</b>	No que se refere à infraestrutura hoteleira, se percebe um aumento no número de empreendimentos destinados a acolher os hóspedes, gerando novos postos de trabalho e renda, além da criação de aproximadamente 110 leitos, distribuídos entre pousadas e casas de moradores.
<b>Infraestrutura alimentícia</b>	Em relação à infraestrutura alimentícia, esta Não é voltada ao atendimento do turista, encontrando-se em toda a localidade, apenas quatro opções de estabelecimentos alimentícios destinadas aos visitantes, localizadas nas próprias pousadas, no centro comunitário ou nas barracas de praia.
<b>Meio ambiente</b>	Quanto ao meio ambiente, percebeu-se que após o incremento do turismo na localidade, as ações de preservação ambiental se tornaram mais intensas, principalmente no que se refere à limpeza da localidade quanto aos resíduos sólidos ao destino do lixo e a limpeza das praias e principalmente à conscientização dos turistas em relação a preservação do patrimônio natural. Além disso, a interação entre visitante e morador cria uma relação de harmonia favorável a boa convivência entre os atores envolvidos e conseqüentemente o retorno do turista ao lugar. Outra intervenção relevante foi a criação da RESEX da Prainha do Canto Verde, visando fiscalizar o território de pesca marinho e o trecho da planície litorânea onde a comunidade está inserida a fim de garantir a sustentabilidade das futuras gerações.

<p><b>Cultura</b></p>	<p>Para atrair o visitante, a comunidade investiu no resgate às suas tradições e cultura, criando um ambiente favorável ao aparecimento de novas manifestações artísticas e incremento de outras mais antigas. Observou-se o resgate de antigas expressões artísticas, além da incorporação de manifestações ligadas às comunidades vizinhas e ao município de Beberibe. A brincadeira dos papangus vem ganhando maior visibilidade, sendo apresentada em eventos de âmbito regional como o “Povos do Mar”, iniciativa do Serviço Social do Comércio (SESC-CE) em parceria com o Jornal O Povo. Investiu-se também na criação de eventos que valorizem a culinária regional, consequentemente atraindo mais visitantes e gerando renda complementar para a comunidade. Além disso, os moradores iniciaram a produção de artesanatos utilizando como mão de obra a palha do coqueiro e da carnaúba, visando diminuir o lixo natural.</p>
<p><b>Emprego e Renda</b></p>	<p>Com a criação de mais meios de hospedagem, estabelecimentos alimentícios, mercadinhos, dentre outros serviços turísticos, gerou-se mais postos de trabalho ou novas oportunidades temporárias, mas que geram renda para a comunidade. Moradores ao hospedar turistas em suas residências além de estabelecer um intercâmbio cultural, arrecadam renda complementar às suas atividades cotidianas.</p>

<p><b>Infraestrutura Básica</b></p>	<p>Quanto à infraestrutura básica, esta ainda é carente de benfeitorias, principalmente quanto ao saneamento, saúde e educação. A comunidade não possui posto de saúde, se submetendo a pequenos procedimentos realizados em uma casa alugada pela prefeitura de Beberibe. Quando necessitam de exames ou outros procedimentos mais específicos, precisam se deslocar até a sede. Quanto à educação, a Prainha conta apenas com escola fundamental, tendo os alunos que deslocar-se à sede ou aos municípios próximos para cursar o ensino médio e superior. A acessibilidade é boa até a Prainha, sendo a rodovia bem sinalizada e a estrada que leva até o centro da localidade em bom estado de conservação, embora, por vezes, tenha a circulação dificultada em razão do avanço de sedimentos eólicos provindos do campo de dunas.</p>
-------------------------------------	---

Fonte: (COELHO, 2016).

Cabe ressaltar que todos os impactos evidenciados favorecem à comunidade, pois contribuem para a inclusão social dos sujeitos, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento do turismo e ao crescimento econômico. É importante afirmar que o turismo na comunidade está em crescimento (mesmo o turismo convencional) dado o poder de articulação e controle por parte dos moradores sobre o que desejam para suas vidas.

Parcerias com o poder público são de suma importância, dada a necessidade de investimentos que viabilizem e fomentem a infraestrutura e a formação profissional dos sujeitos envolvidos com o turismo comunitário. Portanto, a cobrança por programas e ações voltadas ao turismo comunitário devem ser constantes, pois este só ganhará visibilidade a partir do apoio do governos em todas as suas esferas (municipal, estadual e federal).

Na entrevista realizada com um membro do Conselho de Turismo, este afirmou que não existem políticas direcionadas ao turismo comunitário. E acrescentou que somente algumas ações pontuais foram oportunizadas nesse sentido, mas também afirma visualizar um futuro promissor devido a experiências exitosas que ganham proporção em diversas regiões do país. Entende que é um processo em construção, que envolve vários sujeitos e que estes possuem pensamentos divergentes. Quanto às divergências, as encara como normais e necessárias por fazerem parte de um grupo diverso.

Diante disso, traçando-se um paralelo entre o proposto teoricamente e a prática, entende-se que a comunidade procura traçar as mesmas estratégias da Rede Tucum e vem conseguindo mesmo com todas as dificuldades existentes. A falta de incentivo à educação, saúde e meio ambiente não é um problema percebido somente na Prainha do Canto Verde mas em muitos municípios. O que se percebeu foi a participação ativa da comunidade (mesmo que de um grupo fechado como relatam alguns entrevistados) nas articulações com outras comunidades a fim de melhorar o que vem sendo desenvolvido na Prainha.

O que se percebe é a existência de dois grupos que conflitam entre si e que buscam formas diferentes de desenvolvimento, mesmo que alguma delas não seja o que a maioria deseja. O importante nesse momento é estar atento aos anseios da comunidade, ao que pode ser realizado em prol de todos, buscando a equidade social e a qualidade de vida dos moradores.

Compreende-se que isso se dá por meio de uma construção lenta, que envolve pessoas, interesses distintos e os governos (nas três esferas) e que isso é o suficiente para gerar atritos e pensamentos contrários, mas que estes não devem contrapor a preservação da vida em comunidade.

## 4 CONCLUSÕES

Considerando-se os objetivos de avaliar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde a partir da percepção dos moradores, pôde-se constatar que novas possibilidades sociais, econômicas e culturais surgem a partir da prática do turismo. Constatou-se que o turismo é complementar à outras atividades remuneradas realizadas pela maioria dos moradores mas é a principal de algumas pessoas que se dedicam exclusivamente ao turismo. Ainda que organizada, a atividade turística na comunidade é fragmentada, pouco articulada no sentido de atrair turistas. Estas se desenvolvem por intermédio de ações organizadas pelo Conselho de Turismo, composto por 7 membros e aproximadamente 40 comunitários que participam do planejamento, discussões e organização do turismo comunitário. Cabe salientar que o referido grupo é composto por pessoas da própria comunidade, proprietárias de pousadas ou que trabalham com serviços turísticos como passeios de *buggy*, jangada, trilhas ecológicas, dentre outros.

Concomitante a isso, novos atores sociais estão assumindo papéis no planejamento do turismo da Prainha do Canto Verde, o que vem contribuindo para uma nova forma e dimensão, visando melhorar a articulação e divulgação deste.

Verificou-se ainda que o poder público municipal não contribui significativamente para o desenvolvimento do turismo na Prainha do Canto Verde, se detendo apenas à ações pontuais de apoio a eventos, reuniões e capacitações na área da hospitalidade e meio ambiente. Carece de políticas públicas voltadas para o segmento comunitário. Constatou-se ainda falha na comunicação entre comunidade e Secretaria de Turismo e Cultura.

Por meio de um diagnóstico turístico realizado na Prainha do Canto Verde, percebeu-se que líderes comunitários apresentam dificuldade ao organizar o turismo de forma atrativa (conforto e comodidade), capaz de oferecer experiências únicas e significativas, fazendo com que os turistas que procuram o local permaneçam poucos dias e invistam o mínimo na comunidade. Isso se dá pela ausência de estabelecimento alimentícios, praças de convivência, espaços de lazer e destinados à cultura e entretenimento, que possam ser utilizados pelos moradores e turistas.

Ausência de ferramentas de *marketing* turístico que possam contribuir na divulgação e nível de atratividade na comunidade acarretam uma contradição na prática do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde. Se por um lado busca-se preservar a vida cotidiana e a relação entre cultura, comunidade e natureza, por outro lado, faz-se necessário o

fortalecimento de estratégias para organizar e possibilitar a oferta de experiências turísticas cujos resultados econômicos possam fomentar um incremento da qualidade de vida das pessoas da comunidade.

A infraestrutura é diferente da encontrada no turismo convencional, até pelo fato de a proposta realmente ser diferenciada, baseada numa perspectiva de experienciar a cultura e a vida cotidiana da comunidade. No entanto, a precarização da infraestrutura turística não garante a sustentação do modo de vida local. Não se pode confundir tal precariedade com a manutenção da vida cotidiana da população local.

Diante disso, cabe destacar que a comunidade possui equipamentos extra-hoteleiros que visam acolher hóspedes, sem ou com pouca opção de serviços aos visitantes, o que para o turismo não é atrativo, pois coloca em risco a permanência e até mesmo a possibilidade de retorno do mesmo.

A ausência de estabelecimentos de alimentação faz com que o turista procure outros locais para se alimentar, o que poderia ser evitado caso a comunidade oferecesse essa opção. O desafio, portanto, não é manter a ausência de oferta de alimentação ou subsidiar acessos precários aos costumes alimentares do local, mas sim possibilitar o acesso sustentável e acessível à cultura alimentar presente na comunidade.

Em relação à mão de obra que trabalha com o turismo, esta ainda não é capacitada, o que dificulta a qualidade dos serviços oferecidos e estimula uma imagem de desorganização por parte de algumas pessoas que trabalham na atividade. É válido ressaltar que o turismo deve ser planejado de forma sustentável sem que perca a essência do conforto, da qualidade e da excelência dos serviços prestados, mesmo que o objetivo da comunidade seja oferecer um turismo voltado para a vivência com moradores.

A atividade turística, quando planejada por gestores responsáveis, tende a contribuir para o desenvolvimento harmônico da localidade sem desfavorecer os envolvidos nesse planejamento local. Embora, na realidade, não se possa ofertar apenas experiências aprazíveis, pois diversas situações sociais de vulnerabilidade perpassam a prainha do Canto Verde, ocasionando experiências não muito favoráveis, o turismo não pode comprometer a comunidade com ações que, além de não contribuírem com a qualidade de vida dos moradores, atraem investidores que somente visam o lucro. Tais interesses se associam a ideia de que o turismo de caráter mercadológico pode dirimir conflitos de interesses e situações de vulnerabilidade como o consumo de drogas, a prostituição, entre outros, através de instrumentos como a liberação da especulação imobiliária e as tecnologias de informação e comunicação.

Parte dos entrevistados neste estudo não concorda com a criação da RESEX da Prainha do Canto Verde, pois entendem que ela contribuiu para impor limitações no desenvolvimento da comunidade. As restrições de implantação de novas infraestruturas de turismo, como a venda de terras para empreendimentos hoteleiros, por exemplo, argumenta-se que isso estimulou os moradores à viverem exclusivamente da pesca e que, na dificuldade desta, se submetem às diversas formas de sub-trabalho, como os conhecidos bicos e empregos temporários. Isso, portanto não condiz com o objetivo de sustentar as práticas tradicionais da comunidade, mas apenas sustenta relações laborais precárias, sustentando inclusive a manutenção dessas tradições.

Assim, o turismo desenvolvido e praticado na Prainha do Canto Verde é pouco desenvolvido, limitado a pouca estrutura existente e já foi gerenciado por pessoas estrangeiras que moram na comunidade. Percebeu-se a preocupação dos moradores em relação ao desenvolvimento da atividade turística que provoque alterações socioculturais, econômicas e ambientais na localidade, provenientes, sobretudo da especulação imobiliária estimulada com a prática turística. Uma das formas seguras de se garantir que não exista especulação na comunidade é a limitação imposta pela Resex, o que não ocorre em outros locais. No entanto, ademais exista tal legislação federal que garanta a preservação da Prainha do Canto Verde, outras esferas do poder público (municipal e estadual) não são percebidas como atuantes na comunidade.

Diante disso, observaram-se opiniões contrastantes que vão desde um desconforto com os que estão envolvidos até insatisfação com a gestão municipal. Tal situação acarreta conflitos entre os mesmos, os quais apontaram a ausência de participação no planejamento do turismo comunitário local e nas tomadas de decisões. Desta forma, partindo do princípio que o turismo é uma atividade econômica que envolve planejamento e gestão, entende-se que a falta de participação da comunidade desperta um sentimento de não pertença, podendo inviabilizar o comprometimento das pessoas com o bom desenvolvimento da atividade. Isso implica numa situação de vulnerabilidade diante dos interesses de mercado que incidem sobre a comunidade.

Evidenciou-se o interesse por parte dos moradores pelo engajamento em alternativas que possam oportunizar experiências turísticas que fomentem o desenvolvimento social em âmbito local e interpessoal com base nos conceitos do TBC. O estreitamento de relações entre visitantes e moradores, quando estes primeiros compreendem seu papel e o impacto que causam na comunidade e o segundo quando entende seu papel de protagonista

dos arranjos produtivos do turismo, forma uma cadeia harmônica capaz de fomentar boas práticas na área do turismo.

Por conseguinte, conhecer a participação e a percepção da comunidade acerca do turismo comunitário desenvolvido na comunidade contribui para identificar e propor um ideário de sustentabilidade que faz com que o turismo comunitário se distancie e se diferencia daquele considerado de massa. É importante relatar que a pesquisa identificou que as pessoas da comunidade desejam e devem atuar no turismo desenvolvido na Prainha do Canto Verde, mas para isso, devem compreender seu poder de intervir e influenciar na atividade a partir da participação no planejamento e execução dos serviços oferecidos.

Desta forma, os resultados foram alcançados, pois a proposta de avaliar a percepção foi atendida, uma vez que se conheceu a visão dos moradores, visto que a maioria dos estudos realizados foca nos turistas e pessoas envolvidas com o turismo e negligencia a voz do morador. Além disso, verificou-se que o turismo comunitário causa impactos positivos na comunidade pois atraem turistas que se hospedam, consomem, compram nos mercadinhos e realizam passeios turísticos. E o mais importante, trocam experiências culturais com os moradores e criam um senso de responsabilidade na preservação daquela comunidade.

Propõe-se uma maior participação da comunidade no planejamento e na gestão da atividade, com um incremento das atividades cujo envolvimento oportunize interação entre as duas associações existentes, embora estas possuam interesses que se diferem entre si. Outra proposta seria o acompanhamento, seja por iniciativa pública ou particular, por parte de um profissional da área, que possa prestar consultoria no que se refere ao *marketing* de divulgação utilizado, de forma a atrair turistas com o perfil desejado e que percebam a atratividade do local sem o interesse de impactar negativamente na localidade.

Deve-se salientar ainda que o perfil e as dinâmicas de relacionamento entre turistas e moradores mudam rotineiramente, principalmente quando a comunidade se envolve e torna clara sua intenção ao receber o visitante.

Ademais tenham ocorrido circunstâncias desafiadoras, pode-se ao final do estudo evidenciar que a proposta de um turismo comunitário que respeite a vida coletiva da comunidade, com suas tradições e cultura, não pode se confundir com a oferta de serviços precários ou a inexistência de uma estrutura capaz de subsidiar a imersão do turista na comunidade. Cabe engajar moradores que atuam direta e indiretamente com o turismo nesse processo de fortalecimento dos laços entre comunidade e poder público, no sentido de estruturar propostas capazes de resistir ao longo do tempo frente à demandas de mercado cujo

objetivo é a apropriação privada de lugares exóticos e cujo patrimônio é historicamente dos moradores desse lugar e de seus descendentes.

O desafio maior, portanto, é fazer da atividade turística um fator de empoderamento da comunidade quanto a seu espaço de vida e história, capaz de compartilhar com os visitantes a cultura e os costumes locais ao mesmo tempo em que se protege a comunidade de interferências externas.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary. **Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da Floresta Amazônica**. Curitiba: IEA, 1987, mimeo..

ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lúcio de; JORGE, Wilson Edson. **Hotel: planejamento e projeto**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

ARRETCHE, Marta Tereza. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

AMANTE, Fernanda. **Carta de Enchente da Praça da Bandeira e Tijuca** Universidade Estadual do Rio de Janeiro / Instituto de Geografia. 110 p. Monografia (Graduação em Geografia). Rio de Janeiro – **RJ**.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório final do PRODETUR NE**. 2005.

BARBOSA, Luciana. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará**. 2011. 160f. Dissertação de mestrado ( Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Esta Ceará, Fortaleza, 2011.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARRETO, Margarida. **Uma jornada de humilhações**. Dissertação de Mestrado do Departamento de Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

BARTHOLLO, Roberto. **Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária**, *In*: BARTHOLLO, Roberto.; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BECKER, Bertha. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. Caderno Virtual de Turismo, Vol. 1, N° 1, 2001.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLACKSTOCK, Kirsty. **A critical look at community based tourism**. Community Development Journal, volume 40, n° 1, 2005.

BOLÍVIA. **Programa Nacional de Turismo Comunitário**. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35437344> . Acesso em: 15 nov 2010.

BOMFIM, N. **Identidade e atratividade do patrimônio cultural: uma contribuição para formatação de produtos turísticos preservados e valorizados pela comunidade local da costa**

do cacau. Pesquisa em desenvolvimento, financiado pelo CNPQ, 2007-2009.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação?**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOYER, Marc. **A história do turismo de massa**. Bauru: Edusc, 2003.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Senado Federal, Brasília, DF, 19 de jul. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto>. Acesso em 20/02/2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada**. 2ª Brasília: Mma, 2006. 1 v. (Projeto Orla). Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/11\\_04122008111238.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111238.pdf) Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ações do Prodetur**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/plan](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plan)>. Acesso em 27 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo social: uma viagem de inclusão**. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro: IBAM, 2006a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: MTUR, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília-DF: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016: o Turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília, MTUR, 2013.

BRAZTOA. Associação Brasileira das Operadoras de Turismo. **Anuário Braztoa**. Braztoa, 2015.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BULGARELLI, Waldírio. **As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica**. 9. ed. Rio

de Janeiro: Renovar, 2000.

BURSZTYN, Ivan, DELAMARO, Lucelena, SAVIOLO, Simone, & DELAMARO, Maurício. (2003). **Benchmarking: Prainha do Canto Verde**. Caderno Virtual de Turismo, 3. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115417956004>. Acesso em 20 fev 2016.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil**. In: BARTHOLO, Roberto.; SANSOLO, Davis.; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.) Turismo de base comunitária: Diversidade olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CAMARGO, Haroldo L. **Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)**. São Paulo, Aleph, 2007.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luiz Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1999.

CAÑADA, Ernest; GASCÓN, Jordi. **Turismo y Desarrollo. Herramientas para una mirada crítica**. Nicaragua: Fundación Luciernaga, 2007.

CAPORALI, Renato.; VOLKER, Paulo. (orgs). **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: projeto PROMOS**. SEBRAE – BID versão 2.0. Brasília: Sebrae, 2004.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante**. 4.ed. Caxias do Sul - RS: Educs, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Manuel. **Desenvolvimento sustentável: a genealogia de um novo paradigma**. São Paulo: Economia e Empresa, v.3, jul./set. 1996.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina. **Panorama Social de América Latina - 2011**. Santiago de Chile: CEPAL, 2012.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum (2ª Ed.)**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, Susana; CAETANO, Adryane; SANTOS, Jader. **O turismo comunitário e sua contribuição ao desenvolvimento sustentável da Prainha do Canto Verde, Beberibe - Ceará**. Revista Geográfica Acadêmica. Vol 10, nr. 2. Disponível em: <https://revista.ufr.br/rga/article/view/3862>. Acesso em 10/07/18.

COLE, George. **A Century of Co-operation**. Oxford: George Allen & Unwin for The Co-operative Union Ltd., 1949.

COOPER, Chris et al. **Turismo princípios e práticas**. São Paulo: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Do local ao global: o Turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006a.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Luzia Neide. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. In: LEMOS, A. I; et al (ORGs). América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.

CORIOLOANO, Luzia Neide.; ALMEIDA, Humberto Marinho de. **O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (57).

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: Atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

COSTA, Helena; SAWYER, Donald; NASCIMENTO, Elinor. **Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur), v. 3, n. 3, 2009.

COSTA, Helena. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

COSTA, Nátane Oliveira da. **Cartografia Social: Instrumentos de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientais na Reserva Extrativista Marinha e Continental da Prainha do Canto Verde, Beberibe - Ceará, 2016**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas-SP, Papyrus-Edunicamp, 1995.

CRUZ, Rita de Cássia (Org.). **Turismo espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: (Org). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DANTAS, Eustógio Wanderley. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

DECLARAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Sobre Turismo Rural Comunitário**. Disponível em: <<http://www.redturs.org/inicio/docu/DeclaracionSan-Jose-Espa.pdf>. Acesso em 29 dez 2015.

DECLARAÇÃO DE OTALAVO. **Turismo Comunitário Sostenible, competitivo y Con Identidad cultural**. Disponível em: <http://www.redturs.org/inicio/docu/DeclaracionOtavallo->

Espa.pdf. Acesso em 29 dez 2015.

DIÁRIO DO NORDESTE. Caderno Negócios. **Turismo Comunitário do Ceará é referencia nacional** (2011). Disponível em: <http://www.http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/turismo-comunitario-do-ceara-e-referencia-nacional-1.773264>. Acesso em 23/02/17.

DIAS, Genebaldo. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**. 5. ed. São Paulo: Global, 1998.

FAGGIONATO, Sandra. **Percepção ambiental**. Disponível em: [http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt4.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html). Acesso em: 20 set 2015.

FALCÃO, José Augusto. **O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda**. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani;

FARIA, Diomira. **Análisis económico del turismo desde la perspectiva de la economía ambiental y ecológica**. Alicante: Escuela Oficial de Turismo de la Universidad de Alicante: 2005.

FARSARI, Yanna; PRASTACOS, Poulicos. **Sustainable tourism indicators: Pilot estimation for the Municipality of Hersonissos, Crete**. Proceedings of The International Scientific Conference on “Tourism on Islands and Specific Destinations”, Aegean, Chios. Disponível em: <<http://www.iacm.forth.gr/regional/papers/XIOS-englishversion.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto. **Economia popular e solidária no Brasil**. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe. (orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Série Sociedade e Solidariedade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FURIÓ, Elies. **Economía, turismo y medio ambiente**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1996.

GALDINO, José Wilson. **Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense**. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2010.

GALDINO, José Wilson. **Reserva extrativa marinha (resex) da prainha do canto verde: a comunidade concretizando um sonho**. *Raízes*, v.32, n.2, 2012 153-165p.

GOMES, Rita de Cássia. **O turismo e a requalificação das pequenas cidades no litoral norte do Rio Grande do Norte**. In: SILVA, José Bozarcchiello da; LIMA, Luiz C; ELIAS, Denise (org). *Panorama da Geografia Brasileira*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 13, n. 2, mai./ago. 2004. HERRIGER, N. *Empowerment in der sozialen Arbeit: eine Einführung*. 3. ed. Stuttgart: Kohlhammer, 2006.

GORAYEB, Adryane; LOUREIRO, Caroline. **O turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da comunidade de Curral velho, Acaraú-CE-Brasil**. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v.1, nr. 1, 2013.

GRIMM, Isabel J.; LOOSE, Eloisa B.; SAMPAIO, Carlos Alberto. **Turismo, comunicação e sustentabilidade**: reflexões e possibilidades para educação ambiental. Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo, v. 2, 2013.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Soberania popular como procedimento**. In: Novos Estudos. Cebrap: São Paulo, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. Vol 1. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Colin. **Introduction to tourism in Australia**: Impacts, planning and development. Addison, Wesley and Longman: Melbourne, 1996.

HALL, Michael. **Planejamento Turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HARDY, A.; BEETON, R. **Sustainable tourism or maintainable tourism**: Managing resources for more than average outcomes. Journal of Sustainable Tourism, v.9, n.3, 2001.

HART, Pearl. **Sustainable Community Indicators Training Course** [on line]. University of Massachusetts/ Lowell Center for Sustainable Production: USA, 1997 [12 de julho de 1997]. Acesso: <http://www.sustainablemeasures.com/indicators/HTML>.

HIWASAKI, L. **Community-based tourism**: A pathway to sustainability for Japan's protected areas. Society and Natural Resources, Volume 19, 2006.

HOFFMANN, Valmir Elmir. **Redes interorganizacionais no turismo**: uma avaliação dos atores sociais na destinação turística de Urubici/SC. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - UAM- 27 a 28 de agosto de 2007.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: Acesso em 03 nov. 2015.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Reserva Extrativista**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=RESEX>. Acesso em: 18 mai 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **PAS - Pesquisa Anual de Serviços, 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2013>>. Acesso em 30/mar/2018.

ICMBIO. **Relatório do Grupo de Trabalho criado pela Portaria ICMBio nº 550/2010.** DOU de 29/10/2010, referente à Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, 2011.

ILLICH, Ivan. **Convivencialidade.** Trad. Arsénio Mota. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

INGUAT. **Investigación de Mercados Sección de Estadística.** Flash Report Diciembre, 2010. Disponível em: <[http://www.visitguatemala.com/web/documentos/estadisticas/FLASH\\_REPORT\\_DICIE MBRE\\_2010.pdf](http://www.visitguatemala.com/web/documentos/estadisticas/FLASH_REPORT_DICIE MBRE_2010.pdf)> Acesso em: 29 de dez 2015.

INTUR. **Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. Informe de Logros.** Disponível em: <[http://www.intur.gob.ni/DOCS/INFORME\\_INTUR-LOGROS%202007- JUNIO%202010.pdf](http://www.intur.gob.ni/DOCS/INFORME_INTUR-LOGROS%202007- JUNIO%202010.pdf)> Acesso em: 29 dez 2015.

IRVING, Marta de. **Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro.** Boletim de Turismo e Administração Hoteleira. São Paulo, n.2, Out/2000. Centro Universitário Ibero-Americano - UNIBERO.

IRVING, Marta de. **Turismo Ética e Educação Ambiental.** In: Turismo: o desafio da sustentabilidade. IRVING, M. A.; AZEVEDO, Julia. São Paulo: Futura, 2002a.

IRVING, Marta de. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível?** In: BARTHOLO, Roberto.; SAN SOLO, Davis.; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

IUCN/UNEP/WWF. **Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living.** Swietzerland: IUCN/UNEP/WWF, 1991.

JENKINS, Carson; LICKORISH, Leonard. **Introdução ao turismo.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

JUVÊNCIO, Fernanda de; ANDRADE, Geraldo V. de; PANZUTTI, Ralph. **Cooperativismo ao alcance de todos.** São Paulo: OCESP, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Cartão Vermelho ao Turismo? Dez Princípios e desafios para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Séc. XXI.** Rio Grande do Sul: Fórum Social Mundial, 2002. Disponível em <[http://www.ivt-rj.net/destaques/forum/cartao\\_vermelho.pdf](http://www.ivt-rj.net/destaques/forum/cartao_vermelho.pdf)>. Acesso: 17.02.2015.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo:** Para uma nova compreensão do lazer e das Viagens. 3 ed. São Paulo: Editora Aleph, 2003.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Le Retour de la Dialectique.** Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LTDS. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/ UFRJ, 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza. (Org.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

MALDONATO, Carlos. **Fortaleciendo redes de turismo comunitário**. *En: @local.glob.* n° 4, 2007, p.8-11. Disponível em < <http://www.redturs.org/nuevaeas/Maldonado-Artic-Rev-Turin%20Esp.pdf>. Acesso em: 20 nov 2015.

MALDONATO, Carlos. **O turismo rural comunitário na América Latina**. In: BARTHOLO, Roberto, SANSOLO, Davis & BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARIN, Andréia. **Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental**. Pesquisa em Educação Ambiental, São Carlos; Sorocaba-SP: UFSCar; Rio Claro-SP: UNESP/IBRC; Ribeirão Preto-SP: USP/FFCLRP, v.3, n°1, jan/jun. 2008.

MATOS, Patrícia; PESSÔA, Vera. **Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária**. In: RAMIRES, Julio; PESSÔA, Vera (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MEDEIROS, L. C.; MORAES, P. E. S. **Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável**. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol.3 n.2 | jan/jun 2013.

MENDONÇA, Tereza; IRVING, Marta. **Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE)**. In: Caderno Virtual de Turismo, vol. 4, n° 4, 2004.

MIELKE, Eduardo. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

MIRANDA, H. **O desenvolvimento local na Amazônia: conceituação, características, possibilidades objetivas e instrumentalizações necessárias**. 2008. Disponível em: [www.desenvolvimento-local-na-amazonia-brasileira/](http://www.desenvolvimento-local-na-amazonia-brasileira/). Acesso em: 15 jul. 2015.

MITCHELL, Jonathan; MUCKOSY, Pam. **A misguided quest: Community-based tourism in Latin America**. Overseas Development Institute, 2008.

MODESTE, Nelson. **The impact of growth in the tourism sector on economic development: the experience of selected Caribbean countries**. In: TISDELL, Clement. (Ed.). The economics of tourism. Edward Elgar Publishing, 2000. v. 2. (The International Library of Critical Writings in Economics).

NARCISO, Rocha de, Andréa Maria et al. **Povos e comunidades tradicionais: contribuições para outro desenvolvimento**. Revista Desenvolvimento Social, [S.I.], jul. 2015. ISSN 2179-6807. Disponível em: [rds.unimontes.br/index.php/desenv\\_social/article/view/164](http://rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/164). Acesso em 07/07/2018.

NETO, Augusto. F.; GARCIA, Sebastião. **Desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Plêiade, 1996.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos “existem”?** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n.33 (vol.12), pp.49- 51, fev, 1997.

OLIVEIRA, Elton. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia**. Ilhéus, BA: UESC, 2008.  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Código de Ética do Turismo**. Madrid, 1999.  
Disponível em: [http://www.worldtourism.org/espanol/frame/frameset/frame\\_project\\_ethics.html](http://www.worldtourism.org/espanol/frame/frameset/frame_project_ethics.html).  
Acesso em: 28/fevereiro/2015.

OLIVEIRA, Elton. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OLIVEIRA, Elton. Geografia do Brasil. **O Turismo em Números – Panorama Mundial de acordo com a Organização Mundial de Turismo: as chegadas de turistas internacionais**. Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Elton. Ministério do Turismo. **Dados e Fatos**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>. Acesso em 23/jun/2018.

PAIVA, Maria das Graças. **Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico**. Revista de Administração Pública, v.44, nº 2, mar/abr, 2010.

PEARCE, Philip. **A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão**. In: THEOBALD, W, F. Turismo Global. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

PEREIRA, Raquel. **Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis**. Revista Interações, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 101-111, jan./jun. 2011.

PINHO, Diva. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1965.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano – 2002**. Lisboa, 2002. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HRD2000/default.org>. Acesso: 15/fev/2015.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano: **Sustentando o Progresso Humano: Redução da Vulnerabilidade e Construção da Resiliência**. Lisboa, 2014. Disponível em: [file:///Users/SUSANA/Downloads/undp-br-hdr\\_portugues-2014.pdf](file:///Users/SUSANA/Downloads/undp-br-hdr_portugues-2014.pdf). Acesso em: 12/abr/2018.

PYKE, F.; SENGENBERGER, W. **Los distritos industriales y las pequenas empresas: distritos industriales y regeneracion economica local**. v. III. Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

PLAZA, Beatriz. **The return on investment of the Guggenheim Museum Bilbao**. International Journal of Urban and Regional Research : vol 30.2 June 2006.

PORTUGUEZ, Anderson; SEABRA, Giovani; QUEIROZ, Odaléia. (Orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**. (trad. Mary Cardoso) – 2. ed. – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

RAMIRO, Rodrigo. **Economia solidária e turismo**. Brasília: Editora IABS, 2009.

REED, Mike. **Sociologia da Gestão**. Oeiras: Celta, 1997.

REDESIST. **Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: RedeSist – IE/ UFRJ, 2003. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 25 abr. 2016.

REDE TUCUM. **Rede de Turismo Comunitário: o que é?**. Disponível em: <https://caetanosdecima.wordpress.com/turismo-comunitario-2/>. Acesso em 28.03.16.

REDTURS. **Rede de Turismo Sustentável da América Latina**. Portal das Culturas Vivas. Disponível em: <http://www.redturs.org/>. Acesso em: 20 nov 2015.

REJOWSKI, Mirian. **Desenvolvimento do turismo**. In: REJOWSKI, Mirian (org.). Turismo no percurso do tempo. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2002.

RIO, Vicente. **Cidade da Mente, Cidade do Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ**. In: OLIVEIRA Livia & RIO Vicente (orgs.) Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo Editora da UFSCar, Studio Nobel, 1996.

ROCHA, Simone. (2003). **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): comunidade e sustentabilidade**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Engenharia de Produção). COOPE/FRJ, Rio de Janeiro, 2003.

RODRIGUES, Adyr. **Desenvolvimento local como bandeira de uma política de emancipação e afirmação**. In: Políticas locais. Brasília: UNB/MMA/PROECOTUR, 2002.

RUSCHMANN, Doris. 4 ed. **O Planejamento do Turismo e a Proteção Ambiental**. Campinas: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9.ed. Campinas: Papirus, 2000.

SAARINEN, J. **Traditions of sustainability in tourism studies**. Annals of Tourism Research, v.33, n.4, 2006.

SACHS, Ignacy. **Ambiente e Estilos de Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SADLER, B. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental**. In: PARTIDÁRIO, M.R.; JESUS, J. (eds). Avaliação do impacto ambiental: Conceitos, procedimentos e aplicações. Caparica: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, 1999.

- SAMPAIO, José Levi. **Novas estratégias de combate à seca e à fome no Ceará: a construção de um poder.** Revista Mercator. Revista de Geografia da UFC, ano 1, nr. 02, 2002.
- SAMPAIO, Carlos Alberto. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia.** Santa Cruz do Sul (SC), EDUNISC, 2005.
- SANCHEZ, N. **O Jabá Tucano: O Governador Ciro Gomes faz um investimento turístico-político na novela Tropicaliente.** Revista Veja, edição 1341, ano27, n. 21, 25 maio 1994.
- SANTANA, Agustin. **Antropologia do turismo: analogias, encontros, relações.** São Paulo, Aleph, 2009.
- SANTOS, C. **O Conceito de Extenso.** In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia de (Orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel. 1986.
- SANTOS, Luís Miguel.; VIEIRA, Saulo; BORINELLI, Benilson. **Economia Solidária e estratégia: entre princípios e pragmatismo.** Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 12, n. 4, 2013.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997a.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1997b.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Rafael José. **Imagens do Turismo, Culturas e Lugares Híbridos em Gramado e Canela, RS.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Uerj, 2005.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: Edições Est, 2003.
- SAWYER, D.; LOURENÇO, J. **Novos rumos para a pesquisa científica.** Revista SEBRAE, n.2, dez., 2001.
- SATHIENDRA KUMAR, Rajasundram.; L, Clement. **Tourism and the economics development of the Maldives.** In: TISDELL, Clement. Tourism economics, the environmental and development: analysis and policy. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.
- SEABRA, Giovanni. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas.** Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).
- SILVA, Jefferson. **Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade.** In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (orgs).

Turismo de base Comunitária: experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

SILVA, Maria Beatriz. **Direito ao desenvolvimento e à sustentabilidade ambiental: diálogos e conflitos no balizamento jurídico do desenvolvimento (sustentável).** In: SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SINTOMER, Yves. **O poder ao povo: júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SIQUEIRA, Deis. **História social do turismo.** Rio de Janeiro, Garamond; Brasília (DF), Ed, Vieira, 2005.

SOUZA, Marcelo José. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SUGUIO, Kenitiro, 1992. **Dicionário de Geologia Marinha (com termos correspondentes em inglês, francês e espanhol).** T.A.Q.: São Paulo.

TALAYA, Esteban. **La naturaleza en el comportamiento del consumidor turístico.** In: IX Congresso AECIT – El uso turístico de los espacios naturales, S.l.: s.n, 2004. Disponível em: <http://www.aecit.org/publicaciones/publicaciones.htm>. Acesso em 15 de Julho de 2009.

TAKASAGO, Milene; MOLLO, Maria de. **A economia do Turismo e a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil: o papel do Estado.** Turismo em Análise, v. 19, n. 2, art. 9, 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.

TISDEL, Clem; McKEE, David. **Tourism as an industry for the economic expansion of archipelagoes and small island states.** In: TISDELL, Clem. (Ed.). Tourism economics, the environmental and development: analysis and policy. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.

TOSUN, C. **Roots of unsustainable tourism development at the local level: the case of Urgup in Turkey.** Tourism Management, v.19, n.6, p.595-610, 1998.

TRIGO, Luiz. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.** 5 ed. Campinas: Papirus, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** 1980. Tradução de Livia e Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.

TUPINAMBÁ, Soraya. **Do tempo da captura à captura do Tempo. Terra e Mar: caminhos da sustentabilidade.** Fortaleza: Tese de Mestrado. PRODEMA – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará. 1999.

TURISOL. **Série Turisol de Metodologias do Turismo Comunitário.** Disponível em:

<http://www.turisol.org.br/turismo-comunitario/serie-turisol>. Acesso em: 07 fev 2015.

TYBUSCH, J. (Org). **Direitos Emergentes na Sociedade Global**: anuário do programa de pós-graduação em direito da UFSM. Unijuí, 2013.

UNESCO. **Final report of the expert panel on project 13**: perception of environmental quality. Paris: UNESCO, 1973. (Series of reports of MAB).

UNESCO. **Refonte de l'education pour un développement durable – Reshaping education for sustainable development**. Dossiers environnement et Développement. Paris: UNESCO, 1992.

UNESCO. **Éducation relative à l'environnement, quo vadis?**: Connexion, 1995a.

UNESCO. **Interregional Workshop on Re-orienting Environmental Education for Sustainable Development**. Athens: UNESCO, 1995b.

UNWTO – UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: Guia practica**. Madrid: UNWTO, 2004.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade, uma análise comparativa**. FGV Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

VICENTE DA SILVA, Edson. **Educação Ambiental e Ecoturismo**: Simbiose em busca de um Desenvolvimento Sustentável. In: MATOS, Kelma; SAMPAIO, José Levi. (ORG). Educação Ambiental em Tempos de Semear. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

VINHA, Valéria. **Estratégias empresariais e a Gestão do Social**: O diálogo com os grupos de interesse, 2002. (stakeholder). Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/estrategias\\_empresariais\\_e\\_a\\_gestao\\_do\\_social.pdf](http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/estrategias_empresariais_e_a_gestao_do_social.pdf). Acesso em 16 fev 2016.

WEEKS, Jeffrey. **“Rediscovering Values”**. In: Judith Squires (orgs), *Principled Positions*. Londres: Lawrence and Wishart, 1993.

WTTC. **World Travel & Tourism Council**. Disponível em <http://www.wttc.org>. Acesso em 17.02.2015.

WWF-Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. (Org. Sylvia Mitraud). Brasília: WWF-Brasil, 2003.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós- global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

ZAOUAL, Hassan. **Do Turismo de Massa ao Turismo Situado**: quais as transições?. Caderno Virtual de Turismo, vol.8 n° 2, 2008.

## APENDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES COM FINALIDADE CIENTÍFICA



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

<b>Número:</b> 50614-1	<b>Data da Emissão:</b> 28/09/2015 12:26	<b>Data para Revalidação*:</b> 27/10/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: SUSANA DANTAS COFI HO	CPF: 652.972.962-34
Título do Projeto: DINÂMICAS TERRITORIAIS E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE - CEARÁ.	
Nome da Instituição: UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CNPJ: 07.272.636/0001-31

#### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Visitas a comunidade, aplicação de questionários e entrevistas.	09/2015	09/2016

#### Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coleta de dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes de cultura nativa e cultura popular, presente e passada obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI) da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador da área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso e componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/cger">www.mma.gov.br/cger</a> .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

#### Outras ressalvas

1	Realizar reunião com a comunidade visando explicar não só ao Conselho Deliberativo, mas aos comunitários objeto da pesquisa, seus objetivos, materiais, métodos, resultados esperados e cronograma de execução. Deve estar ciente que, ao término do trabalho, deverá realizar uma reunião de apresentação dos resultados ao Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, que fará ampla divulgação à comunidade, ocasião em qual disponibilizará em arquivo digital e impresso, cópia completa do trabalho Científico elaborado, com todos os seus anexos.
---	---

#### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		CE	RESERVA EXTRATIVISTA PRAINHA DO CANTO VERDE	UC Federal

#### Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
---	--------------------	--------------

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

**Código de autenticação: 74828294**





Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

<b>Número:</b> 50614-1	<b>Data da Emissão:</b> 28/09/2015 12:26	<b>Data para Revalidação*:</b> 27/10/2016
* De acordo com o art. 23 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: SUSANA DANTAS COELHO	CPF: 652.972.962-34
Título do Projeto: DINÂMICAS TERRITORIAIS E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PRAIA DO CANTO VERDE, BEBERIBE - CEARÁ	
Nome da Instituição: UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CNPJ: 07.272.636/0001-31
1   UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet: ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

**Código de autenticação: 74828294**



Página 2/4





Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

<b>Número:</b> 50614-1	<b>Data da Emissão:</b> 28/09/2015 12:26	<b>Data para Revalidação*:</b> 27/10/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		
<b>Dados do titular</b>		
Nome: SUSANA DANTAS COELHO		CPF: 652.972.962-34
Título do Projeto: DINÂMICAS TERRITORIAIS E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PRAIA DO CANTO VERDE, BEBERIDE - CEARÁ		
Nome da Instituição: UFEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ		CNPJ: 07.272.636/0001-31

\* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

**Código de autenticação: 74828294**



Página 4/4

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE CULTURA DE BEBERIBE E COM A SECRETARIA DE TURISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

### “Perspectivas e percepção da comunidade acerca do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE”

ROTEIRO DE ENTREVISTA: Poder Público de Beberibe (CE) – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA ENTREVISTADO(A): _____ CARGO: _____ TEMPO DE PERMANÊNCIA: _____ FORMAÇÃO: _____ RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: _____
--

Esta pesquisa está sendo desenvolvida como parte integrante das atividades de campo da tese de Doutorado em Geografia da UFC da aluna Susana Dantas Coelho. Sua participação é muito importante para o alcance dos objetivos propostos pelo trabalho. Por favor, responda às questões abaixo com base em sua opinião e vivência profissional.

#### **1º Eixo temático – Visão Geral**

Vou falar algumas palavras e gostaria que você me dissesse outras três palavras que você associa a esses nomes:

- Turismo
- Turismo Comunitário
- Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde

#### **2º Eixo Temático – Competitividade**

1) Cite o nome de pelo menos três destinos turísticos que você considera que são os principais concorrentes da Prainha do Canto Verde nas proximidades.

2) Justifique por que você considera que esses destinos são concorrentes da Prainha do Canto Verde? (quais são seus principais diferenciais competitivos, benefícios oferecidos, atrativos, vantagens, etc.)

3) Como você imagina uma localidade contemplada por um turismo sustentável?

4) Procure descrever como esse lugar:

- como seria organizado:
- quais atrativos ele teria:
- como seriam as pessoas que o visitam:
- como seriam seus moradores:

5) Com relação a esse destino ideal, quais os pontos positivos e negativos do turismo na Prainha do Canto Verde?

- Pontos positivos:
- Pontos negativos:

### 3º Eixo Temático - Atributos da imagem

1) Gostaria que você fizesse uma avaliação geral da oferta turística da Prainha do Canto Verde:

- Hospedagem:
- Alimentação:
- Acessibilidade:
- Saúde:
- Educação:
- Artesanato:

2) Vou falar alguns itens e gostaria que você elencasse ações que visam melhorar a qualidade dessas atividades bem como desenvolvê-las.

- a) Opções de compra (artesanato e lojas em geral)
- b) Opções de hospedagem
- c) Eventos (artísticos, culturais, religiosos, profanos, etc.)
- d) Opções de alimentação
- e) Acesso à Prainha do Canto Verde e as condições de tráfego da localidade
- f) Serviços de informação turística
- g) Atividades na natureza

3) Agora, complete as seguintes frases:

- a) Prainha do Canto Verde é uma localidade: \_\_\_\_\_
- b) A Secretaria de turismo pretende que o turista ao visitar a Prainha do Canto Verde sintase \_\_\_\_\_.
- c) As pessoas que vão a Prainha do Canto Verde são: \_\_\_\_\_.
- d) Os moradores da Prainha do Canto Verde são: \_\_\_\_\_.
- e) O que os turistas mais gostam na Prainha do Canto Verde é \_\_\_\_\_.
- f) O que os turistas menos gostam na Prainha do Canto Verde é: \_\_\_\_\_.

### 4º Eixo Temático – Promoção e personalidade da marca

- 1) Que características da Prainha do Canto Verde você acredita que a Secretaria de Turismo de Beberibe deve trabalhar para fortalecer a imagem da localidade perante seu público?
- 2) Atualmente, você julga que a comunicação turística realizada pela Secretaria de Turismo de Beberibe é eficiente ao promover os benefícios e características desejados para a localidade? Justifique.
- 3) Que atmosfera e sentimentos a promoção turística da Prainha do Canto Verde pretende induzir nos turistas?
- 4) Por favor, liste algumas atrações turísticas da Prainha do Canto Verde que você considera como sendo únicas e singulares.
- 5) Quais são as ações de promoção turística realizadas atualmente pela Secretaria de Turismo e Cultura em relação a Prainha do Canto Verde?
- 6) De que forma se processa a participação da comunidade nas estratégias de *marketing* e turismo local?
- 7) Quais são as ferramentas e fontes de comunicação utilizadas para divulgar a imagem da Prainha do Canto Verde? Dentre estas, quais você destacaria como sendo as mais eficientes? Por quê?

- 8) De modo geral, qual é o apelo das mensagens direcionadas aos turistas?
- 9) Como você avalia a imagem que o destino turístico da Prainha do Canto Verde possui perante os turistas, comunidade e empresários do setor?
- 10) De que modo a Secretaria de Turismo lida com a comunicação não controlada, como o discurso de operadoras de viagem, televisão e demais rumores e comentários sobre a localidade.
- 11) Na sua opinião, essa comunicação não controlada afeta em que medida o turismo na Prainha do Canto Verde?

Eu, \_\_\_\_\_ (nom e completo, \_\_\_\_\_ (c argo ocupado), declaro ter respondido aos questionamentos por meio de gravação (áudio) por livre e espontânea vontade, visando enriquecer e contribuir com a tese de Doutorado intitulada “**Perspectivas e percepção da comunidade acerca do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE**”, da aluna Susana Dantas Coelho. Dessa forma, autorizo a transcrição e publicação das respostas no meio acadêmico e científico.

Beberibe, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM OS MEMBROS DA SOCIEDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM GEOGRAFIA DOUTORADO EM GEOGRAFIA

### “Perspectivas e percepção da comunidade acerca do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, Beberibe-Ceará”

QUESTIONÁRIO: Comunidade

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: \_\_\_\_\_

DATA DE APLICAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- 1) Nome completo: \_\_\_\_\_
- 2) Idade:
  - [ ] 18-24 anos
  - [ ] 25-29 anos
  - [ ] 30-39 anos
  - [ ] 39-45 anos
  - [ ] Mais de 45 anos
- 3) Sexo:
  - [ ] Masculino
  - [ ] Feminino
- 4) Estado Civil: [ ] Solteiro
  - [ ] Casado
  - [ ] Divorciado/desquitado/separado [ ] Viúvo
  - [ ] Outro
- 5) Raça direta:
  - [ ] Branca
  - [ ] Negro
  - [ ] Parda
  - [ ] Amarela
  - [ ] Indígena

- 6) Tem filhos?  
[            ] Não                            [            ] Sim. Quantos? \_\_\_\_\_
- 7) Local de nascimento: \_\_\_\_\_
- 8) Local de residência: \_\_\_\_\_
- 9) Quantos irmãos você tem? \_\_\_\_\_.
- 10) A qual religião pertence? [   ] Católica  
[            ] Evangélica  
[            ] Espírita Kardecista  
[            ] Umbanda  
[            ] Candomblé  
[            ] Acredita em Deus, mas não tem religião. [   ] É ateu/ não acredita em Deus/ é agnóstico  
[            ] Outra. Qual? \_\_\_\_\_.
- 11) Com quem mora atualmente? [   ] Com pais/parentes.  
[            ] Com esposo/filhos.  
[            ] Com amigos  
[            ] Sozinho
- 10) Quantos membros da família moram com você? \_\_\_\_\_.
- 11) Qual seu nível de instrução?  
[            ] Fundamental incompleto [   ] Fundamental completo  
[            ] Nível médio  
[            ] Nível superior  
[            ] Superior incompleto  
[            ] Superior completo  
[            ] Pós graduação incompleta [   ] Pós graduação completa

13) Se você cursou o ensino médio em que tipo de escola, o fez? [ ] Pública  
[ ] Particular

14) Se você cursou o ensino superior em que tipo de instituição, o fez? [ ]  
Pública  
[ ] Particular

## Parte II – Dados socioeconômicos

1) Qual seu tipo de moradia? [ ] Própria  
[ ] Alugada  
[ ] Doadada  
[ ] Outros.

2) Você utiliza algum meio de transporte? [ ] Carro próprio  
[ ] Carro da família  
[ ] Moto  
[ ] Bicicleta  
[ ] Ônibus  
[ ] Outros.

3) Quais dos itens abaixo, há em sua casa?  
[ ] TV. Quantas?\_\_\_\_\_. [ ] Computador.  
Quantos?\_\_\_\_\_. [ ] Aparelho celular.  
Quantos?\_\_\_\_\_. [ ] Aparelho de  
DVD. Quantos?\_\_\_\_\_. [ ] Geladeira.  
Quantas?\_\_\_\_\_. [ ] Freezer. Quantas?  
\_\_\_\_\_.

[ ] Fogão. Quantos?\_\_\_\_\_.

[ ] Máquina de lavar roupa. Quantas?\_\_\_\_\_.

[ ] Ar condicionado. Quantos?\_\_\_\_\_. [ ] Ventilador.  
Quantos?\_\_\_\_\_.

[ ] Acesso à internet  
[ ] TV por assinatura  
[ ] Telefone fixo

6) Qual sua atividade principal?  
[ ] Dona de casa

- ] Pescador  
 ] Artesão  
 ] Só estuda  
 ] Aposentado/pensionista  
 ] Outros: \_\_\_\_\_
- 7) Atualmente, você está trabalhando?  Não trabalho
- Não trabalho mas estou procurando emprego.  Trabalho mas recebo ajuda da família  
 Trabalho e me sustento  
 Trabalho e contribuo com o sustento da família  
 Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família
- 8) Qual seu vínculo de emprego?  Estágio
- Emprego fixo privado  
 Emprego fixo público  
 Emprego autônomo (sem carteira assinada)  Empregador (mais de dois funcionários)
- 9) Em que você trabalha atualmente?  Indústria
- Agricultura  
 Comércio, banco, transportes ou outros serviços.  Funcionário público  
 Professor de ensino fundamental  Professor de ensino técnico  
 Professor de ensino superior  Turismo  
 Trabalha em casa com serviços (comida, costura, artes, aulas particulares, etc).
- 10) Com que idade você começou a trabalhar?: \_\_\_\_\_
- 11) Qual sua renda mensal? (Salário mínimo: R\$ 788,06)  Nenhuma
- Meio salário mínimo  
 01 salário mínimo  
 Até 02 salários mínimos  
 De 02 a 05 salários mínimos  Mais de 05 salários mínimos.
- 12) Qual a renda mensal familiar?  Nenhuma
- Até 02 salários mínimos  
 De 02 a 05 salários mínimos  Mais de 05 salários mínimos.

13) Quantas pessoas contribuem para a obtenção da renda de sua família? [ ]

Uma

[ ] Duas

[ ] Três

[ ] Mais de seis.

14) Você ou alguém que mora em seu domicílio, participa ou recebe benefício do Bolsa Família ou de algum outro programa social? Qual (ais)?

---



---



---



---

### Parte III – Questões socioambientais

1) Quais problemas sociais você pode citar na Prainha do Canto Verde? [ ] Drogas

[ ] Marginalidade

[ ] Prostituição

[ ] Exploração sexual de menores [ ] Criminalidade

[ ] Miséria

[ ] Violência

[ ] Violência doméstica contra mulher [ ] Desemprego

[ ] Exclusão social

[ ] Alcoolismo

[ ] Outros. Qual? \_\_\_\_\_

3) Em relação à Prainha do Canto Verde, como você analisa a infraestrutura básica e serviços (saneamento básico, coleta de lixo, moradia, esgotamento sanitário, acessibilidade)?

[ ] Ótimo [ ] Bom [ ] Regular [ ]  
Péssimo

4) Em relação à Prainha do Canto Verde, como você analisa as políticas públicas destinadas à localidade?

[ ] Ótimo [ ] Bom [ ] Regular [ ]  
Péssimo

7) Em relação às condições sanitárias de sua comunidade:

A região é afetada por enchentes [  ] Sim [  ] Não

Existe mau cheiro na região [  ] Sim [  ] Não

Existe lixo espalhado na região [  ] Sim [  ] Não

Existe separação dos resíduos sólidos (lixo) [  ] Sim [  ] Não

8) Em relação à presença de animais/insetos e roedores. Assinale com um x:

Existem moscas [  ] Sim [  ] Não

Existem cães de rua [  ] Sim [  ] Não

Existem baratas [  ] Sim [  ] Não

Existem gatos de rua [  ] Sim [  ] Não

Existem ratos [  ] Sim [  ] Não

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

9) Qual tipo de esgoto você usa em sua residência? [  ] Fossa séptica

[  ] Fossa negra

[  ] Fossa verde

10) O esgoto de sua residência possui algum tipo de tratamento? [  ] Sim

[  ] Não

[  ] Não sei

11) Sua residência tem o lixo coletado pela Prefeitura? [  ] Sim [  ]

Não

Se sim, quantas vezes por semana?

12) O que você faz com o lixo que não é removido pela Prefeitura? [  ] Queima

[  ] Enterra

[  ] Descarta no açude

[  ] Despeja direto no lixão da cidade [  ] Separa para reciclagem

[  ] Outros (especifique) \_\_\_\_\_

13) Você participa de algum tipo de organização social (associação, partido político, etc.)?

[  ] Sim

[  ] Não

Se sim, qual (quais)? \_\_\_\_\_

11) Com que frequência você participa de reuniões nestas associações? [  ]

Semanalmente

] Quinzenalmente

] Mensalmente

] Semestralmente

] Anualmente

12) Quando foi a última vez que você participou de uma reunião? E o que foi discutido?

---

---

---

13) Como você avalia a atuação da associação da qual você faz parte em relação à solução dos problemas que você presencia em sua comunidade?

] Muito boa

] Boa

] Razoável

] Fraca

] Muito fraca

14) Você considera que a situação do meio ambiente na Prainha do Canto Verde nos últimos 5 anos:

] Melhorou muito

] Melhorou

] Permaneceu a mesma

] Piorou

] Piorou muito

15) De quem você considera que seja a responsabilidade pela solução dos problemas enfrentados pelo meio ambiente na Prainha do Canto Verde?

] Prefeitura Municipal

] Governo Estadual

] Governo Federal

] População

] ONGs e associações

] Prefeitura, Estado, Governo Federal, população, ONGs e associações.



[  ] Parcialmente

7) Por favor, liste algumas atrações turísticas da Prainha do Canto Verde que considera como sendo únicas e incomparáveis à outras comunidade.

---



---



---

8) Atualmente, você julga que a comunicação turística realizada pela Secretaria de Turismo de Beberibe é eficiente ao promover o turismo na Prainha do Canto Verde?

[  ] Sim

[  ] Não

[  ] Parcialmente

9) De modo geral, como você avalia a atuação do Poder Público na promoção do turismo local?

[  ] Bom

[  ] Ótimo

[  ] Razoável

[  ] Péssimo

10) De que maneira o turismo na Prainha do Canto Verde interfere na sua vida?

---



---



---

11) Você acredita no turismo comunitário? [  ] Sim

[  ] Não

[  ] Parcialmente

Se sim, de que forma o turismo comunitário contribuiu para que você tenha uma vida melhor?

---



---

12) Você considera que a Prainha do Canto Verde é uma das melhores atrações turísticas da região?

[  ] Sim

[  ] Não

[  ] Parcialmente

Se sim, de que forma?

---



---



---

13) Você acha que o turismo comunitário contribuiu com o desenvolvimento da Prainha do Canto Verde?

[  ] Sim

[  ] Não

[  ] Parcialmente

14) Você é contra ou a favor da criação da RESEX na Prainha do Canto Verde?

[  ] Sim

[  ] Não

[  ] Parcialmente Se não, por quê?

---

15) Você gosta de morar na Prainha do Canto Verde? [  ] Sim

[  ] Não

[  ] Parcialmente

**Fonte:**

IBGE. **Anuário Estatístico 2011**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em 30 mar. 2015.

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CONSELHO DE  
TURISMO DA PRAINHA DO CANTO VERDE, ASSOCIAÇÕES DE  
MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE E PARA A ASSOCIAÇÃO  
DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DE PONTA GROSSA.**

Nome: Instituição/ONG/Órgão: Função:

1. Avalie o modelo de desenvolvimento (TBC) adotado pela Prainha do Canto Verde.
2. A partir do modelo adotado, existe algo que você considera como entrave ao desenvolvimento local?
3. Quais as principais vantagens em desenvolver o TBC?
4. Como se dá a construção da imagem do destino turístico e como essa imagem colabora e/ou atrapalha a atividade?
5. Como são as relações instituídas com o poder público local?
6. O Governo estadual e federal adotam alguma política de estímulo ao TBC?
7. Existe algum modelo de financiamento destinado para o TBC?